



Carolina Figueiredo Cibella de Oliveira

**Transmissão psíquica de elementos traumáticos na
conjugalidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Andrea Seixas Magalhães



Carolina Figueiredo Cibella de Oliveira

**Transmissão psíquica de elementos traumáticos na
conjugalidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Andrea Seixas Magalhães

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profª Ana Lila Lejarraga

Instituto de Psicologia – UFRJ

Profª Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profª Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e
Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências
Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2014.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Carolina Figueiredo Cibella de Oliveira

Graduou-se em Psicologia no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2010. Graduou-se também no curso de bacharelado e licenciatura em Letras (Português-Literaturas) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2007. Atualmente, está em formação psicanalítica na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), filiada à International Psychoanalytical Association. Participa de diversos congressos e jornadas de psicanálise, buscando uma compreensão sobre a clínica e a teoria psicanalíticas.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Carolina Figueiredo Cibella de

Transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade / Carolina Figueiredo Cibella de Oliveira ; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – 2014.
119 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2014.
Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Conjugalidade. 3. Trauma. 4. Transmissão psíquica. 5. Psicanálise de casal. 6. Identificação. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CDD: 150

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof^ª Andrea Seixas Magalhães, pela cuidadosa leitura e orientação desta pesquisa, assim como pelo carinho com que sempre me tratou nesses dois anos de trabalho conjunto.

Ao meu marido, Henrique, por me apoiar nesse percurso do mestrado, assim como faz de modo geral em minha profissão.

À minha mãe, Maria Lúcia, pelo apoio de sempre e pelo exemplo dado de dedicação ao estudo ao longo de sua vida.

Ao meu pai, Roberto, pelo apoio ao meu trabalho.

Aos meus irmãos, Marcela e Caio, pelo companheirismo e pelas trocas intelectuais que sempre tivemos.

À minha colega de mestrado da PUC-Rio, Janaína, pelas trocas tanto acadêmicas quanto relativas a angústias próprias de mestrandos.

Aos meus colegas da UFRJ, pelas discussões sobre o trauma e, em especial, à Camila, pelos constantes diálogos acadêmicos que enriqueceram em muito esta pesquisa.

Aos professores com os quais tive aula no mestrado da PUC-Rio.

Às professoras que participaram da Comissão Examinadora.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, que possibilitaram a realização deste trabalho.

Resumo

Oliveira, Carolina Figueiredo Cibella de; Magalhães, Andrea Seixas. **Transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade**. Rio de Janeiro, 2014. 119p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo desta pesquisa de mestrado é discutir as repercussões da transmissão psíquica inconsciente de elementos traumáticos na constituição da identidade conjugal. O percurso desse trabalho teórico inicia-se com a investigação da dimensão inconsciente da conjugalidade e da escolha amorosa, enfatizando as características específicas do vínculo conjugal. O estudo do conceito de transmissão psíquica inconsciente e dos mecanismos identificatórios que possibilitam a transmissão entre os membros do casal foi necessário para compreender os processos identificatórios na conjugalidade, considerados aspectos relevantes para a formação do eu conjugal. Abordou-se a transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade, enfatizando o aspecto estruturante da transmissão do trauma. Pressupõe-se que os fantasmas que assombram o quarto do casal dizem respeito aos aspectos traumáticos que cada um dos parceiros traz consigo, a partir das experiências com os primeiros objetos de amor – sejam objetos primários ou edípicos – que são reeditados na conjugalidade. Considera-se que essa vivência traumática é constitutiva da conjugalidade normal, ou seja, própria à neurose. Conclui-se que a conjugalidade mobiliza intensa carga pulsional, fruto da transmissão transpsíquica entre os parceiros, mas também fruto do legado que o casal carrega de seus antepassados. A relação do casal abarca, portanto, a reedição de relações objetais do passado, ao mesmo tempo em que o encontro amoroso possibilita o exercício da criatividade e da recriação do eu. A coexistência, muitas vezes difícil, desses dois pólos foi abordada na pesquisa, visando aprofundar a compreensão sobre o paradoxo repetir/criar inerente ao vínculo conjugal.

Palavras-chave

Conjugalidade; trauma; transmissão psíquica; psicanálise de casal; identificação.

Abstract

Oliveira, Carolina Figueiredo Cibella de; Magalhães, Andrea Seixas (Advisor). **Psychic transmission of traumatic elements in conjugality**. Rio de Janeiro, 2014. 119p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The aim of this Master thesis is to discuss the impact of unconscious psychic transmission of traumatic elements in the constitution of marital identity. The route of this theoretical work begins with the investigation of the unconscious dimension of conjugality and love choice, emphasizing the specific characteristics of the marital bond. The study of the concept of unconscious psychic transmission and identificatory mechanisms that enable the transmission between members of the couple was required to understand the conjugal identificatory processes considered relevant for the formation of the marital self. The psychic transmission of traumatic elements in conjugality, emphasizing the structural aspect of the transmission of trauma, is addressed. It is assumed that the ghosts that haunt the couple bedroom are related to traumatic aspects that each partner brings from their experiences with the first objects of love – whether primary or oedipal objects –, which are republished in conjugality. It is considered that this traumatic experience is constitutive of the normal conjugality; in other words, related to neurosis. It is concluded that the conjugality mobilizes intense instinctual load, which is not only a result of the transmission between partners, but also the result of the legacy which the couple carries from their ancestors. The couple's relationship, therefore, includes the reissue of object relations of the past, while the tryst allows the exercise of creativity and the re-creation of the ego. The coexistence, which is often difficult, of these two poles was addressed in this research so as to deepen the understanding of the paradox repeat/create inherent in the marital bond.

Keywords

Conjugality; trauma; psychic transmission; couple psychoanalysis; identification.

Sumário

Introdução	9
1. A dimensão inconsciente da conjugalidade	13
1.1. A conjugalidade no processo de subjetivação	14
1.2. A escolha amorosa em Freud: aspectos narcísicos e edipianos	17
1.3. A escolha amorosa como uma formação de compromisso	23
1.4. O vínculo conjugal: continuidade ou estrutura inédita?	27
1.5. A transicionalidade nas relações amorosas	31
1.6. Os primórdios na conjugalidade	35
1.7. Os processos identificatórios na conjugalidade	38
1.8. Conjugalidade e transmissão	43
2. A transmissão psíquica inconsciente na conjugalidade	46
2.1. Apropriando-se de uma herança: o conceito de transmissão psíquica	47
2.2. Transmissão psíquica na obra freudiana: a neurose como herança	51
2.3. Para além de Freud: a transmissão na constituição psíquica	57
2.4. Processos de identificação entre os membros do casal	63
2.4.1. Introjeção e incorporação na relação de casal	64
2.4.2. Identificação projetiva na dinâmica inconsciente do casal	68
2.5. Aspectos traumáticos da transmissão: para introduzir	71
3. Transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade	73
3.1. Fantasmas no quarto do casal	74
3.2. A questão do trauma em psicanálise	78
3.3. Transmissão transpsíquica na conjugalidade	82
3.4. Reedição de experiências passadas na conjugalidade	88
3.5. A fusão simbiótica no casal	91
3.6. Manifestações clínicas do traumático na conjugalidade	96
3.7. Para finalizar: um olhar para a clínica de casais	100
4. Considerações finais	104
5. Referências bibliográficas	110

O amor é isso: duas solidões que se protegem, se tocam e se acolhem.
Rainer Maria Rilke

Introdução

As relações amorosas fazem parte da vida de todos nós, suscitando prazer, angústia e remanejamentos identificatórios, sendo, por isso, um assunto que mobiliza profundamente a reflexão de todos. Questionar sobre suas origens, os conflitos relacionados às mesmas e, especificamente, com relação à conjugalidade, os tipos de vínculo estabelecidos pelos casais e os paradoxos que surgem, por um lado, pela repetição de modelos familiares e, por outro, pela possibilidade de criação do novo pelo casal recém-formado, são também reflexões instigantes para os estudiosos da psicanálise.

A instauração da conjugalidade possibilita a interseção de muitas tramas psíquicas no sujeito, sejam ligadas aos aspectos narcísicos e identitários, sejam relacionadas aos objetos parentais internalizados, que remontam aos primeiros objetos de amor e, portanto, à trama familiar edípica do sujeito. Cada parceiro traz para o par que se forma todos esses aspectos que serão confrontados com aqueles trazidos pelo outro e é a metabolização dos mesmos que constituirá a originalidade do novo casal, produzindo o “eu conjugal”.

Essa metabolização remonta às origens familiares transmitidas psiquicamente, apesar de sempre permanecer a dialética continuidade/descontinuidade (Puget e Berenstein, 1993), na medida em que os dois pólos criação/repetição estão sempre permeando o encontro a dois. A história dos sujeitos-parceiros é repetida e revelada, mas assume uma nova dimensão pelo efeito modificador do outro no estabelecimento da conjugalidade. Convém apontar que, nesta pesquisa, consideramos a conjugalidade mais numa perspectiva intersubjetiva, e não somente a partir do ponto de vista intrapsíquico, o que nos faz pensar nas trocas identificatórias entre os membros do casal, que possibilitam a constituição de um psiquismo compartilhado (Eiguer, 1985).

Nesta pesquisa de mestrado, abordamos o tema da transmissão psíquica na conjugalidade, mais especificamente a transmissão de elementos traumáticos. A conjugalidade mobiliza os fantasmas do passado geracional e há uma revivência dessas questões na formação da identidade conjugal, sobretudo quando um ou os dois parceiros trazem consigo elementos traumáticos familiares não elaborados, que são transmitidos transgeracionalmente.

Buscamos estudar o processo de formação do eu conjugal, em articulação com o que foi transmitido geracionalmente, tendo sido metabolizado ou não. Além dessa transmissão intergeracional, consideramos também a “transmissão transpsíquica” (Kaës, 2001) entre os membros do casal, ou seja, aquela que se refere ao que é transmitido através dos sujeitos, e não entre os mesmos. A transmissão transpsíquica diz respeito principalmente à transmissão de elementos traumáticos.

Quando nos referimos ao trauma, estamos tratando da transmissão do trauma e de como este é elaborado na identidade conjugal. Discutimos como a instauração da conjugalidade faz os sujeitos entrarem em contato com um trauma constitutivo, edípico ou pré-edípico, não sendo referido, portanto, a um trauma desestruturante, de natureza patológica. Nossa questão de pesquisa instiga-nos a compreender a transmissão traumática na neurose comum, ou seja, compreender os aspectos da fantasia do neurótico ligados às primeiras relações de objeto, as quais possuem uma carga pulsional intensa e que são reeditados na instauração da conjugalidade. O engajamento amoroso é um momento em que, novamente, o sujeito entra em contato com o outro, o que remete ao trauma constitutivo dos primórdios da constituição psíquica.

A relevância do estudo da conjugalidade consiste na sua importância no processo de subjetivação (Magalhães, 2009), ou seja, na capacidade de propiciar transformações psíquicas nos sujeitos envolvidos. A transmissão psíquica, pensada a partir do estabelecimento da conjugalidade, é um tema relevante para a psicanálise de casal e família, na medida em que podemos identificar o retorno das questões edípicas e narcísicas na escolha amorosa. Além disso, os mecanismos identificatórios – quais sejam: introjeção, incorporação e identificação projetiva –, que fazem parte da transmissão inconsciente entre os membros do casal, são um tema importante para o desenvolvimento da teoria psicanalítica.

Convém apontar que trabalhamos o tema a partir da articulação de conceitos teóricos, uma vez que se trata de uma pesquisa eminentemente teórica. Buscamos, por meio de uma abordagem psicanalítica de casal, rever autores desde Freud até os mais contemporâneos da terapia familiar psicanalítica, que estudaram a conjugalidade, as relações de objeto, a escolha amorosa, a transmissão psíquica geracional e o trauma, temas que foram articulados para compreender melhor a

questão levantada.

Conforme colocam Magalhães e Féres-Carneiro (2005), “o campo de estudos psicanalíticos sobre família e casal é ainda recente e apresenta inúmeras lacunas a serem preenchidas com desenvolvimentos teóricos que possibilitem sua consolidação” (p. 24). Com isso, pretendemos investigar alguns pontos sobre o estudo de casal ainda não amplamente explorados pela literatura – ainda que já existam alguns artigos nacionais e internacionais sobre o assunto. Entendemos que a articulação entre a teoria psicanalítica e os estudos sobre família, sendo estes diferentes enfoques, enriquece a pesquisa acadêmica, assim como a prática clínica.

Portanto, nossa questão de pesquisa é: como a transmissão psíquica inconsciente de elementos traumáticos influencia a constituição da identidade conjugal? O objetivo geral desta dissertação de mestrado foi desenvolver um estudo sobre a transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade. Os objetivos específicos foram: aprofundar o estudo dos conceitos de conjugalidade e de transmissão psíquica; estudar os processos identificatórios na formação do “eu conjugal”; e estudar a “transmissão transpsíquica” na conjugalidade.

Para atingir esses objetivos, adotamos um caminho que percorreu desde a escolha amorosa, passando pelas características específicas do vínculo conjugal e da transmissão psíquica, para, por fim, chegar à transmissão de aspectos traumáticos na conjugalidade. Nosso percurso inicia-se, portanto, no primeiro capítulo, no qual estudamos a dimensão inconsciente da conjugalidade, constatando que há um remanejamento identificatório na estrutura vincular formada pelo casal. Buscamos, nesse momento inicial, investigar os primórdios da conjugalidade, isto é, estudar a constituição da escolha amorosa, entendendo que a escolha do parceiro seria uma busca do objeto perdido, assim como estudamos o vínculo conjugal, questionando em que medida este pode representar uma continuidade ou uma estrutura inédita, em relação com a história e a pré-história dos cônjuges.

O segundo capítulo foi dedicado ao estudo do conceito de transmissão psíquica inconsciente e dos mecanismos identificatórios que possibilitam a transmissão entre os membros do casal. Buscamos investigar o conceito de transmissão na obra freudiana, assim como na obra de autores pós-freudianos e

contemporâneos. É por meio dos mecanismos identificatórios da introjeção, da incorporação e da identificação projetiva que as transmissões intergeracional, transgeracional e a transmissão entre os parceiros conjugais efetuam-se. Interessamos, portanto, compreender esses processos identificatórios na dinâmica do casal, uma vez que são relevantes para a formação do eu conjugal.

Concluindo nosso percurso, no terceiro capítulo, abordamos a transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade, enfatizando o aspecto estruturante da transmissão do trauma. Entendemos que os fantasmas que assombram o quarto do casal dizem respeito aos aspectos traumáticos que cada um dos parceiros traz consigo, a partir das experiências com os primeiros objetos de amor – sejam objetos primários ou edípicos – que são reeditados na conjugalidade. Finalizamos nossa pesquisa levantando algumas manifestações clínicas do traumático na conjugalidade, as quais apontam para a dificuldade na formação do eu conjugal. Passemos, então, ao estudo implementado por nós no percurso do mestrado.

1

A dimensão inconsciente da conjugalidade

“Permanecer dentro das fronteiras do *self* e ao mesmo tempo transcendê-las na identificação com o objeto amado, é uma excitante e estimulante, mas também dolorosa condição do amor” (Kernberg, 1995, p. 43).

As relações amorosas são tema frequente nos consultórios de psicanalistas, assim como tema de pesquisa teórica de estudiosos da psicanálise de casal e família, que buscam entender a dimensão de sofrimento que as relações conjugais podem produzir, assim como os diferentes modos de vinculação conjugal. Freud (1910) já apontara a incidência do tema no tratamento de neuróticos em um de seus textos da série de “Contribuições à Psicologia do Amor”, dizendo que no tratamento psicanalítico há muitas oportunidades de coletar impressões sobre como se comportam os neuróticos com relação ao amor.

As relações conjugais modificaram-se muito nos últimos tempos, mais precisamente desde os anos de 1960, momento em que houve uma mudança de paradigma na família – a família hierarquizada e patriarcal passou a se constituir como uma família mais igualitária e, ao mesmo tempo, instável e dissolúvel (Singly, 2004). Inventou-se o “casal moderno”, a partir da ilusão do amor recíproco e da ideia de se aliar amor e sexualidade para alcançar a felicidade no casamento (Moguillansky e Nussbaum, 2011). Essas mudanças de organização do sistema familiar e conjugal provocaram, conseqüentemente, reflexos na dimensão psíquica dos sujeitos.

Nosso interesse, nesta pesquisa, volta-se para a dimensão psíquica da conjugalidade, uma vez que discutiremos em que medida a instauração da conjugalidade é um momento em que os membros do casal se deparam com um trauma constitutivo, edípico e até mesmo pré-edípico. Portanto, apesar de considerarmos importante a dimensão social da questão, esta não será abarcada na presente dissertação. A questão que move nossa pesquisa é como a transmissão psíquica inconsciente de elementos traumáticos influencia a constituição da identidade conjugal. Sendo assim, consideramos fundamental percorrer, primeiramente, o tema da conjugalidade para que possamos discuti-lo, num momento posterior, em relação com a dimensão traumática que comporta.

Entendemos que a conjugalidade possui uma dimensão importante no processo de subjetivação (Magalhães, 2009), ou seja, na capacidade de propiciar transformações psíquicas nos sujeitos envolvidos. Iniciaremos este capítulo discutindo o processo de subjetivação que a conjugalidade promove, a partir de uma articulação entre as dimensões intrapsíquica e intersubjetiva; aliás, essa articulação irá permear a dissertação como um todo. Em seguida, aprofundaremos nossa investigação dentro do arcabouço psicanalítico: primeiramente, com Freud, buscando compreender as origens inconscientes da escolha amorosa, a partir de um entrecruzamento entre os registros primário e edipiano; e, posteriormente, através de autores pós-freudianos, que buscaram não só refletir sobre os tipos de escolha objetal, mas também sobre o vínculo conjugal, a reedição de vivências infantis no encontro com o objeto amoroso e a questão identificatória envolvida na formação de um casal.

1.1. A conjugalidade no processo de subjetivação

Considerar a conjugalidade numa perspectiva intersubjetiva, e não somente a partir do ponto de vista intrapsíquico, nos faz pensar nas trocas identificatórias entre o casal, que possibilitam a constituição de um psiquismo compartilhado. Envolve, portanto, a questão da identidade tanto do ponto de vista psíquico, assim como a questão do pertencimento do sujeito a uma rede social formadora dessa identidade.

Com a formação do casal, novas questões são suscitadas no psiquismo dos sujeitos envolvidos nesse projeto, o que implica em uma reconfiguração psíquica, subjetiva. Para o estabelecimento da conjugalidade, é necessário que haja uma mudança de papel do sujeito, tanto do ponto de vista social – muda-se o estado civil; comumente, há alteração de nome; e é também o momento em que, em muitos casos, o sujeito vai morar pela primeira vez sem os pais –, quanto do ponto de vista subjetivo – os efeitos da constituição de uma nova família, com um novo papel nesta: o de marido/esposa e, no futuro, a possibilidade de vir a ser pai/mãe.

Essa mudança de papel já se iniciara na adolescência, momento no qual o sujeito começa a se desligar dos pais infantis e da posição de ser cuidado, mas o impacto da conjugalidade se dá de forma mais institucionalizada e ritualizada,

produzindo efeitos na realidade exterior e objetiva – inclusive através do ritual do casamento, da despedida de solteiro, enfim, das celebrações sociais que apontam para o fim de um ciclo e o início de outro, em que a responsabilidade passa a ser do próprio sujeito, e não mais de seus pais. Deixar o nome da família de origem e assumir o nome do marido, no caso das mulheres, representa um marco importante de ruptura com os ascendentes e a possibilidade de iniciar uma “nova” história familiar, fazendo-se necessário um remanejamento identificatório. Toda essa mudança exige um luto pela posição anterior deixada para trás e uma elaboração psíquica das fantasias que envolvem a nova posição a ser ocupada, tanto na família, quanto na sociedade.

Na literatura psicanalítica das relações amorosas, a conjugalidade é definida como uma identidade compartilhada, que é produto da trama identificatória inconsciente dos membros do casal e criada a partir da história familiar de cada um, mas aponta para um ideal conjugal compartilhado (Féres-Carneiro e Ziviani, 2009). Partindo dessa definição, percebe-se o quanto a conjugalidade se entrelaça com o que é transmitido geracionalmente, pela origem dessa identidade compartilhada na história familiar de cada um dos cônjuges, mas ao mesmo tempo aponta para a formação de algo próprio ao casal, um ideal conjugal compartilhado. Nessa mesma linha, Magalhães e Féres-Carneiro (2003) definem a conjugalidade também como uma trama identificatória que reedita vivências edípicas e pré-edípicas, mas, ao mesmo tempo, propicia uma possibilidade de recriação do eu. Essa reestruturação da subjetividade dos parceiros pode ocorrer, na conjugalidade, pelo exercício da atividade interfantasmática entre os parceiros (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005).

A definição psicanalítica de conjugalidade remete, portanto, a duas direções: da repetição, por um lado, e do inédito e da criatividade, por outro. Esses pólos serão problematizados e articulados ao longo de nosso trabalho de pesquisa. Consideramos que a escolha amorosa, aquilo que vai nos ligar ao outro, é da ordem da transmissão. Podemos entender essa escolha como uma formação de compromisso inconsciente (Eiguer, 1985), que atende ao desejo, mas ao mesmo tempo rompe com a família de origem; assim, é sempre uma escolha paradoxal.

Philippe Julien (2000), no livro “Abandonarás teu pai e tua mãe”, questiona como se dá a transmissão da lei que impõe abandonar pai e mãe para que homem e mulher fundem uma nova família. Nas famílias tradicionais, ditas

patriarcais, o casamento é um entendimento entre os pais dos noivos, já que o que está em jogo é o futuro do patrimônio.

O que o pai recebeu de seu próprio pai deve, por sua vez, ser transmitido a seu filho. A escolha da companheira deste é feita, portanto, pelo pai em função da obrigação de fidelidade eterna aos valores da linhagem a ser perpetuada. Quanto ao amor entre esposos, ele pode acontecer mais ou menos cedo, mais ou menos tarde, mas como algo a mais, pois o que importa é o consentimento recíproco dos esposos em virtude de sua filiação (Julien, 2000, p. 11).

Na modernidade, essa configuração é modificada, uma vez que a imagem social do pai entrou em declínio. O que importa é a escolha dos filhos para que, posteriormente, os pais concordem, se possível, sendo que não é algo fundamental. Julien (2000) afirma que a modernidade estabeleceu uma clivagem entre o privado e o público – o primeiro, privado, torna-se o lugar da conjugalidade, enquanto o segundo, público, o da parentalidade. Essa transmissão aludida por Julien parte de um referencial cultural e social do casamento, ao passo que, quando pensamos psicanaliticamente, encontramos-nos no terreno da trama edípica, da transmissão, portanto, psíquica inconsciente dos modelos parentais, que irão pautar as relações objetais do sujeito.

Pensar na questão da conjugalidade a partir de um referencial psicanalítico de família, que considera a intersubjetividade e o psiquismo em sua dimensão inconsciente, tecendo articulações com uma perspectiva psicossocial da questão, coloca-nos diante do conflito da família conjugal de hoje: entre o individualismo e o “comunismo familiar” (Singly, 2004); entre o legado transmitido psiquicamente pela família de origem e o desejo de constituir um espaço transicional conjugal, em que a criatividade e a singularidade possam emergir. Apesar de toda essa resistência e desejo de autonomia individual, “a vida conjugal transforma assim a identidade dos cônjuges, quer eles tenham consciência ou não, e produz o ‘eu conjugal’” (Singly, 2004, p. 134). No entanto, convém questionar em que medida esse “eu conjugal” pode ser entendido somente como aprisionador ou poderia, por outro lado, apontar para uma possibilidade de recriação do próprio eu (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003). Nosso percurso teórico pretende levantar questões que propiciem essa reflexão.

Consideramos que, socialmente, os sujeitos ainda desejam ter esse sentimento de pertencimento que a conjugalidade possibilita, ainda que muitas

vezes tal fato entre em embate com o desejo de desenvolver uma identidade pessoal autônoma. Do ponto de vista psíquico, o eu conjugal confere um sentido existencial importante, modificando a identidade dos parceiros e possibilitando uma recriação do eu, o que enriquece a intersubjetividade. Quando se forma um casal, forma-se também uma estrutura psíquica, uma estrutura vincular conjugal, que envolve e abrange os egos dos amantes, o que nos remete a uma superação dos limites egoicos (Puget e Berenstein, 1993). Sendo assim, consideramos importante investigar melhor como se dá a escolha amorosa para, posteriormente, constituir-se o eu conjugal.

As origens psíquicas dessa escolha foram investigadas por Freud em diversos textos de sua obra e é a partir de suas contribuições que iniciaremos essa discussão, buscando entender os fatores inconscientes que permeiam a escolha do objeto amoroso, o que sabemos possuir estreita ligação com os primeiros objetos de amor: os pais.

1.2.

A escolha amorosa em Freud: aspectos narcísicos e edípiacos

A psicanálise freudiana teorizou sobre a “escolha amorosa” em alguns textos ao longo da obra de Freud, como, por exemplo, em “Sobre o narcisismo: uma introdução” (Freud, 1914), nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 1905), assim como na série de três textos sobre a psicologia do amor (Freud, 1910/1912/1918). Contudo, Freud não conceituou especificamente o termo “conjugalidade”, mas sim considerava a escolha amorosa na perspectiva do sujeito que escolhe alguém de acordo com seus primeiros objetos de amor parentais – como diz Freud, “o encontro do objeto é, na verdade, um reencontro” (Freud, 1905, p. 210).

O termo “conjugalidade” passou a ser adotado, mais recentemente, por autores da área de família e casal (Féres-Carneiro e Ziviani, 2009; Magalhães, 2009; Magalhães e Féres-Carneiro, 2003), ainda que outros sigam utilizando em seus trabalhos as expressões: “relação amorosa” (Kernberg, 1995), “escolha objetal” e “escolha do parceiro” (Eiguer, 1985), ou apenas “casal” e “vínculo de casal” (Puget e Berenstein, 1993; Eiguer, 2013; Levy, 2013). O termo “conjugalidade” pode abarcar diversos conceitos no campo da terapia familiar e,

especificamente na psicanálise de família e casal, envolve uma dimensão mais ampla do que aquela abarcada por Freud – que dizia respeito somente à escolha amorosa, não utilizando o termo “conjugalidade”. A ampliação do conceito pode ser explicada pelo fato de diversos estudos psicanalíticos atuais considerarem a formação de um eu conjugal, de um psiquismo compartilhado pelo casal. A formação desse eu conjugal ocorre a partir de trocas identificatórias – envolvendo a reedição de aspectos narcísicos e edipianos de cada parceiro –, assim como se processa uma transmissão inconsciente entre os membros do casal, o que contribui para a formação de uma identidade compartilhada pelos dois.

A formação desse psiquismo compartilhado pelo casal é, contudo, a fase final do processo. É necessária a investigação, nesse momento inicial de nossa pesquisa, dos primeiros passos da escolha amorosa para que, depois, possamos analisar a instauração da conjugalidade em si. A escolha amorosa de um objeto externo – considerando que o primeiro objeto de amor é a mãe – inicia-se na adolescência, momento em que há um confronto violento entre os investimentos narcísicos, trazidos pela infância, e a necessidade de o adolescente se empenhar nos investimentos objetivos, no encontro com o outro (Marty e Cardoso, 2008).

Na fase adulta, através do encontro amoroso, que não se caracteriza somente por uma experimentação, como na adolescência, mas agora sim enquanto uma escolha mais duradora, o sujeito se vê novamente confrontado com os investimentos narcísicos e objetivos – e com a necessidade de se desligar, mais ainda, dos objetos de amor da infância. Sabemos, contudo, que a psicanálise considera o infantil como um elemento insuperável na sexualidade humana e, portanto, não entendemos que haja uma superação total das vivências infantis na idade adulta.

No texto “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914), Freud afirma que, na fase do narcisismo – que compreende o período do desenvolvimento libidinal entre o auto-erotismo e o amor objetal –, é difícil distinguir as energias psíquicas existentes. Somente quando há investimento em um objeto é possível distinguir a libido, energia sexual, da energia da pulsão do ego. O narcisismo é uma operação que vem unificar o auto-erotismo, delineando uma constituição egoica. Contudo, o narcisismo, enquanto libido investida no ego, não descarta a presença do outro. O investimento do outro é que propiciará o desenvolvimento pulsional.

Freud (1914) denomina duas modalidades de escolha de objetos amorosos: do tipo anaclítico (ou por apoio) e do tipo narcisista. A escolha objetal do tipo anaclítico refere-se ao amor da criança por aquele que dela cuida, ou seja, por apoio em modelos infantis primitivos (Freud, 1905). Na escolha narcisista, o sujeito adota o seu próprio eu como modelo de objeto de amor, buscando encontrá-lo em outro – exemplifica esses casos com algumas modalidades de homossexualidade. Freud aproxima os dois tipos de escolha objetal, falando que ambos são possíveis para todos os indivíduos:

Dizemos que um ser humano tem originalmente dois objetos sexuais — ele próprio e a mulher que cuida dele — e ao fazê-lo estamos postulando a existência de um narcisismo primário em todos, o qual, em alguns casos, pode manifestar-se de forma dominante em sua escolha objetal (Freud, 1914, p. 95).

As escolhas de objeto por apoio e narcísica estão abertas, enquanto possibilidade, a todo indivíduo. No caso da escolha narcísica, a pessoa amará aquilo que já foi um dia, ou seja, alguém com características que faltem ao ego do amante para atingir seu ideal, o que representa um retorno ao narcisismo infantil. O desenvolvimento do ego seria, ao mesmo tempo, um afastamento do narcisismo primário e um eterno retorno a esse estado. Direcionar a libido para um objeto externo, ou seja, a experiência amorosa em si seria um caminho para que a libido não fique retida no eu, sendo um modo de não adoecer (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003).

Destacamos, a partir do texto freudiano sobre o narcisismo, que a escolha amorosa envolve aspectos narcísicos, mais ligados ao período pré-edípico, assim como se articula, especialmente, com a problemática edípica dos sujeitos. O Complexo de Édipo, sendo entendido como o “conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 77), é a cena onde a escolha de objeto será delineada. Na série de textos intitulada: “Contribuições à Psicologia do Amor”, Freud (1910) teoriza sobre a escolha amorosa, buscando a origem desta nas vivências infantis com os pais.

No primeiro texto da série, “Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à Psicologia do Amor I)” (Freud, 1910), o autor analisa as formas como amam os homens, constatando algumas pré-condições para esse amor. Essas condições seriam: a) a necessidade de o homem rivalizar a

posse da mulher com outro; b) o amor à “prostituta”, o que faz o homem experimentar o ciúme (evidencia-se que o par oposto à prostituta, “mãe”, pode ser o que aparece no consciente, mas no inconsciente “mãe” e “prostituta” aparecem como uma unidade); c) a necessidade de “salvar” a mulher amada: o homem deseja que a mulher precise dele, pois assim estaria a tornando mãe. Essas formas de amar – ou melhor, essa escolha de objeto tão estranhamente condicionada, segundo Freud (1910) – derivam de uma fixação infantil em sentimentos de ternura pela mãe e de rivalidade com o pai.

A partir de um detalhado percurso teórico, Freud (1910) demonstra que os objetos amorosos do homem adulto são substitutos do amor infantil pela mãe. Contudo, esse amor pela mãe é insubstituível e, portanto, seus possíveis substitutos, na fase adulta, carregam a marca de não proporcionar a satisfação desejada – o que configura um desejo insaciável. A escolha objetal do adulto resgata o romance familiar do sujeito e toda a triangulação edípica infantil. O menino percebe, num certo momento, que seus pais também têm atividade sexual, o que ativa impulsos sexuais em seu psiquismo, desejando a mãe e odiando o pai, e, com isso, o complexo de Édipo se instaura.

O que Freud (1909[1908]) chama de “romance familiar do neurótico” revela a imaginação da criança com relação à sexualidade – no caso da mãe, quando coloca esta em situações de infidelidade e em casos amorosos secretos; no que diz respeito aos irmãos, a criança pode construir uma fantasia de que um de seus irmãos é bastardo, justamente aquele que nela desperta interesse sexual. O pai é odiado e visto como rival; a mãe é tomada como a prostituta que concretizou a relação sexual com o pai, tornando-se infiel ao filho. Todas essas formulações são parte da fantasia e da atividade imaginativa da criança, processos estes que são reativados quando, na vida adulta, escolhe-se um objeto amoroso.

Convém ressaltar que essa descrição é relativa ao Édipo simples, sendo, portanto, somente uma esquematização. O Édipo mais completo é dúplice, positivo e negativo, por causa da bissexualidade original da criança (Freud, 1923). Ou seja, o menino também ama seu pai e odeia sua mãe, assim como a menina passa por fases de amor e ódio com relação às duas figuras parentais. Desse modo, tanto menino quanto menina identificam-se com aspectos masculinos e femininos tanto do pai quanto da mãe.

No artigo “Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor

(Contribuições à Psicologia do Amor II)”, Freud (1912) analisa a impotência psíquica de muitos pacientes que aparecem em seu consultório com plena capacidade física para a execução do ato sexual, mas que percebem um entrave psíquico, inibindo-os de realizar o ato. Segundo Freud (1912), o que está por trás dessa inibição na esfera sexual muitas vezes é uma fixação incestuosa na mãe ou na irmã, que nunca foi superada.

Nos casos patológicos, a impotência psíquica se dá por uma falha, de acordo com Freud (1912), na união necessária das correntes afetiva e sensual. A corrente afetiva é mais antiga, referindo-se aos anos da infância, e corresponde à escolha de objeto mais primária da criança – possui uma carga maior de pulsão de autoconservação, estando a pulsão sexual mais velada, apesar de não estar ausente, uma vez que há uma erotização da criança nos cuidados dos pais. Na puberdade, a corrente afetiva liga-se à corrente sensual – contudo, a barreira do incesto já foi erguida e o esforço está em encontrar um objeto na realidade para o qual a libido possa se direcionar. As pessoas que não conseguem unir essas duas correntes permanecem com relacionamentos em que, quando amam, não desejam e, quando desejam, não podem amar (Freud, 1912).

No caso das mulheres, muitas vezes elas permanecem associando atividade sexual com proibição e, por isso, tornam-se frígidas. Em contrapartida, os homens teriam uma necessidade de depreciar seu objeto sexual, pois com o objeto depreciado podem exercer seus componentes pulsionais perversos, não sofrendo, portanto, de impotência psíquica.

O fato de que a restrição feita ao amor pela civilização envolva uma tendência universal a depreciar os objetos sexuais pode conduzir-nos, talvez, a desviar nossa atenção do objeto para os instintos em si. O prejuízo causado pela frustração inicial do prazer sexual se evidencia no fato de que a liberdade mais tarde concedida a esse prazer, no casamento, não proporcione satisfação completa (Freud, 1912, p. 192).

Freud (1912) questiona-se por que não é possível a satisfação completa numa relação conjugal e chega a duas hipóteses: a primeira seria devido à impossibilidade de o objeto final da pulsão sexual ser o mesmo objeto original, pela barreira do incesto e pela característica bifásica da escolha de objeto; a segunda consistiria no fato de a pulsão sexual ser dividida em muitos componentes, dentre os quais alguns são suprimidos na fase final da pulsão

sexual, como os impulsos sádicos, por exemplo. A conclusão é a de que a renúncia e o sofrimento são necessários ao desenvolvimento cultural: se a pulsão sexual não puder obter satisfação completa, faz-se um desvio desta para outros fins, que seriam as nobres realizações culturais humanas, fruto do mecanismo de sublimação.

Nesse texto, Freud aborda o assunto que gera muitos conflitos neuróticos, se pensarmos do ponto de vista intrapsíquico, e muitos conflitos na conjugalidade também, uma vez que sinaliza a dificuldade presente no fato de o objeto amoroso resgatar o objeto antigo (edípico) interdito, o que pode gerar sentimentos ambivalentes e até uma dificuldade de satisfação sexual, como observado por ele (e por nós até hoje) na clínica. A dificuldade de vinculação com o objeto amoroso, pela permanência da fidelidade aos pais, ou, por outro lado, a vinculação intensa, porém com uma constante depreciação do objeto de amor, são temas sempre presentes na clínica psicanalítica, seja individual ou de casal.

Seguindo as investigações sobre as relações amorosas, no texto “O tabu da virgindade (Contribuições à Psicologia do Amor III)”, Freud (1918) retoma alguns temas explorados anos antes em “Totem e tabu” (1912/13). Aborda o costume que povos primitivos tinham de deflorar as virgens antes do casamento, tarefa que era exercida por um ancião ou sacerdote do povo, portanto, substituto do pai. Tal prática é associada por Freud (1918) aos problemas femininos no casamento – a friidez e mesmo a infelicidade –, que, de acordo com ele, podem estar associados ao ódio por essa relação arcaica com o suposto pai. Freud reflete, ainda, sobre as mulheres que têm um primeiro casamento mal sucedido, sofrendo dos males já citados, e que, em um segundo casamento, conseguem se realizar plenamente – a conclusão de Freud (1918) é a de que a relação arcaica se esgotou no primeiro objeto.

Nas palavras de Freud:

Aprendemos, nas investigações analíticas, quão universais e quão poderosas são as distribuições iniciais da libido. Nelas nos preocupamos com os desejos sexuais infantis a que estão apegados (na mulher geralmente a fixação da libido localiza-se no pai ou em um irmão que o substitui) – desejos que, muito frequentemente, estavam dirigidos para outras coisas que a relação sexual ou que a incluía, apenas, como um objetivo vagamente percebido. O marido é, quase sempre, por assim dizer, apenas um substituto, nunca o homem certo; é outro homem – nos casos típicos o pai – que primeiro tem o direito ao amor da mulher, o marido quando muito ocupa o segundo lugar (Freud, 1918, p. 210).

Constatamos, portanto, que a escolha amorosa, ou melhor, a instauração da conjugalidade é um marco importante na vida psíquica do sujeito, dentre muitos fatores, como vimos, pelo fato de a escolha de objeto de amor extraparental reativar o objeto edípico parental, propiciando a emergência de fantasias que estavam adormecidas e possibilitando um momento de elaboração do conflito edípico. Apesar de mobilizar tantos sentimentos conflituosos, a possibilidade de elaboração do conflito edípico que o encontro amoroso promove – e que já se iniciara na adolescência – pode ser estruturante para o casal conjugal. Afinal, como indica Magalhães (2009), a escolha amorosa é uma escolha inconsciente, em que se substitui o objeto amoroso do romance familiar por um amor possível, mas que permanece (veladamente) relacionado ao amor infantil recalcado.

Quando Freud (1915) descobre na clínica e conceitua o amor transferencial, realça que a busca inconsciente do objeto edípico é parte de todas as relações amorosas normais. Freud considera que, como todo amor, o amor transferencial tem o caráter de reproduzir protótipos infantis. Uma diferença marcante consiste no fato de que o amor transferencial é provocado pela situação analítica e intensificado pela resistência, ao passo que o amor normal abarca um certo grau de transferência, mas também muitos outros afetos.

Iremos analisar, a seguir, a analogia entre escolha amorosa e sintoma neurótico, ou seja, discutiremos como podemos entender a escolha conjugal como uma formação de compromisso, uma vez que já identificamos os fatores inconscientes da vida infantil, tanto primários quanto edípicos, que estão por trás da escolha de objeto sexual na vida adulta, sendo este um substituto do amor infantil recalcado.

1.3.

A escolha amorosa como uma formação de compromisso

Conforme Freud (1905) discute em seus primorosos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, o caminho mais curto para a escolha de objetos sexuais do filho seria eleger as pessoas que ama e que cuidaram dele desde a infância. Entretanto, com a barreira do incesto, o amortecimento das pulsões na latência e o consequente adiamento da maturação sexual para o período da puberdade, os

familiares tornam-se objetos interditados e só resta ao sujeito lidar com as fantasias infantis – do filho pela mãe e da filha pelo pai – que continuam atuantes, ainda que na maioria das vezes inconscientemente. Freud (1905) ressalta que essas fantasias que ressurgem no período da puberdade – dentre as quais: a fantasia de escutar a relação sexual dos pais, a fantasia de sedução pelas pessoas amadas, a fantasia de ameaça de castração, a fantasia do ventre materno e o chamado “romance familiar” – têm grande importância na origem de muitos sintomas, pois estes seriam a forma de os componentes libidinais recalçados encontrarem satisfação. O Complexo de Édipo seria, para Freud (1905), o complexo nuclear das neuroses – é nele que culmina a sexualidade infantil que, pelo seu efeito *a posteriori*, influencia decisivamente a sexualidade do adulto.

No entanto, há pessoas, segundo Freud, que nunca se desligam da devoção infantil aos pais e exemplifica tal postura com a situação de moças que:

[...] para a alegria dos pais, persistem em seu amor infantil muito além da puberdade, e é muito instrutivo constatar que é a essas moças que falta, em seu posterior casamento, a capacidade de dar ao marido o que é devido a ele. Tornam-se esposas frias e permanecem sexualmente anestesiadas. Com isso se aprende que o amor sexual e o que parece ser um amor não-sexual pelos pais alimentam-se das mesmas fontes, ou seja, o segundo corresponde apenas a uma fixação infantil da libido (Freud, 1905, p. 214).

Mesmo tentando-se romper com os modelos parentais enquanto modelos de escolha de objeto de amor, tal busca de ruptura nunca é completamente concluída – a conjugalidade pode ser entendida, contudo, como parte da possibilidade de resolução do conflito edípico. Segundo Laplanche (1987), os mecanismos do luto – ou seja, do processo necessário para elaborar a perda de um objeto – assemelham-se aos do Édipo: não se trata de um desligamento imediato do objeto, mas, ao contrário, de um maior apego que envolve processos de clivagem das partes boas e más do objeto, idealizações e identificações parciais e dessexualização do vínculo com o objeto – portanto, pai e mãe não são abandonados num instante para que novos objetos sejam investidos. Como a conjugalidade possibilita a reatualização do conflito edípico, devemos considerar esses processos de clivagem e identificação com partes boas e más do objeto novamente se processando. Kernberg (1995) também considera que estar apaixonado representa um luto relacionado ao crescimento, uma vez que se vive a

experiência de deixar para trás os objetos reais da infância.

Contudo, em nosso entender, não convém pensarmos em uma superação total de uma “fase” do desenvolvimento para que outra possa se processar – da infância para a adolescência e, assim, rumo à idade adulta –, mas sim considerar que, na sexualidade humana, o infantil se constitui como um elemento insuperável. Conforme apontam Herzog e Mariante (2008), sobre a permanência da dimensão infantil no psiquismo: “Freud marca [...] uma diferença categórica em relação ao modo como concebia a patologia e a normalidade: o processo de subjetivação é pensado de forma dinâmica, como um ir-e-vir marcado por fantasias infantis que nunca se extinguem” (p. 47). No estudo das relações amorosas, tal constatação é fundamental, uma vez que no casamento há uma reatualização das vivências pré-edípicas e edípicas, aliada à revivência das fantasias infantis e da situação de desamparo, sendo o parceiro um substituto do objeto de amor familiar interdito. Essas vivências são nada menos do que uma constatação de que o “infantil” é fator presente na sexualidade humana por toda a vida.

Moguillansky e Nussbaum (2011) também questionam a postulação da teoria psicanalítica de que a genitalidade seria alcançada como um estado sem conflito. Para esses autores, os vínculos na idade adulta, no estado de apaixonamento, possuem, assim como o vínculo no início da vida psíquica, a característica ilusória de um começo sem conflito, apesar de enfatizarem que o conflito é um evento inevitável na vida vincular.

Por todos os aspectos já analisados da escolha de objeto sexual, estamos de acordo com a proposição de Eiguer (1985) de que a escolha amorosa é um tipo de formação de compromisso inconsciente, próximo ao sintoma ou ao lapso, que possibilita um alívio econômico, assim como possui função defensiva. Podemos pensar nessa defesa como uma proteção frente ao incesto, que ocorreria caso a fantasia edípica com relação às figuras parentais se concretizasse. Eiguer defende a importância dessa escolha para a consolidação e organização inconsciente do casal, uma vez que os dois membros do casal entrecruzam objetos inconscientes, frutos do amor infantil. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2003), o parceiro mobiliza o material recalcado e produz um discurso amoroso com potencial de elaboração e decifração. Decifração esta relacionada com o edípico, ou seja, com todos os impulsos amorosos e hostis que retornam direcionados na atualidade ao

objeto amoroso, e não mais aos pais.

Com relação à escolha do parceiro, Eiguer (1985) ressalta que há tanto o aspecto social do Édipo, da interdição do incesto, que permite a ampliação do intercâmbio social entre as famílias; quanto também o aspecto individual, psíquico, que consiste na angústia de castração e na identificação com o pai, que possibilitam a resolução do Complexo de Édipo (Eiguer, 1985). O aspecto da identificação com o pai remete à interdição do superego, que é, segundo Eiguer (1985), paradoxal, uma vez que prescreve que se faça a escolha objetal sexual como o pai e, ao mesmo tempo, que não se faça como ele.

Nesse sentido, convém considerar a escolha amorosa como uma formação de compromisso, uma vez que o desejo da criança nasce de um paradoxo, de uma liberdade condicional, pois esta procurará um objeto de amor como a sua mãe (no caso do homem), que é o objeto interdito. O menino perde sua mãe como parceira, mas, ao mesmo tempo, pela identificação com a figura paterna, consegue sair do Complexo de Édipo e buscar, mais tarde, um objeto de amor parecido com a mãe. Esse é um aspecto da interdição paradoxal do superego, mas, conforme apontamos, por meio da identificação com o pai, o menino conseguirá estabelecer, futuramente, um vínculo com o objeto de amor do pai. Essa teorização é desenvolvida a partir do ponto de vista masculino, assim como propõe a psicanálise freudiana.

Portanto, a relação amorosa seria, já sabemos desde Freud, um prazer reconquistado, de um mundo antigo, perdido e reencontrado. Contudo, a relação amorosa genital não seria um reencontro total com o passado, mas sim em parte: parte desse amor se relaciona com o amor edipiano e outra parte com o amor primário. São essas as duas fontes do estado amoroso: edipiana e narcísica-fusional (Chasseguet-Smirgel, 1992). Chasseguet-Smirgel (1992) ressalta que a barreira do incesto funciona, para a criança edipiana, como uma proteção contra a ferida narcísica, que seria reconhecer sua própria impotência. A questão que a autora coloca é em que medida essa renúncia ao objeto edipiano, que se confunde com o objeto primário, é definitiva.

O percurso traçado ao longo desta pesquisa vem mostrando que essa renúncia não é completamente definitiva. Chasseguet-Smirgel (1992) também sinaliza que a renúncia ao objeto edipiano, na dissolução do complexo de Édipo, é relativa, pois, se o luto do objeto fosse total, a ferida narcísica decorrente desse

processo poderia dissolver o Ideal do Ego ou, por outro lado, abrir uma fenda maior entre o ego e seu ideal. A autora lembra que Freud situa no estado amoroso a projeção do Ideal do ego sobre o objeto, que é investido, atraindo o amor que o ego poderia sentir por ele mesmo. Tal processo, que poderia ser entendido como uma limitação do narcisismo, não é tão limitado assim, uma vez que o brilho dirigido ao objeto reluz no próprio ego, ou seja, também alimenta este. Na relação com o objeto amoroso, o sujeito se acha próximo ao seu Ideal encarnado, de acordo com a autora, que faz uma paródia à clássica frase freudiana, dizendo que “é o brilho do objeto (do Ideal do Ego) que cai sobre o Ego” (Chasseguet-Smirgel, 1992, p. 52).

Com o objetivo de continuar as investigações da dimensão inconsciente da conjugalidade, visando compreender o processamento das trocas identificatórias que propiciarão a formação do eu conjugal e a assimilação de elementos traumáticos do outro, partiremos, a seguir, para a análise do vínculo conjugal em si. Isto é, depois de termos resgatado a teoria psicanalítica sobre a escolha amorosa, discutiremos que características possui o vínculo entre o casal que se formou e em que medida esse vínculo é inédito ou, por outro lado, não estaria repetindo modelos familiares edípicos e vivências primárias com o primeiro objeto de amor.

1.4.

O vínculo conjugal: continuidade ou estrutura inédita?

Avançando na investigação acerca da conjugalidade, utilizaremos as contribuições de alguns autores contemporâneos da psicanálise de casal e família, que estudaram as modalidades de vínculo conjugal. Os autores argentinos Janine Puget e Isidoro Berenstein (1993) discutiram questões relativas ao vínculo conjugal, a partir de uma visão psicanalítica, considerando que o vínculo se refere a uma relação entre dois egos, com característica de extraterritorialidade – ou seja, não é uma relação intrasubjetiva, como é a relação objetal –, sendo, portanto, uma relação intersubjetiva. Rodolfo Moguillansky e Silvia Nussbaum, autores também argentinos e estudiosos da psicanálise vincular, sublinham que a noção de vínculo é uma ferramenta teórica bastante recente no campo da psicanálise. Segundo estes autores (Moguillansky e Nussbaum, 2011), o “vincular” e o “familiar” foram

incluídos no campo psicanalítico apenas na segunda metade do século XX.

No que diz respeito ao vínculo intersubjetivo do casal, Eiguer (2013) descreve quatro níveis de funcionamento, do mais arcaico ao mais superficial. O primeiro (arcaico) corresponde a uma indiferenciação entre as identidades dos parceiros; o segundo refere-se à ressonância entre os parceiros – o cônjuge vê no outro alguém que irá realizar seus desejos inconscientes; o terceiro nível abarca as ligações inconscientes que suscitam produções fantasmáticas; e o quarto nível (mais superficial) corresponde às leis compartilhadas pelos integrantes do vínculo. A tese de Eiguer (2013) é a de que o reconhecimento ocupa um lugar central na vida do casal e é através dele que o vínculo entre os parceiros pode ser construído. Segundo o autor, “reconhecer implica o que cada um é, assim como o que cada um carrega em si: fantasias, ilusões, desejos” (Eiguer, 2013, p. 45). São esses elementos – fantasias, desejos e ilusões – juntamente com elementos mal elaborados no psiquismo ou traumáticos, que, em nosso entender, farão parte da constituição do eu conjugal.

A teorização baseada em níveis de funcionamento do vínculo do casal, proposta por Eiguer (2013), não é a mesma postulada anos antes pelos teóricos das configurações vinculares, Puget e Berenstein (1993). A estrutura vincular conjugal, de acordo com estes autores, pressupõe acordos e pactos inconscientes, os quais serão base para o enquadramento e os sentidos da conjugalidade que se forma. Os acordos seriam uma apropriação mútua e compartilhada de traços de cada ego, ao passo que os pactos dizem respeito às partes incompartilháveis do ego, o que exige concessões para realizar o desejo do outro (Puget e Berenstein, 1993). Os autores consideram, ainda, que do ponto de vista psicanalítico o vínculo do casal se baseia em dois conceitos essenciais para a vida humana: o desamparo originário e a diferença dos sexos.

Puget e Berenstein (1993) postulam quatro parâmetros definitórios da conjugalidade: a cotidianidade, o projeto vital compartilhado, as relações sexuais e a tendência monogâmica. A cotidianidade, pela sua característica de estabilidade, rotina e ritmo, remete às modalidades primárias de relação – segundo os autores, “provêm de marcas impressas no caráter do ego, de aquisição precoce e incorporadas à identidade” (Puget e Berenstein, 1993, p. 7). Essa estabilidade do vínculo pode, quando na predominância de Eros, sustentar o crescimento do casal e a complexificação da identidade; entretanto, por outro lado, se predominar

Tanatos, tal estabilidade pode se tornar mortífera, cerceante e vivida como tédio pelos membros do casal. A cotidianidade, abarcando o enquadramento e a estabilidade do vínculo, é um pré-requisito para a concretização do projeto vital compartilhado, que é o segundo parâmetro definatório da conjugalidade, apontado por esses autores – trata-se de compartilhar espaço e tempo vincular.

A relação sexual é prescrita no vínculo conjugal, sendo necessário que haja uma aceitação da diferença e da incompletude para que a necessidade de um outro se coloque, podendo ser este outro fruto de prazer. A tendência monogâmica, que é o último parâmetro definatório da conjugalidade sublinhado por Puget e Berenstein (1993), diz respeito à qualidade de Objeto Único que o parceiro adquire no vínculo de casal – segundo os autores, há uma passagem de Objeto Único para Objeto Unificado no percurso do casal, desde o enamoramento até um vínculo mais complexo, sendo que existem casais que não conseguem fazer essa passagem. Há também egos que não suportam o vínculo com um Objeto Único pela vivência de aprisionamento que pode estar associada a tal condição; com isso, muitas vezes recorrem a relações extraconjugais, que não cumpram os parâmetros definitórios da conjugalidade. Retornaremos ao tema do Objeto Único mais adiante.

As modalidades de vínculo que os membros do casal podem estabelecer entre si são, de acordo com Puget e Berenstein (1993): corporal, anterior à linguagem falada e com características de fusão e ausência de limites – que pode ter como consequência tanto a angústia de perda de limites, pela irrupção vivida no próprio corpo, quanto a angústia de solidão, no caso de falta de contato –; outra modalidade vincular seria de nível fantasmático, em que o outro seria conforme o ego deseja, sendo construído como bom ou mau; e a última modalidade de vínculo seria o da comunicação, em que as palavras intercambiadas podem ser bem ou mal entendidas.

O que Puget e Berenstein (1993) chamam de “objeto-casal” pode comportar um ou mais modos de vínculo. O objeto-casal é constituído por muitas variáveis e é interno a cada parceiro. Foi construído a partir da história de cada um como filho – inicialmente, num vínculo dual narcisista e, posteriormente, já fruto de uma triangulação com pai e mãe. Será reatualizado na relação conjugal adulta, só que agora se trata de uma relação nova, o que pode ser fonte de muita angústia, uma vez que muitos sujeitos desejariam replicar o modo de vida do “objeto-casal

parental” de suas infâncias.

O casal é, portanto, o passado e o atual. Robert (2005) indica que, no casal, cada um transfere e desloca sobre o outro imagens do passado. Contudo, o casal também é o atual, e não só o passado: o atual seria o encontro com a alteridade, com o estrangeiro. O autor pontua que a palavra “laço” ou “vínculo” (*lien*, em francês) é polissêmica e suscita interrogações sobre o narcisismo e a relação de objeto, portanto, sobre o período primário da constituição do psiquismo. Muitos casais recebidos em sua clínica apresentam o medo do compromisso, mantendo uma incerteza com relação ao vínculo, uma vez que a possibilidade da perda não pode ser assumida nem suportada.

Essa impossibilidade da perda do outro remete, em nosso entender, a perdas vividas com objetos do passado. Puget e Berenstein (1993) apontam que muitos casais atendidos por eles na clínica sofrem com o desprendimento dos vínculos parentais com as famílias de origem, assim como encontram dificuldade em criar uma estrutura inédita na relação conjugal. Segundo os autores, alguns casais se comportam, pela angústia de ser indiferenciado, como se permanecessem em um mesmo contínuo com a família de origem, reproduzindo seus modelos. Outros casais já fixam o começo de uma história neles mesmos, desconsiderando seu passado geracional. Muitos casais demonstram, ainda, intolerância quando se percebem parte de uma continuidade. Esses são os diversos mitos de origem de cada casal.

Convém apontar a observação feita por Mogueillansky e Nussbaum (2011) sobre as ricas contribuições teóricas de Puget e Berenstein nos últimos anos. Os primeiros autores afirmam que, em trabalhos posteriores à obra “Psicanálise de casal” (Puget e Berenstein, 1993), Puget e Berenstein deixam um pouco de lado a visão da conjugalidade como repetição de modelos, pautada no determinismo psíquico freudiano, para adotar uma postura de entendimento do vínculo conjugal como uma possibilidade de abertura ao novo, enfatizando o que se produz na presença, no aqui e agora, a partir do encontro de duas alteridades.

Essa visão crítica traz uma importante contribuição ao tema da repetição na conjugalidade. Na opinião de Mogueillansky e Nussbaum (2011), contudo, com a ressalva, também sustentada por nós, de que há um risco de se perder o que a tradição psicanalítica nos deixou como legado, que é o entendimento sobre o determinismo inconsciente e o mecanismo da repetição. Este é o modo, inclusive,

que concebemos nossa pesquisa sobre a conjugalidade em relação com a transmissão de elementos traumáticos, uma vez que buscamos trabalhar com a ideia de que a conjugalidade faz o sujeito se haver com um trauma constitutivo, edípico ou pré-edípico, e com o modo como este será elaborado no processo de constituição da identidade do casal.

No entanto, consideramos interessante revisitar autores que enriquecem a visão freudiana sobre as relações amorosas e a conjugalidade propriamente dita, distanciando-se em parte daquela concepção clássica da psicanálise freudiana – de idealização do objeto amoroso e de o prazer nas relações estar ligado somente à satisfação sexual, pulsional. Winnicott (1970) é um desses autores que buscou analisar a experiência amorosa como possuindo características de transicionalidade, em que é possível obter prazer, não a encarando somente como um movimento cerceante da subjetividade ou mesmo pura repetição de modelos do passado. A seguir, buscaremos discutir melhor essa proposta.

1.5. A transicionalidade nas relações amorosas

O psiquismo compartilhado pelos membros do casal irá se estruturar na relação, na transicionalidade, no espaço ilusório entre o interno e o externo. Essa proposta de compreensão da conjugalidade ligada ao espaço transicional é explorada por muitos autores contemporâneos, dentre eles Eiguer (1985) que, quando desenvolve o tema da escolha de objeto, recorre a conceitos winnicotianos, explorando a ideia da existência de um mundo objetal compartilhado pelo casal, que não é nem real nem fantasístico, mas sim um espaço potencial. Neste espaço, ocorre um jogo transicional, possibilitando o intercâmbio do estado amoroso, da vida imaginativa, do humor.

A área dos fenômenos transicionais é considerada uma área de experimentação, que inclui realidade interna e externa. Os objetos transicionais são especialmente importantes para o bebê na hora de dormir, em momentos de solidão ou de privação, segundo Winnicott (1971). Para o autor, o objeto transicional representa, de forma ilusória, o seio ou o objeto da primeira relação. Os fenômenos transicionais ocorrem com objetos que não fazem parte do corpo

do bebê, mas também não são por ele reconhecidos como pertencentes à realidade externa.

Fazendo uma associação dos fenômenos transicionais com as relações amorosas, consideramos que o casal desfruta de um espaço potencial, que é ilusório e permite a experiência de compartilhamento de uma realidade, que é externa e interna ao mesmo tempo. A experiência do espaço potencial é uma experiência entre o eu e o não-eu – a pessoa amada é, paradoxalmente, reconhecida como diferente e parte do mundo subjetivo (Lejarraga, 2012).

Lejarraga (2012), a partir da importante contribuição de Winnicott de que as relações amorosas se veiculam com o brincar, sendo um espaço potencial, afirma que: “na perspectiva winnicotiana, o par amoroso não procura a união abolindo as diferenças, mas vivencia os paradoxos da transicionalidade, desejando se unir e fusionar e, ao mesmo tempo, explorar e descobrir o outro diferente” (Lejarraga, 2012, p. 15). Portanto, não se trata de considerar a formação do eu conjugal como uma fusão de dois egos com a abolição das diferenças e a formação de um psiquismo compartilhado homogêneo, mas sim visamos discutir e problematizar, nesta pesquisa, as complexas origens do psiquismo do casal, assim como as formas que os parceiros encontram para lidar com o paradoxo da repetição e da criação, que estarão sempre permeando o encontro a dois.

Consideramos que, no espaço transicional da conjugalidade, há o processamento de uma transmissão psíquica inconsciente, uma vez que será esse espaço potencial que possibilitará a constituição de uma identidade própria ao casal, assimilando aspectos de cada membro ligados ao passado (edípico ou pré-edípico) dos mesmos. Eguier (1985) marca esse processo na passagem: “considerando o valor altamente resolutivo, restitutivo e simbólico do encontro amoroso, a relação herda todos estes aspectos e tende a se estabilizar, a se perpetuar. Estes múltiplos sentidos ligam fortemente os dois componentes do casal” (Eguier, 1985, p. 32).

Contudo, a experiência amorosa é, conforme apontou Lejarraga, uma experiência paradoxal, pois inclui o desejo de fusionar-se e, ao mesmo tempo, de descobrir o diferente. “A intimidade do casal ocorre no espaço potencial, no espaço do brincar, em que cada integrante do par pode experimentar seu gesto criativo na relação com o parceiro, sendo este último também reconhecido como outro diferente, e como parte do mundo subjetivo” (Lejarraga, 2012, p. 127).

A criatividade está relacionada com o sentimento da existência, uma vez que, sem esta, o sujeito viveria somente respondendo a estímulos (Winnicott, 1970). No texto “Vivendo de modo criativo”, Winnicott (1970) sinaliza que a criatividade refere-se à experiência infantil, que consiste na capacidade de criar o mundo, o que permite a manutenção da vida. Com relação ao viver criativo no casamento, o autor aponta que parece haver um sentimento de declínio de iniciativa em muitos membros de um casal, ou seja, nem todos podem se sentir criativos no casamento e, portanto, nem todos permanecem casados.

Contudo, Winnicott (1970) ressalta que “o tédio resulta do tamponamento da vida criativa, que provém do indivíduo, e não da parceria, ainda que um parceiro possa inspirar criatividade” (p. 30). Convém refletirmos sobre a origem desse tamponamento da vida criativa, ou seja, por que e em que momentos o tédio parece dominar a vida a dois, bloqueando a possibilidade de o novo emergir? Winnicott traça uma possibilidade de resposta a esse questionamento: o autor diz que muitos daqueles que não conseguem ser criativos e, portanto, são vítimas da compulsão, estão repetindo elementos de suas histórias. Acrescentamos que, quando os sentimentos de tédio ou angústia dominam, esses casais parecem estar repetindo elementos traumáticos da sua história – vivências difíceis com os objetos primários ou edípicos de suas infâncias, que, na vida a dois, são rememorados.

Sobre essa mesma questão, Lejarraga (2012) também ressalta, a partir de sua leitura de Winnicott, que a parceria amorosa do casamento pode empobrecer os membros, caso eles tenham receio de afastarem-se um do outro, o que poderia gerar o tamponamento da vida criativa. Para a autora, “a experiência amorosa é saudável quando é ilusória e lúdica, porque o indivíduo que ama cria ilusoriamente o parceiro amoroso que é encontrado na realidade” (Lejarraga, 2012, p. 96). As relações amorosas podem se tornar patológicas quando um dos parceiros não conseguiu internalizar a confiança no mundo, a partir das relações afetivas iniciais e, por isso, não consegue desenvolver o brincar criativo em suas relações emocionais, segundo Lejarraga (2012).

Há, portanto, aqueles que se sentem tolhidos em seu casamento e há outros que sentem poder exercer a criatividade, não se tornando vítimas da compulsão. Mas há um terceiro grupo, que é a maioria, segundo Winnicott (1970), que está num estágio fronteiro entre essas duas situações descritas anteriormente. Essa

fronteira diz respeito à possibilidade de conviver com a criatividade, ou seja, com a nossa capacidade (infantil) de tentar constantemente recriar o (nosso) mundo, mas ao mesmo tempo lidar com o princípio de realidade, alertando-nos de que algumas coisas não são possíveis. A noção de realidade é adquirida nas etapas mais precoces do desenvolvimento emocional, ou seja, tem a ver com os estágios iniciais da relação objetal (Winnicott, 1970).

As contribuições winnicotianas trazem um importante acréscimo ao estudo das relações amorosas, por possibilitarem a reflexão sobre os dois pólos sempre presentes na vida conjugal, que são: a repetição de modelos do passado, por um lado, e a possibilidade de exercício da criatividade e a emergência do inédito, por outro. Sem buscar estabelecer visões estanques, consideramos que seja necessário aliar a visão winnicotiana da experiência amorosa do casal, relacionada ao brincar, com os aspectos da repetição de um passado pulsional, que se apresenta no encontro a dois, para avançar a nossa investigação. Nosso trabalho de pesquisa constitui-se – não devemos deixar de ressaltar – a partir de bases psicanalíticas, que pressupõem o mecanismo da repetição, a transmissão psíquica inconsciente e a vida infantil como fator determinante na constituição do psiquismo.

A contribuição winnicotiana enriquece o entendimento das relações amorosas, sobretudo pela característica importante de ter dado foco à exploração das relações iniciais entre mãe e bebê. Lejarraga (2012) pontua que houve uma ênfase, pela psicanálise atual, no estudo da dupla mãe-bebê e nos processos de comunicação que se dão nesse período tão importante do desenvolvimento, que propiciarão a capacidade de amar e uma vida psíquica saudável. A capacidade de estabelecer um contato íntimo com o parceiro depende, segundo a autora, da confiança introjetada nas primeiras experiências mãe-bebê, que inauguram um espaço transicional entre eles.

A busca de um entendimento das relações amorosas a partir da análise das relações iniciais entre mãe e bebê, tendo como premissa a ideia de que há não só uma revivência desse período arcaico na experiência conjugal, mas também que as bases de identificação e confiança primárias se constituem nas primeiras experiências, foi objetivo de muitos autores no campo psicanalítico. Sendo assim, faz-se necessário revisitar as contribuições de alguns dos autores que discutiram a reencenação de vivências passadas, infantis, na cena conjugal. Veremos como o estudo desse período primitivo pode nos ajudar em nossa pesquisa sobre a

conjugalidade.

1.6. Os primórdios na conjugalidade

Já estudamos, a partir de Freud, os aspectos edípianos presentes na escolha amorosa. O registro primário também se encontra presente na teorização freudiana, ainda que de uma maneira não tão evidente quanto o registro edípico. Sendo assim, consideramos relevante voltar o foco para esse período primordial do desenvolvimento emocional, que irá influenciar, em articulação com o período edípico, a escolha de objeto de amor e, conseqüentemente, a instauração da conjugalidade.

Kernberg (1995), ao discutir as origens da excitação sexual, aponta que esta evidentemente tem suas raízes biológicas, por servir ao instinto da reprodução no reino animal, contudo, afirma que a psicanálise, assim como a observação de bebês psicanaliticamente inspirada, mostrou que a excitação sexual se origina das primeiras experiências prazerosas entre bebê e cuidadores, culminando na centralidade madura das sensações genitais da adolescência. Nos primeiros anos de vida, a excitação sexual é difusa e relacionada à estimulação das zonas erógenas. O desejo erótico, por outro lado, já é mais elaborado e vinculado ao objeto edípico. Em casos patológicos, como em patologias narcísicas graves, o desmantelamento do mundo interno das relações objetais pode levar à incapacidade de desejo erótico, a uma excitação sexual difusa e insatisfeita, ou mesmo à ausência de capacidade de experienciar qualquer excitação sexual (Kernberg, 1995).

Enquanto as vicissitudes da excitação sexual no contexto da relação mãe-bebê (pré-edípica) representam a origem do desejo erótico, tal desejo chega ao ponto máximo no estágio edípico do desenvolvimento, segundo Kernberg (1995). Parece que os registros dos acontecimentos da pré-história do sujeito ficam marcados no psiquismo como, na poética expressão de Puget e Berenstein (1993), “pinturas rupestres” (p. 147). Já as características do amor sexual maduro, que remontam ao estágio edípico, referem-se à excitação sexual, à ternura e à tolerância da ambivalência normal de todas as relações humanas, a uma identificação com o outro, a uma forma madura de idealização, e ao caráter

apaixonado da relação amorosa, nos seus três aspectos: o relacionamento sexual, o objetal e o investimento do superego no casal (Kernberg, 1995).

Puget e Berenstein (1993) acrescentam uma visão interessante sobre a analogia entre a relação de casal e a relação dual mãe-bebê. Os autores estudaram a representação corporal no vínculo de casal, indicando que, inicialmente, há um vínculo com característica de Objeto Único – que remete ao fundante e originário –, sendo pautado em dois pólos: o do desamparo e o outro pólo amparador. Em seguida, o modelo de vínculo corporal do casal iria adquirir característica de complementaridade entre sustentar e ser sustentado – nesse nível, Puget e Berenstein (1993) relembram o modelo do bebê amparado pelos braços da mãe, o que possibilita uma base para a identificação; enquanto que, na relação do casal, o correspondente seriam os abraços e carinho entre os parceiros, assim como a voz, que têm como função a sustentação do ego.

A descrição do vínculo com o Objeto Único consiste em:

O vínculo estável com um outro, dotado de caráter de exclusividade e necessidade, a quem ninguém poderia substituir, buscado pelo ego, sem o qual se vê ameaçado pela vivência de aniquilação, dá lugar a esse vínculo peculiar, que chamamos de ‘objeto único’. É a primeira organização objetal ainda investida de narcisismo originário. Dela deriva a busca da sensação oceânica e de fusão com esse objeto investido, portanto, de qualidades onipotentes, onipresentes e oniscientes (Puget e Berenstein, 1993, p. 138).

No início da vida, quem assume a posição de Objeto Único é a mãe, com capacidade de prever o desejo do filho, pela possibilidade de sintonia e conexão inconsciente com o bebê que a mãe desenvolve através da “preocupação materna primária” (Winnicott, 1956), tornando-se um ego auxiliar do infante. Lejarraga (2012) ressalta, ainda, que o estado de preocupação materna primária tem como elemento essencial o sentimento amoroso. Sabemos que a “preocupação materna primária” ou “devoção materna” é um estado comum das mães e quase patológico, mas necessário para que a mãe se identifique com seu bebê e seja capaz de sentir-se em seu lugar (Winnicott, 1956). Através da comunicação silenciosa entre mãe e bebê, há a possibilidade de ocorrer uma identificação materna com seu bebê, assim como este pode ir aos poucos adquirindo uma sensação de confiança e segurança, uma vez que percebe que, mesmo que haja

falhas nos cuidados, a mãe vai reparar seus erros; com isso, o bebê adquire uma sensação de continuidade de ser (Lejarraga, 2012).

O objeto amoroso na relação de casal adquire a função de Objeto Único, ou seja, o outro é sentido como o único doador de segurança e amor incondicional e com o qual se estabelece um vínculo de completude (Puget e Berenstein, 1993). Para o bebê, a mãe também é essencial e imprescindível. De acordo com Puget e Berenstein (1993), o “Objeto Único” seria, então, a contrapartida do desamparo originário. Nas palavras dos autores:

Aquele Objeto Único, capaz de significar, no começo da vida, tinha o compromisso humanizante de favorecer o desenvolvimento do bebê, considerada sua condição de desamparo, enquanto que o objeto amoroso é um derivado afastado do Objeto Único, escolhido para estabelecer com ele uma relação de reciprocidade e simetria (Puget e Berenstein, 1993, p. 141).

Assim como a mãe funciona como ego auxiliar do bebê, antecipando suas necessidades – como, por exemplo, de um mal estar que não se sabe nomear –; nas relações conjugais, muitas vezes, também se estabelece esse tipo de vínculo, em que um espera que o outro antecipe seus desejos, obtendo, segundo Puget e Berenstein (1993), um prazer superior à resposta ao desejo formulado.

Outra autora que também aborda a reedição do amor primário no estado amoroso genital é Chasseguet-Smirgel (1992), que destaca a revivência dos traumatismos de separação na relação amorosa. Os casais vivem, segundo ela, um estado de completude e comunhão, em que a solidão parece ser negada e o outro é visto como aquele que sempre irá ser compreensivo, assim como uma mãe rapidamente compreende seu filho. A autora ainda ressalta uma qualidade importante da indistinção primária: a união do Ego e do Ideal, que acrescentamos ser reeditada na conjugalidade. O exemplo disso seria o amor cortês, no qual há uma separação entre a idealização do amor e a (im)possibilidade de sua realização, proibição nitidamente de natureza edípica. Segundo Chasseguet-Smirgel (1992): “Pode-se compreender que esta clivagem entre o narcisismo e as pulsões, em certas formas de amor, longe de representar um acesso ao estágio genital, não exprime senão a nostalgia lancinante da fusão primária que se confunde com a do Ego e do Ideal” (p. 55).

O tema da fusão primária remete-nos à vivência que muitos casais costumam ter de tornarem-se “um só” na conjugalidade. O tornar-se “Um” na

relação conjugal foi uma questão abordada por Mogueillansky e Nussbaum (2011), que consideram tal fenômeno como sendo uma busca ilusória de consistência narcísica, que permite ao casal se sentir como um fim em si mesmo. Segundo os autores, essa ilusão estrutura o vínculo, pois permite o estabelecimento de lugares inconscientes que são fonte de sentido, produzindo uma nova subjetividade – seria um novo momento de constituição narcisista, em que os membros do casal não são mais os mesmos, estando estes sob a premissa ilusória de ter a mesma ilusão.

No entanto, a ilusão do novo casal de formar uma nova estirpe irá fracassar, uma vez que a psicanálise nos mostra que há uma dimensão de repetição de geração para geração, sendo, portanto, impossível se desvencilhar totalmente dos modelos familiares que o precederam e constituir algo absolutamente novo. De acordo com essa posição teórica, nossa pesquisa percorrerá os caminhos da transmissão psíquica geracional, buscando desvelar onde se encontram as raízes da conjugalidade, principalmente no que diz respeito ao ponto de vista identificatório.

Constatamos, portanto, que na fase de enamoramento do casal há uma revivência da relação mãe-bebê, conferindo ao outro características de vínculo com um Objeto Único, algo que para muitos casais inclusive nunca será superado. Há aqueles que conseguem fazer a passagem de Objeto Único para Objeto Unificado (Puget e Berenstein, 1993), em casos em que as mentes dos membros do casal podem ser discriminadas, não sendo totalmente fusionadas, como em casais mais regredidos.

Essas questões serão aprofundadas ao longo desta pesquisa, principalmente no capítulo 3, quando estudaremos a fusão simbiótica no casal. Para seguir tal percurso, no entanto, convém já iniciarmos a investigação dos processos identificatórios na conjugalidade, tão importantes para a constituição do eu conjugal e também relevantes para a compreensão dos aspectos da transmissão psíquica envolvidos na instauração da conjugalidade.

1.7.

Os processos identificatórios na conjugalidade

A conjugalidade, como vimos, constitui-se como uma realidade compartilhada, área transicional que inclui realidade interna e externa, portanto, a

dimensão identificatória está em seu cerne. Magalhães e Féres-Carneiro (2003), no artigo “A conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do eu”, buscam analisar as relações entre conjugalidade, identificação e o papel dos ideais no processo de subjetivação dos parceiros. Sua tese é que a conjugalidade pode ser considerada uma dimensão privilegiada no processo de recriação do eu, considerando que a constituição da subjetividade tem como base a questão identificatória contínua. Como afirmam as autoras, “o estudo da conjugalidade em sua intrincada faceta identificatória representa, do nosso ponto de vista, uma oportunidade para compreender esse movimento ao mesmo tempo criativo, fluido, aprisionante, ambivalente” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, p. 43). O que buscam ressaltar é a dupla dimensão da conjugalidade: ao mesmo tempo em que se relaciona com os aspectos primários e edipianos, também se apresenta como uma possibilidade de recriação do eu; por isso, é aprisionante e criativa ao mesmo tempo.

As trocas conjugais que permitem a constituição de um espaço psíquico compartilhado pelos membros do casal envolvem os processos identificatórios, seja através dos mecanismos da introjeção, da incorporação ou da identificação projetiva. Quanto ao vínculo conjugal, há relações patológicas em que não há uma troca identificatória saudável entre o casal, mas sim uma incorporação do outro, o que causa um empobrecimento do eu. Há, nesses casos, uma substituição do eu pelo próprio objeto, funcionando este como um tampão; faz-se uma hipercatexia do objeto, que é colocado no lugar do ego ou do ideal de ego (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003). A passagem seguinte resume duas das principais formas de identificação presentes na conjugalidade:

A conjugalidade se estrutura de acordo com essas duas formas de identificação com o parceiro, incorporando-o ou introjetando-o. Quando a conjugalidade se constitui por incorporação, o componente alteritário é desconsiderado. Por outro lado, quando a conjugalidade se forma por meio da introjeção, o parceiro pode ser assimilado e transformado, num processo criativo, preservando e enaltecendo a alteridade. A saúde do vínculo conjugal depende dessa possibilidade (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, p. 43).

Ao longo desta pesquisa, iremos discorrer mais profundamente a respeito das trocas identificatórias na conjugalidade, pois ainda há a identificação projetiva, bastante presente na relação conjugal. Nesse momento, é importante

registrar o percurso iniciado por Freud (1921) em seu trabalho sobre a psicologia de grupos, no qual postulou diferentes tipos de identificação: a identificação primária (pré-edípica) – que nos coloca a dimensão da incorporação; a identificação como substituto regressivo da escolha de objeto abandonada; e o deslocamento, que ocorre, por exemplo, na identificação histérica, através do fenômeno da empatia. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2003), essas três formas de identificação podem estar presentes no jogo da conjugalidade, resultando em um processo enriquecedor ou empobrecedor. De acordo com as autoras, “a identificação surge a partir do investimento objetal, mantendo inconsciente a relação abandonada. O eu se transforma segundo o modelo de objeto abandonado e se oferece ao isso como substitutivo” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, p. 45). O sujeito se encontra, portanto, num percurso de identificações em que há uma dupla exigência: de interdição e do ideal a ser atingido – percurso este que será revivido no encontro amoroso, este também um passo importante no processo de constituição da identidade.

Consideramos necessário refletir sobre a articulação entre os registros primário e edípico como fundamental para o processo identificatório, sendo assim, fundamental para a constituição da conjugalidade e do eu conjugal. Como disseram Magalhães e Féres-Carneiro (2003), a identificação mantém inconsciente a relação abandonada, portanto, entendemos que aquilo que foi abandonado teria sido tanto o objeto fruto da identificação secundária, edípica, quanto da primária, narcísica, ambas retomadas no momento em que uma nova identificação se processa: a conjugal. O tema das identificações primária e secundária já estava presente, ainda que sem nomeá-lo, no texto freudiano sobre o narcisismo, no qual Freud (1914) descreve as formas de escolha de objeto amoroso.

Abordamos, neste capítulo, a questão da dificuldade de uma renúncia total aos objetos de amor da infância, enfatizando, contudo, que a experiência amorosa propiciada pela conjugalidade seria uma possibilidade de lidar com essa questão. Sabemos que o desinvestimento das ligações com os objetos da infância faz-se necessário – já no momento da adolescência e, posteriormente, na idade adulta – para que identificações secundárias possam se processar. No entanto, as identificações primárias permanecem como garantia para que uma perda do objeto não venha ocasionar uma perda do ego (Cardoso, 2001). Tais identificações serão reeditadas na conjugalidade, uma vez que os membros do casal se deparam com a

possibilidade de recriação do eu e, portanto, com um rearranjo identificatório, que irá culminar na constituição do eu conjugal.

Convém destacar a importância das identificações primárias e secundárias, narcísicas e edipianas, para a constituição do eu conjugal, pois consideramos que, havendo relações traumáticas baseadas na incorporação no âmbito primário, a identificação primária será prejudicada, o que, por sua vez, não dará suporte para o processo de identificação secundária, dificultando a constituição do eu conjugal. Esse percurso de identificações remete-nos ao tema da transmissão psíquica, que será abordado no próximo capítulo.

A questão da identificação, assim como da idealização no amor adulto, foi trabalhada também por Kernberg (1995), que acrescenta que a idealização estabelece uma continuidade entre o amor romântico adolescente e o amor maduro, em que o que é projetado no parceiro são os ideais, provenientes de desenvolvimentos do superego, incluindo o ideal do ego. Kernberg (1995) remete-nos à interessante contribuição de Chasseguet-Smirgel (1992) sobre o amor maduro: a autora defende que, neste, há uma projeção limitada de um ideal de ego menos grandioso no objeto amado idealizado, em comparação com o amor adolescente, mas ao mesmo tempo há um maior retorno narcísico ao *self*, pela gratificação sexual propiciada pelo objeto amado. A idealização do parceiro deve, contudo, ser capaz de tolerar a ambivalência, sob pena de, caso não tolere a agressividade que inevitavelmente vai aparecer, a idealização ser destruída, na medida em que amor e ódio, libido e agressão, estão presentes na interação do casal – evidentemente com a predominância, em casais normais, do amor sobre o ódio (Kernberg, 1995).

Chasseguet-Smirgel (1992) afirma que o encontro amoroso promove um retorno ao narcisismo, um mergulho neste. O Ideal do Ego suporta uma maior relatividade, segundo ela, pois perde sua megalomania e acostuma-se com a cotidianidade própria ao amor, ou melhor, à relação durável. A imagem do Ideal do Ego, desenvolvida através do amor da organização edipiana, compreende, de acordo com a autora, alguns elementos, quais sejam: meios diferentes de reencontrar a completude primária perdida; reinvestimento do ego permitido pela atividade sublimatória e pelas satisfações sexuais completas; amar o parceiro em sua finitude e vulnerabilidade; e, por fim, a ligação com o objeto fará manifestar os resíduos da perseguição no amor da fusão primitiva e da satisfação incestuosa.

Convém ressaltar que a fusão primitiva ou simbiótica, que é resgatada na experiência da paixão, acaba por fazer parte do vínculo do casal, desde que mantenha a diferenciação entre as fronteiras do *self* e não-*self*. Tal tema será aprofundado quando, no capítulo 3, estudarmos a fusão simbiótica no casal. No entanto, convém iniciar a discussão sobre a ligação com o objeto conter resíduos do amor primitivo, fusional. Esse tema remete-nos ao conceito de “colusão”, criado por Willi e resgatado por Eiguer (1985), que diz respeito ao fato de os integrantes do vínculo conjugal não conseguirem contemplar o outro como alguém independente, mas sim como aquele que completa, isto é, como se o parceiro funcionasse como compensação em relação aos sentimentos de insegurança do outro. Nesse sentido, o parceiro é utilizado como parte de si mesmo, estando a serviço do outro (Moguillansky e Nussbaum, 2011). Na colusão, evidencia-se uma atração mútua a partir de aspectos psíquicos complementares e, ao mesmo tempo, permeada por constante sensação de frustração, uma vez que se torna impossível cumprir a expectativa de que o outro o complete totalmente.

Estar unido ao outro na conjugalidade, mas ao mesmo tempo ameaçado pela possibilidade de fusão, é uma experiência complexa, que exige um trabalho de elaboração psíquica. Este é, no nosso ponto de vista, parte do processo de metabolização de elementos traumáticos, próprios à conjugalidade, uma vez que a possibilidade de fusão com o objeto reativa angústias primárias. A colocação de Kernberg (1995) de que “permanecer dentro das fronteiras do *self* e ao mesmo tempo transcendê-las na identificação com o objeto amado, é uma excitante e estimulante, mas também dolorosa condição do amor” (Kernberg, 1995, p. 43) nos faz refletir sobre como é complexa a experiência amorosa, por mobilizar tantas reconfigurações identificatórias e um resgate tão intenso da vida pulsional infantil.

Abordar o tema da identificação na relação conjugal nos conduz ao conceito de transmissão psíquica inconsciente, uma vez que os processos identificatórios são um meio de a transmissão se processar, seja entre pais e filhos, seja entre os membros do casal. O próximo capítulo será dedicado a essa questão, contudo, convém já apontarmos algumas dimensões do tema, suscitadas por nosso estudo acerca da conjugalidade.

1.8. Conjugalidade e transmissão

Os mitos familiares trazidos por cada um dos sujeitos se fazem presentes na formação do casal conjugal. Trata-se de construções míticas, como regras e mandatos transgeracionais que marcam papéis, missões e legados para cada membro da família. Esses mitos seriam outro elemento para nossa reflexão sobre os pólos: repetição e criação, presentes na conjugalidade. Eiguier (1985) afirma que:

A mitologia familiar, com suas imaginárias e seus relatos alegóricos relativos à história familiar, história representada, mais fantasmada do que real, remete à pertença, sob a forma de reconhecimento de semelhanças físicas e morais, de uma religião comum, de ideais morais partilhados, de representações e de gostos culturais semelhantes (Eiguier, 1985, p. 39).

Freud (1914) já falara sobre isso quando, discutindo a ideia de narcisismo originário, chega à conclusão de que o narcisismo infantil nada mais é do que uma reedição do narcisismo dos pais – o filho, “Sua Majestade, o bebê”, é aquele que terá tudo o que os pais não tiveram. Essa expressão diz respeito ao fato de que os pais esperam que a criança concretize os sonhos que eles não conseguiram realizar. “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior” (Freud, 1914, p. 98). Consideramos, concordando com as contribuições de Moguillansky e Nussbaum (2011), que através da construção teórica sobre o narcisismo Freud mostra que não estava alheio ao papel da família na constituição psíquica. Magalhães e Féres-Carneiro (2011) também ressaltam que o narcisismo dos pais é um eixo estruturante da transmissão psíquica geracional.

Na conjugalidade, os ideais se fazem presentes não somente através dos mandatos inter e transgeracionais que são reatualizados, mas também da busca, na escolha do parceiro, de aspectos ligados ao ideal do ego. Kernberg (1995) aponta a importância dos ideais na experiência amorosa, quando diz que “no amor sexual maduro a replicação do ideal do ego na forma do objeto amado idealizado cria um sentimento de harmonia com o mundo e a realização do sistema de valores e dos ideais estéticos da pessoa: a moralidade e a beleza são realizadas na relação

amorosa” (Kernberg, 1995, p. 27).

Uma família inicia-se a partir da união do casal, portanto, há um entrecruzamento de mitos familiares, de ideais, de dois Édipos, enfim, duas histórias se unem para criar um novo casal e, posteriormente, uma nova família. No entanto, o eu conjugal formado pelo casal, entendido como um psiquismo compartilhado pelos parceiros conjugais, não é a mesma coisa que o eu de cada um separadamente. Eiguer (1985) indica que a coesão na família refere-se aos objetos dos avós, a um jogo fantasmático entre seus membros, que constroem um espaço potencial, uma continuidade entre o eu e o outro, que responde às angústias de perda, incerteza e penetração. Eiguer pontua, contudo, que o grupo familiar deve sofrer muitas mudanças para encontrar uma coesão e um entendimento específicos.

Sobre esse entrecruzamento na formação de uma coesão familiar, Eiguer afirma que:

A escolha de objeto sexual, lembremo-lo, ao mobilizar os inconscientes individuais, dá nascimento ao inconsciente do casal e, em seguida, ao da família. A ressonância do objeto interior inconsciente do sujeito com o parceiro e a ressonância do objeto interior do parceiro com o sujeito fundaria uma dupla ligação Ego-objeto inconsciente (relações objetais entrecruzadas que fundam o mundo de objetos inconscientemente partilhados) (Eiguer, 1985, p. 34).

O entrecruzamento de relações objetais internalizadas entre os membros do casal contribui para a fundação do eu conjugal, tendo como base a interfantasmática, que seria o ponto de encontro das fantasias de cada membro do grupo familiar, sendo este também um dos organizadores da vida familiar (Eiguer, 1985). Falamos em “fantasia”, e não em “fantasma”, pois há aí um problema de tradução que implica em uma diferente conceituação teórica: “fantasia” refere-se a um processo estruturante da subjetividade humana, enquanto que “fantasma” nos remete ao que assombra o inconsciente, ligado à transmissão bruta do trauma, do não-elaborado. A fantasia refere-se a representações inconscientes, pré-conscientes e conscientes, mas adquirindo uma dimensão transformadora (Eiguer, 1985).

Consideramos, portanto, que a escolha amorosa, aquilo que vai nos ligar ao outro, é da ordem da transmissão. A conjugalidade dos pais é transmitida aos filhos e cabe a estes integrar a herança recebida. Julien (2000) questiona como se

dá a transmissão da lei que impõe abandonar pai e mãe para que homem e mulher fundem uma nova família. Para esse autor, a lei do desejo – aquela que permite abandonar pai e mãe para fazer uma aliança com alguém vindo de fora – é o que funda a conjugalidade. A questão de Julien é: como se transmite essa lei? O autor enumera, então, algumas etapas: a) necessidade de ruptura com a família originária; b) não há ruptura possível sem transmissão parental; c) não há transmissão sem conjugalidade fundadora da parentalidade, ou seja, “só uma mãe e um pai que foram e ainda continuam sendo um *para* o outro mulher e homem podem transmitir *a lei do desejo* a seus filhos uma vez crescidos” (Julien, 2000, p. 46).

Portanto, entendemos, concordando com as ideias de Julien (2000), que, para que o sujeito possa constituir um eu conjugal com um parceiro, deve ter recebido de seus pais, através do processo de transmissão parental, algo como um aval que possibilite ser um outro independente, desejante e fruto de uma conjugalidade, em que pai e mãe foram homem e mulher para o outro. Essa possibilidade de abandonar pai e mãe liga-se ao que o autor coloca no seguinte trecho:

Assim, os pais que, graças à sua conjugalidade, permanecem em sua própria geração não fazem recair sobre os filhos tornados adultos o peso de uma dívida de reciprocidade. O filho não tem de dar em troca aos pais *tanto* amor quanto deles recebeu. Não, o amor desce de geração em geração, mas não remonta, caso proceda da lei do desejo (Julien, 2000, p. 46).

Constatamos, então, que é necessário que os pais deixem seus filhos partirem para que a conjugalidade se instaure, contudo, a partir de que mecanismos essa transmissão parental se processa? Ou então: quais são os processos identificatórios que possibilitam a constituição da conjugalidade e, sobretudo, do eu conjugal? Investigaremos essas e outras questões no próximo capítulo, iniciando pela abordagem do conceito de transmissão psíquica.

2

A transmissão psíquica inconsciente na conjugalidade

“Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Goethe).

Todo sujeito recebe uma herança genealógica e psíquica de seus familiares, tendo como tarefa lidar com esse material. O ambiente familiar e, especificamente, a vida do casal são espaços nos quais os mecanismos de identificação irão se processar, assim como são cenas nas quais a transmissão psíquica inconsciente vai se apresentar, seja através do legado psíquico herdado de gerações anteriores, seja através da transmissão inconsciente entre os membros de uma mesma geração, que permitirá a constituição do psiquismo familiar e do psiquismo conjugal.

Pode-se constatar que, nos marcos de mudança do desenvolvimento, o sujeito tende a revivenciar o passado, como, por exemplo, na adolescência – em que a questão edípica da infância retorna –; no casamento – em que a união conjugal dos pais é relembrada –; na parentalidade – em que as memórias primitivas de bebê são reativadas, tendo os pais seu narcisismo reinvestido com o nascimento de um filho –; e segue assim pelo resto da vida. Essas reatualizações trazem à tona as fantasias do passado, tanto do próprio sujeito, quanto fantasias familiares de outras gerações. Essas vivências de resgate do passado são parte do processo de transmissão psíquica inconsciente, uma vez que o psiquismo de um sujeito está sempre relacionado com o daqueles que o precederam.

Ao lançar o foco sobre a conjugalidade, tomando como base a transmissão de elementos traumáticos através das gerações, considera-se que esses elementos mal assimilados ao psiquismo retornam com a revivência do Édipo no casamento, tendo sido transmitidos para os membros do casal através do processo de “transmissão psíquica”. Trata-se aqui de uma transmissão inconsciente, que também ocorre com os membros do casal na formação de sua identidade conjugal, uma vez que há a formação de uma estrutura psíquica conjugal que supera os limites egoicos.

Nosso interesse, nesta pesquisa, é analisar os elementos traumáticos presentes em toda e qualquer relação conjugal, com ênfase no constitutivo, uma vez que todo sujeito vivencia a trama edípica – revivida na conjugalidade – com a

angústia que lhe é própria, isto é, envolvendo o temor da castração e as fantasias de sedução. O viés da transmissão psíquica apresenta-se nas relações familiares e na conjugalidade, na medida em que se rememora o passado primitivo da relação mãe-bebê e o passado edípico e que essas relações são fundadas a partir de um desamparo inicial, de uma falta. Portanto, considera-se que a conjugalidade se alicerça no terreno do trauma constitutivo, estruturante.

Neste capítulo, pretende-se explorar, primeiramente, o conceito de transmissão psíquica inconsciente na obra freudiana e nos autores pós-freudianos e contemporâneos, para, em um segundo momento, estudar os mecanismos próprios da transmissão – a identificação e suas variantes: a introjeção, a incorporação e a identificação projetiva. Por fim, são estabelecidas articulações entre a transmissão da vida psíquica e o trauma.

2.1.

Apropriando-se de uma herança: o conceito de transmissão psíquica

O conceito de transmissão psíquica tem sido estudado por autores contemporâneos do campo psicanalítico, principalmente por aqueles que se interessam pelo enfoque intersubjetivo e pelas relações familiares e de casal – como Kaës (2001/2011) e Eiguer (1998), dentre outros. Mais especificamente, o tema da transmissão interessou àqueles que pesquisavam sobre o trauma, seja por meio do estudo de acontecimentos traumáticos na sociedade (nas situações de guerras, por exemplo), como fez Benghozi (2000), seja pelo estudo do trauma ligado à fantasia e suas repercussões psíquicas na clínica e teoria psicanalíticas, como os autores Abraham e Torok (1995), que investigaram a cripta, o fantasma e a incorporação, desempenhando um papel crucial nas pesquisas no campo da transmissão. Interessa-nos aqui o legado psíquico transmitido pelas gerações e, principalmente, no enfoque da relação conjugal, o material irrepresentável que cada membro do casal carrega e revive no momento da instauração da conjugalidade.

Na introdução do livro “Transmissão da vida psíquica entre gerações”, Kaës (2001) coloca a questão complexa que é a de se pensar em uma mente fruto da intersubjetividade, e não em uma mente que tem um fim em si mesma, como se pensava nos primórdios da psicanálise. Considerar a ideia de transmissão da

psique é entender que o sujeito é herdeiro de um passado, ou seja, seu psiquismo está relacionado com outros que o precederam. Segundo Kaës, o sujeito do Inconsciente é o sujeito da herança e, de forma mais geral, é um sujeito do grupo.

O grupo que nos precede, em particular alguns de seus membros considerados pelo *infans* como seus representantes, nos sustenta e nos mantém numa matriz de investimentos e de cuidados, ele predispõe sinais de reconhecimento e de apelo, designa lugares, apresenta objetos, oferece meios de proteção e de ataque, traça vias de realização, indica limites, enuncia interditos (Kaës, 2001, p. 13).

Para Kaës (2001), o que está em jogo na questão da transmissão, em termos psicanalíticos, é a formação do Inconsciente e os efeitos produzidos nas subjetividades, por meio das relações intersubjetivas, ao longo das cadeias geracionais. O processo maior da transmissão baseia-se na identificação. Nesta pesquisa, considera-se a transmissão inconsciente de elementos traumáticos presente na formação do eu conjugal, portanto, no processo de constituição da identidade do casal. Na formação do casal, podem-se identificar as representações de objeto e os afetos presentes no vínculo conjugal, que, por sua vez, remontam aos ancestrais dos dois e, ao mesmo tempo, apontam para o caráter da família que está se formando (Eiguer, 1998).

O conceito de transmissão geracional, que foi aprofundado sobretudo pelos autores pós-freudianos, segundo Kaës (2011), constituía-se essencialmente pelas categorias do interdito, do recalque dos desejos edípicos e da culpa. Contudo, atualmente, a problemática amplia-se para a questão da transmissão psíquica pensada por meio dos vínculos intergeracionais e transgeracionais, no eixo diacrônico, assim como por meio dos vínculos entre sujeitos da mesma geração, no eixo sincrônico. Voltar o olhar para a transmissão psíquica na conjugalidade é buscar aliar o ponto de vista sincrônico – da transmissão entre os membros do casal – com o ponto de vista diacrônico – da herança fruto da transmissão geracional das vivências (traumáticas) de cada um com seus objetos parentais.

A transmissão psíquica que ocorre entre pais e filhos é chamada de intergeracional, sendo também constitutiva da intersubjetividade e, portanto, das subjetividades. A transmissão psíquica intergeracional é um trabalho de ligações e de transformações (Granjon, 2000). Esse trabalho, contudo, pode falhar, ocorrendo então a transmissão transgeracional, na qual o que se transmite está em estado bruto, podendo aparecer como uma lacuna, um vazio, algo que não pôde

ser transformado, nem elaborado. Essa distinção entre transmissão intergeracional e transgeracional é proposta por muitos teóricos psicanalíticos (Granjon, 2000; Benghozi, 2000; Correa, 2000; Trachtenberg, 2005), que consideram a transmissão transgeracional a transmissão do trauma, do não elaborado, uma transmissão bruta entre as gerações, que se expressa pelos sintomas – nessa situação, sintomas mais ligados a passagens ao ato do que a sintomas neuróticos, uma vez que a capacidade de elaboração encontra-se empobrecida.

Benghozi (2000) considera, sobre o traumatismo psíquico de geração para geração, que na transmissão intergeracional há elaboração; já na transmissão transgeracional, para ele não há metabolização do material transmitido, pois se trata da transmissão do indizível ou do inconfessável. Eiguer (1998) também distingue a herança intergeração como sendo constituída de vivências psíquicas elaboradas (fantasias, imagos, identificações), da herança transgeração, que seria constituída por elementos brutos, lutos não elaborados, a partir de vivências traumáticas.

Contudo, Eiguer (1998) afirma que a herança transgeração também compreende elementos em instância de representação, elementos de natureza não traumática, ou seja, não patológica. Essa perspectiva de Eiguer (1998) vai ao encontro de nossa proposta de se pensar o trauma como constitutivo e, portanto, atualizado na relação conjugal, na medida em que há no encontro amoroso, novamente, assim como no período edípico e pré-edípico, a vivência de um excesso pulsional em relação ao qual o ego deve fazer frente. A instauração da conjugalidade é uma situação potencialmente traumática, uma vez que, quando dois egos se unem para constituir um psiquismo compartilhado, há um excesso pulsional além da capacidade egoica de elaboração. Cada um dos membros de um casal traz consigo uma carga pulsional própria, advinda de sua história. Entretanto, considera-se que o encontro amoroso pode se constituir em uma vivência traumática estruturante, na medida em que é parte integrante da experiência de todo sujeito que se dispõe a estabelecer um laço conjugal.

Lemaire (2003) afirma que a transmissão intersubjetiva é acompanhada, normalmente, por um trabalho de transformação, para que o afeto, o pensamento e a emoção possam ser assimilados. Esse tipo de transmissão pressupõe certa diferenciação entre os sujeitos e o espaço entre eles (no grupo familiar ou no casal), enquanto que na transmissão transpsíquica, os limites já não são tão claros.

Na transmissão transpsíquica, não há, portanto, um espaço intermediário. Tal configuração acaba por gerar a formação de enclaves, clivagens e criptas para defender-se do contato com o objeto psíquico temido, perigoso ou traumático transmitido pelo outro (por exemplo, o parceiro amoroso). O autor exemplifica essa questão da transmissão transpsíquica através de certas formas de relações amorosas que podem se apresentar como um perigo para a autonomia psíquica e afetiva de um ou de outro membro do casal, que se sente possuído pelo seu parceiro e psiquicamente submetido, ainda que não haja nenhuma violência manifesta (Lemaire, 2003).

No que se refere à transmissão traumática ligada à repetição, Kaës (2011) propõe uma importante distinção entre a “transmissão-repetição” e a “transmissão transicional”. A “transmissão-repetição” refere-se às situações traumáticas, em que o sujeito não é capaz de exercer a atividade fantasmática no processo de transmissão – ou seja, não consegue fantasiar sobre a origem de sua vida psíquica, sobre a cena sexual de suas origens – e a “transmissão transicional” é aquela em que os elementos da história do sujeito podem ser por ele reinventados, através do brincar da transicionalidade, no processo de construção do eu. Essa conceituação é importante para a discussão dos dois pólos da conjugalidade levantados nesta pesquisa: o da repetição e o da criação, uma vez que os membros do casal costumam oscilar entre esses dois modos de transmissão – “transmissão-repetição” e “transmissão transicional” –, sendo que, em casos mais patológicos, poderíamos afirmar que há uma fixação na repetição.

Mencionamos, no capítulo anterior, a característica transicional da conjugalidade, como sendo ela mesma um espaço potencial em que a criação do novo possui um lugar importante, embora o mecanismo da repetição de modelos parentais encontre-se sempre atuante, impulsionando o sujeito para a repetição ou para a conformidade. A “transmissão transicional” refere-se ao que, em texto anterior, Kaës (2001) chamou de “transmissão intersubjetiva”, que tem como espaço originário o grupo familiar e é organizadora.

Existe também o que o autor nomeou como “transmissão transpsíquica” (Kaës, 2001), que se refere ao que é transmitido através dos sujeitos, e não entre os mesmos. Kaës (2001) pontua que, na transmissão transpsíquica, há uma abolição dos limites e do espaço subjetivo. Tal processo foi pensado, segundo ele, por Freud através dos conceitos de telepatia, hipnose e sugestão, mas podemos

refletir também sobre a transmissão transpsíquica que há entre os membros do casal. É essa a concepção que será por nós privilegiada no desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que consideramos que, para que se constitua o eu conjugal, é necessário o processamento da transmissão transpsíquica entre os próprios membros do casal, levando praticamente, em algumas circunstâncias, a uma abolição dos limites egoicos.

Na obra freudiana, podemos investigar a noção de transmissão por meio de textos como: “Totem e tabu” (Freud, 1912-1913), “Sobre o narcisismo: uma introdução” (Freud, 1914) e “Psicologia de grupo e a análise do ego” (Freud, 1921), dentre outros. Nessas obras, Freud começa a pensar em intersubjetividade, e não somente em uma mente individual, assim como ressalta a noção de transmissão através da ancestralidade. O investimento narcísico dos pais e as relações significativas que constituem a subjetividade são fatores importantes para o processo de subjetivação (Käes, 2001; Magalhães e Féres-Carneiro, 2005) e já presentes na obra freudiana. Analisaremos, a seguir, os textos de Freud que nos permitem investigar melhor o tema da transmissão psíquica.

2.2.

Transmissão psíquica na obra freudiana: a neurose como herança

A ocorrência da transmissão através da negatividade, conceito desenvolvido por Kaës (2001), já estava presente em Freud (1914), segundo o próprio autor, no texto sobre o narcisismo, quando ele aponta que a constituição narcísica da criança se estabelece por meio daquilo que faltou aos pais, dos desejos que estes não satisfizeram e, no presente, projetam no filho – denominado por Freud (1914), na sua clássica expressão: “Sua Majestade, o bebê”. Para esta dissertação, é importante nos valermos do conceito de negativo, de Kaës, para que possamos investigar a transmissão daquilo de que não se lembra, do que não foi elaborado, dos objetos perdidos, do recalcado, enfim, daquilo que Freud já tinha sinalizado em seu texto “Totem e tabu” (1912-1913), por meio do estudo da culpa ligada ao assassinato do pai da horda primitiva e dos sentimentos ambivalentes para com a figura totêmica, que são transmitidos pelas gerações.

Na realidade, o aspecto da transmissão já estava presente na obra freudiana em seus primórdios, quando Freud (1895) estudou a característica hereditária da

histeria, ou seja, a própria transmissão da neurose, em seus textos pré-psicanalíticos. As inquietações de Freud referem-se ao seu desejo de entender a origem do psiquismo. Segundo Kaës (2001): “Para Freud, a sedução traumática precoce inscreve-se com uma determinação causal na moral sexual civilizada, mas ela passa pelo processo psíquico: é assim que a doença neurótica dos pais é transmitida aos filhos” (p. 48). Concordando com essa visão de que a neurose dos pais, de alguma forma, é transmitida aos filhos, postulamos que os membros do casal também sofrem influência da neurose que “herdaram” dos pais, assim como têm que elaborar a neurose do par conjugal, que se apresenta na constituição do psiquismo compartilhado pelo casal e na família futuramente construída. Isso ocorre pois o inconsciente de um carrega, ou assimila, a marca do inconsciente do outro no casal, assim como ocorre na relação entre pais e filhos.

A transmissão por identificação aos modelos parentais está presente também no texto “Totem e tabu” (Freud, 1912-1913), no qual Freud aborda a transmissão de traços enigmáticos de gerações anteriores, por meio do estudo dos sistemas totêmicos. Nesse trabalho, Freud aborda a transmissão do tabu nas sociedades primitivas, o qual relaciona com a transmissão dos impulsos inconscientes na neurose, que se desloca constantemente para outros objetos. No estudo das sociedades primitivas, Freud questiona-se sobre a forma como se dá a continuidade psíquica entre as gerações e, ao situar a resposta a esse questionamento nos impulsos mentais que são recalçados, admite que não há como recalcar totalmente esses impulsos, o que acaba deixando lugar para os impulsos substitutos deformados. Sendo assim, sempre haverá a transmissão de uma herança psíquica – restos do processo de recalçamento – para as gerações seguintes.

No mesmo trabalho, Freud (1912-1913) investiga a transmissão da culpa pelo parricídio e a proibição do incesto, já presentes no sistema totêmico. A conclusão a que chega é a de que, sendo estas duas grandes proibições e, portanto, tabus invioláveis, são também fonte de desejo, já que só é necessária a proibição radical quando há desejo. A noção de incorporação oral é outro aspecto trabalhado em “Totem e tabu” (1912-1913), escrito no qual Freud fala sobre a importância da magia entre os selvagens, que acreditam na incorporação mágica de aspectos psíquicos dos mortos e de seres sagrados – como as mulheres grávidas, os chefes, os guerreiros e os sacerdotes, por exemplo –, que poderia ocorrer somente pelo

contato com essas figuras. Indo mais além, Freud ressaltou que o canibalismo era uma prática dos povos primitivos, que acreditavam adquirir qualidades do outro pela literal incorporação oral deste.

Daí origina-se a “fobia de contato”, identificada por Freud (1912-1913) nos tabus das sociedades primitivas e no sintoma da neurose obsessiva, sendo uma prática que nos faz pensar no aspecto da transmissão psíquica, uma vez que se acreditava que, entrando em contato com alguém “amaldiçoado” ou, para o neurótico obsessivo, com algo considerado sujo ou proibido pelas autocensuras obsessivas, a pessoa seria penalizada – seria o equivalente à punição de um assassino. O princípio desse pensamento mágico – de que, pelo contato, são adquiridas qualidades do outro – é existir uma contiguidade imaginada entre uma crença e seu resultado. De fato, o que a magia objetiva é a realização dos desejos e foi isso o que Freud constatou com base na análise dos costumes dos povos primitivos.

Reportando-nos à conjugalidade, o aspecto da incorporação mágica de traços de um outro está também presente entre os membros do casal. Na formação da identidade conjugal, os sujeitos entram em contato com aspectos, traumáticos ou não, do outro para que o psiquismo conjugal se constitua. Há relações patológicas em que a vinculação com o outro é estabelecida predominantemente por meio do processo da incorporação, e não da introjeção de características do par conjugal, conforme apontamos no capítulo 1 e iremos aprofundar mais adiante.

Um conceito importante para o estudo da transmissão psíquica, já sinalizado por Freud em “Totem e tabu” (1912-1913), é o de projeção. Freud reconhece que, quando os povos primitivos temem os mortos, acreditando que estes voltariam como fantasmas para assombrá-los ou mesmo que suas características seriam transmitidas para aqueles que entrassem em contato com os cadáveres, nada mais é do que uma projeção da hostilidade sentida no inconsciente pela satisfação pela morte de entes queridos. É um mecanismo defensivo frente à dificuldade de lidar com a ambivalência, presente em todas as relações humanas. O conceito de “projeção” foi desenvolvido por muitos autores pós-freudianos e, na conjugalidade, fala-se mais em identificação projetiva atuando na relação do casal – este conceito será por nós explorado, ao analisarmos os mecanismos por meio dos quais a transmissão se processa na conjugalidade.

Outro texto importante para o tema da transmissão psíquica na obra freudiana é “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921). Nesta obra, Freud pontua que as relações com os pais, com os amigos e com a pessoa amada podem ser incluídas na chamada psicologia de grupo ou das massas, envolvendo inclusive questões narcísicas, uma vez que há uma satisfação pulsional parcial ou total do ego a partir da relação com esses outros. Freud discute uma hipótese de que o instinto social talvez não seja primitivo, mas sim estaria possivelmente associado às primeiras experiências no seio da família. Percebemos que, nesse momento, Freud aborda o tema da transmissão, ainda que este conceito não esteja explícito em suas considerações teóricas – a questão da hereditariedade, da transmissão dos traços psíquicos e da identificação são temas centrais nesse texto.

Freud (1921) afirma que, estando em grupo, o sujeito deixa de lado as repressões de impulsos inconscientes, fazendo com que características suas, antes ocultas, apareçam. Outro fenômeno de grupo é o contágio, ou seja, o sujeito sacrifica facilmente seus interesses pessoais em prol do interesse coletivo, identificando-se com o líder e assumindo as prerrogativas do coletivo. O contágio seria, portanto, um efeito da sugestibilidade, outra característica importante dos grupos. Por fim, um traço relevante da psicologia das massas é a necessidade de manter ilusões nos espaços coletivos. Relaciona-se a esse traço – da predominância da fantasia e da ilusão – a própria psicologia das neuroses, uma vez que também o sintoma neurótico prima pela fantasia nascida de um desejo irrealizado (Freud, 1921).

Transportando essa discussão para a relação de casal, que, conforme colocou Freud, também está inserida na psicologia dos grupos, identificamos que os fenômenos do contágio e da sugestão encontram-se presentes na formação do psiquismo compartilhado pela dupla conjugal, assim como a prevalência da ilusão, uma vez que os membros de um casal parecem abolir características individuais para que um eu conjugal se constitua, exatamente nesse espaço ilusório entre o interno e o externo, conforme vimos no capítulo 1. Kaës (2001) considera que há a formação de uma aliança inconsciente no ponto de coincidência entre dois egos, quando ocorre o mecanismo do contágio psíquico – ou seja, dois egos, em se tratando de casais, identificam-se, o que possibilita o processo de transmissão transindividual.

Freud (1921) afirma que:

Do estado de estar amando à hipnose vai evidentemente, apenas um curto passo. [...] Existe a mesma sujeição humilde, que há para com o objeto amado. Há o mesmo debilitamento da iniciativa própria do sujeito; ninguém pode duvidar que o hipnotizador colocou-se no lugar de ideal do ego (Freud, 1921, p. 124).

Na hipnose, coloca-se o objeto no lugar do ideal do ego, assim como no estado de estar amando (Freud, 1921). A hipnose é uma atividade que exige que o sujeito se desvincule do mundo e dirija a atenção para o hipnotizador, que se coloca no lugar simbólico dos pais do sujeito – se o hipnotismo é tranquilizador e persuasor, tem seu modelo na figura materna; se é ameaçador, deriva do pai –, ou seja, a hipnose faz o sujeito reviver relações arcaicas de submissão aos genitores (Freud, 1921). Kaës (2001) apontou o fenômeno da hipnose como um daqueles através dos quais Freud toca no tema da transmissão transpsíquica, ou seja, a transmissão que se processa “através” dos sujeitos, e não “entre” os mesmos. O amante, assim como o hipnotizador, também é colocado no papel de figura idealizada, podendo ser amado e odiado ao mesmo tempo.

Para Freud (1921), as relações amorosas ou os laços emocionais e libidinais constituem a essência da mente grupal. Em seu texto sobre a psicologia de grupo, aborda o interessante tema da ambivalência nas relações humanas e aponta que:

[...] as provas da psicanálise demonstram que quase toda relação emocional íntima entre duas pessoas que perdura por certo tempo – casamento, amizade, as relações entre pais e filhos – contém um sedimento de sentimentos de aversão e hostilidade, o qual só escapa à percepção em consequência da repressão (Freud, 1921, p. 112).

Contudo, afirma que, quando um grupo se forma, os indivíduos acabam se comportando como se fossem uniformes, como se não houvesse aversão entre eles. Assim, também, considera-se o funcionamento do casal conjugal, no qual a repressão dos sentimentos de hostilidade estaria operando constantemente, ainda que saibamos, inclusive com base nas contribuições freudianas sobre a psicologia do amor (Freud, 1912), que a depreciação do objeto amoroso é uma expressão desse ódio recalcado, aparecendo cotidianamente na relação de muitos casais.

Falar de transmissão psíquica por meio do estudo da psicologia dos grupos, ou seja, do estudo dos laços libidinais que unem duas ou mais pessoas, é

também abordar o tema do narcisismo, uma vez que o que está em questão são os limites psíquicos, os investimentos libidinais nos objetos e o retorno ao ego, assim como as trocas, transmissões e identificações entre os psiquismos. Um mecanismo importante da transmissão psíquica entre indivíduos é a identificação, que, segundo Freud (1921), é “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa” (p. 115), desempenhando um papel na história primitiva edípica.

Freud (1914) já havia abordado o tema da identificação no texto sobre o narcisismo – o qual discutimos no primeiro capítulo –, em que buscou a relação entre a identificação com as figuras parentais e a escolha de objeto de amor. Apontou a escolha narcísica de objeto como aquela em que o sujeito busca o outro como um espelho de si, portanto, busca uma identificação narcísica. Outro texto em que Freud trabalha intensamente o tema da identificação é em “Luto e Melancolia” (1917), no qual investiga a identificação com o objeto perdido na melancolia, assim como as autodepreciações sofridas pelo ego, que se encontra identificado com o objeto para o qual o ódio é dirigido. Nessa obra de 1917, Freud afirma que a identificação é a primeira forma pela qual o ego escolhe um objeto e esta forma de relação entre ego e objeto ocorre através da incorporação.

Nesse percurso que traçamos na obra freudiana, buscamos sistematizar o estudo do conceito de transmissão psíquica em textos no quais Freud o abordou, seja por, de fato, tocar a questão, como em “Totem e tabu” (1912-1913), seja por abordá-la por meio de outros conceitos, como o da identificação ou do contágio psíquico – nos textos sobre o narcisismo, sobre a melancolia e sobre a psicologia dos grupos (Freud, 1914/1917/1921). Nessas obras, a relação com o outro passa a ser evidenciada e o sujeito do inconsciente passa a ser concebido como sujeito da herança, o que, de acordo com Moguillansky e Nussbaum (2011), sugere a existência de bases teóricas para o desenvolvimento da perspectiva vincular na obra freudiana.

Sabemos que a perspectiva da relação com o outro foi explorada por muitos autores da psicanálise, a partir das contribuições de Freud, o que trouxe grande enriquecimento à teoria psicanalítica, sobretudo à psicanálise de casal e família, mais recentemente. Destacamos, no próximo tópico, alguns desses autores do campo psicanalítico que voltaram o olhar para a relação de objeto e para a constituição da subjetividade, o que diz respeito à transmissão inconsciente que acontece entre os psiquismos dos sujeitos – seja entre a mãe e o bebê, seja

entre os membros de um casal. No estudo sobre a conjugalidade, tal investigação é necessária para que possamos compreender a transmissão do material inconsciente que ocorre entre os membros do casal, quando se instaura o psiquismo compartilhado, dando origem ao eu conjugal.

2.3.

Para além de Freud: a transmissão na constituição psíquica

Para além da contribuição freudiana ao tema da transmissão psíquica, pesquisamos em autores posteriores a Freud, que também trabalharam o tema, uma ampliação no entendimento desse campo de estudos que envolve as transmissões e as identificações entre as gerações. Encontramos, portanto, a ideia de transmissão presente na obra desses autores pós-freudianos ou contemporâneos, sobretudo na teorização sobre a constituição psíquica, isto é, sobre os primórdios da subjetividade, o que possibilita a extensão dessas ideias para a formação do psiquismo do casal.

A escola inglesa de psicanálise, que tem Melanie Klein como expoente, aborda, de certa forma, o tema da transmissão psíquica inconsciente, quando afirma que o mundo interno do bebê é formado pelas projeções e introjeções do pai e da mãe reais e das experiências vivenciadas pelo sujeito. As primeiras relações de objeto da criança são constituídas a partir de suas vivências com os pais, para os quais a criança dirige conteúdos bons e maus, de acordo com suas fantasias inconscientes que são neles projetadas. Segal (1975) ressalta que Melanie Klein observou esse processo nas crianças pequenas, sobretudo os mecanismos de negação, divisão, projeção e introjeção, que são necessários para o processo de recalque.

A relação do bebê com a mãe constitui-se, portanto, para Klein (1952), a partir das experiências de gratificação e frustração provenientes de fontes externas – da relação com o seio –, mas também a partir de processos internos, como a introjeção e a projeção, que contribuem para o estabelecimento da primeira relação de objeto. Este objeto, por sua vez, é distorcido na mente infantil pelas suas fantasias, vinculadas à projeção de impulsos no objeto (Klein, 1952).

Expandindo essa ideia para a psicanálise de casal e família, Magalhães e Féres-Carneiro (2005) pontuam que “tanto o objeto-parceiro, na conjugalidade,

quanto os familiares, no grupo familiar, disponibilizam-se para receber uma intensa carga de projeções [...]” e que “a disponibilização receptiva do outro favorece transformações subjetivas mútuas” (p. 27). Acrescentamos que o parceiro amoroso é não só aquele em que é projetado o amor e o ódio, ou seja, é objeto bom e mau ao mesmo tempo, mas também é aquele que permite que as fantasias inconscientes ligadas a aspectos transmitidos geracionalmente sejam revividas. No plano inconsciente, o sujeito-parceiro é moldado de acordo com essas fantasias, fruto da projeção, e a própria identidade compartilhada pelo casal constitui-se a partir dessa atividade dinâmica de introjeção e projeção de aspectos transmitidos.

Moguillansky e Nussbaum (2011) acrescentam que Melanie Klein insiste no papel do corpo materno como objeto privilegiado da curiosidade do bebê, o qual tem sua mente modelada a partir das experiências com esse corpo materno. No vínculo conjugal, há também trocas corporais e a constituição de uma “mente comum”, mas esta mente evidentemente não é a mente primitiva do bebê, mas sim uma mente ou um psiquismo compartilhado pelos membros do casal. Esse psiquismo criado pelo casal, instaurado na conjugalidade, tem relação com a experiência de fusão corporal propiciada pelo entrelaçamento de dois corpos na relação sexual, uma vez que está em jogo a frágil delimitação de fronteiras físicas e psíquicas, portanto, egoicas. A experiência corporal de busca de completude possibilitada concretamente pela relação sexual também é um modo de processamento da atividade fantasmática de “ser um só”, assim como ocorre na dimensão psíquica com o estabelecimento de um psiquismo conjugal.

Winnicott (1956) é um autor também da escola inglesa de psicanálise que se interessou especialmente pela relação mãe-bebê, conceituando a área intermediária da experiência ilusória do bebê, conhecido como espaço potencial, que tem o objeto transicional como sua concretização. Este objeto é utilizado pelo bebê em momentos de solidão para suportar a ausência da mãe, quando experencia uma realidade que não é interna, nem externa, mas que auxilia o bebê no seu processo de separação e individuação. Portanto, a área dos fenômenos transicionais é aquela na qual a mente do bebê se forma, em constante relação com a mãe e, portanto, o outro é essencial nesse processo de transmissão. Relativo à conjugalidade, há também muitos autores, conforme já pontuamos em outro momento, que sugerem o processamento de uma experiência transicional na

constituição do psiquismo compartilhado pelo casal: numa alusão ao brincar, o casal também compartilha de uma experiência ilusória e criativa na constituição da sua identidade conjugal (Eiguer, 1985; Magalhães, 2009).

Pode-se, portanto, considerar que o psiquismo conjugal se estabelece a partir da atividade transicional do casal, em uma leitura winnicotiana, ou considerar o conceito de envelope grupal (Anzieu, 1985) para buscar apreender o funcionamento do eu conjugal. Nessa linha de reflexão sobre a constituição da identidade conjugal a partir das transmissões psíquicas que ocorrem nas relações intersubjetivas, as contribuições teóricas de Didier Anzieu (1985) sobre o envelope grupal são bastante válidas. Este funciona como um envelope psíquico, como se fosse uma pele psíquica necessária para a constituição narcísica – do bebê, no início da vida, mas que podemos estender essa noção também aos membros do casal na constituição do eu conjugal. Anzieu é um autor fundamental para a escola francesa de psicanálise de família e casal, conhecida como escola grupalista, e teve sua maior contribuição na teorização sobre a atividade interfantasmática do grupo (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005).

Anzieu (1985) ressalta que Melanie Klein acabou dando maior ênfase aos mecanismos de projeção e introjeção do objeto no mundo interno, deixando um pouco de lado o olhar para o envelope protetor do ego – e é precisamente neste ponto que a teoria de Anzieu irá se desenvolver, buscando, a partir da noção de “Eu-pele” (Anzieu, 1985), entender como se instaura a proteção psíquica do ego e, mais amplamente, dos grupos, que também formam um envelope grupal. O “eu-pele” é definido como uma representação de ego utilizada pela criança, nas fases precoces de seu desenvolvimento, para representar a si mesmo como um ego que possui conteúdos psíquicos, a partir de sua experiência através da superfície corporal. O “eu-pele” pode ser pensado como um envelope psíquico cutâneo, um limite e uma interface do ego (Kaës, 2007).

A noção de envelope grupal, de Anzieu, ajuda-nos a refletir sobre o casal, enquanto grupo, funcionando como um envelope vivo, uma pele, que faz limite com o exterior e é também um filtro, favorecendo as projeções dos sujeitos uns sobre os outros. Conforme já pontuamos, a atividade interfantasmática está presente em encontros intensos e significativos, mobilizando fantasmas pessoais. Magalhães e Féres-Carneiro (2005) consideram a conjugalidade como

estimuladora dessa atividade interfantasmática por promover a reestruturação da subjetividade dos parceiros, operando na fronteira dos “eus” que se interpenetram.

Contudo, convém investigar exatamente de que fantasias estamos tratando, quando falamos em atividade interfantasmática na conjugalidade, e de que forma essas fantasias são transmitidas aos membros de um casal. As fantasias de cada família são transmitidas inconscientemente pela linguagem, pelos gestos e pelos segredos. São mensagens enigmáticas que vêm do outro, antecedendo até mesmo o nascimento do bebê (Laplanche, 1985). O outro entra como uma bagagem que é passada, o lado enigmático do outro é transmitido. “Nesse sentido, o pai está, de imediato, presente, mesmo que a mãe seja viúva: está presente porque a própria mãe teve um pai, porque ela mesma visa a um pênis; e, também sabemos, porque a mãe visa no seu próprio filho e para além dele ao pênis que ela deseja” (Laplanche, 1985, p. 52).

Portanto, para Laplanche, a transmissão processa-se a partir da implantação de aspectos enigmáticos e inconscientes do outro no sujeito e tal aspecto é considerado como estruturante do psiquismo – apesar de o adulto também ignorar o conteúdo inconsciente sexual da linguagem que transmite às crianças, portanto, é inconsciente tanto para quem transmite a mensagem, quanto para quem a recebe. No entanto, é o adulto que irá fornecer a possibilidade de tradução das mensagens enigmáticas para a criança, através da linguagem. Laplanche (1985) considera, então, o valor do agente materno, do outro sedutor, na constituição do sujeito.

No próximo capítulo, voltaremos à teoria de Laplanche sobre as mensagens enigmáticas e a constituição traumática do psiquismo, com o objetivo de investigarmos a relação conjugal e os intrincados fenômenos da comunicação e transmissão inconscientes que se processam no encontro com o outro, promovido pela conjugalidade. Os adultos, diferentemente das crianças, possuem um aparelho mental capaz de traduzir as mensagens enigmáticas que vêm do outro. Contudo, quando esse enigma comporta uma dimensão traumática, irá demandar uma elaboração egoica e uma reconfiguração identitária mais significativas.

A psicanálise francesa, no que diz respeito ao estudo da transmissão psíquica, foi influenciada pela teoria dos húngaros Abraham e Torok (1995), que elaboraram os conceitos-chave do campo da psicanálise de família contemporânea: a clínica do fantasma sobre os segredos de família, o luto

patológico, o fantasma da incorporação e a noção de cripta, que se refere ao enterro psíquico de uma vivência vergonhosa (Correa, 2000). Esses conceitos são fundamentais para a clínica das patologias contemporâneas, que focaliza questões narcísicas e limítrofes; no entanto, também nos ajudam na compreensão dos casos clássicos de neurose, assim como no entendimento teórico e clínico das questões de casal e família, ampliando o escopo clássico da psicanálise.

Nesse sentido, buscando novos elementos na teoria psicanalítica para a compreensão da dinâmica do casal, lembramos que Puget (2000) diz que é preciso ter em mente que não existe uma realidade forjada somente pelas fantasias inconscientes e a vida pulsional, mas que existe uma outra realidade construída no encontro a dois: são dois sujeitos que impõem sua estranheza ao outro, como acontece no vínculo conjugal. Essa estranheza, à qual a autora se refere, está, para nós, referida aos elementos traumáticos que estão presentes no psiquismo de cada membro do casal e apresenta-se, de forma intensa, quando, na instauração da conjugalidade, forma-se o eu conjugal. Esses elementos traumáticos podem ser compreendidos a partir do conceito de “intermediário”, de Kaës (2011). Veremos de que forma isso ocorre.

Segundo Kaës (2011), a categoria de intermediário aparece, em Freud, no estudo dos sonhos, da formação do ego e do pré-consciente, considerando os espaços intrapsíquicos; e, no espaço intersubjetivo, quando Freud estuda os grupos e a questão da cultura. Kaës (2011) chama de “formações intermediárias” alguns processos – como o da formação do sintoma, por exemplo –, que carregam o traço do conflito defensivo do qual resulta. O autor diz que: “O intermediário funciona, pois, como uma barreira de filtragem, como um pára-excitações contra o poder contagioso do desejo que destruiria tudo se fosse satisfeito sem outro tratamento econômico” (Kaës, 2001, p. 53). O trauma poderia ser entendido como o resultado de um fracasso da formação intermediária, já que as situações traumáticas são aquelas em que as excitações são tão fortes a ponto de romper a barreira de proteção egoica (Kaës, 2001). O intermediário remete àquilo que faz a ligação entre elementos. Portanto, quando, na formação de um casal, cada membro traz sua “estranheza” – seus elementos traumáticos – para ligar à estranheza do outro na formação do eu conjugal, podemos presumir que haverá uma exigência, e talvez um fracasso, do processo intermediário.

Além de identificar a presença do conceito de intermediário na obra freudiana, Kaës (2011) faz o mesmo com a teoria winnicotiana: percebe que o espaço transicional pode ser entendido como um espaço para a apropriação da herança que nos é transmitida. Portanto, consideramos que o espaço transicional criado na conjugalidade funciona, nesse sentido, como um espaço intermediário no qual os elementos traumáticos herdados podem ser apropriados, elaborados ou mesmo assimilados ao psiquismo compartilhado pelo casal. Assim, entendemos o contato do psiquismo conjugal com os elementos traumáticos mais como uma possibilidade de reconfiguração egoica, tanto dos sujeitos-parceiros quanto do casal enquanto unidade.

Contudo, resta ainda compreender os mecanismos que possibilitam a transmissão entre as gerações. Mais adiante, veremos os mecanismos identificatórios, que são uma via de transmissão intersubjetiva. Outra possibilidade de transmissão da vida psíquica entre membros de um grupo e entre gerações ocorre por meio de alianças inconscientes. As alianças inconscientes são produzidas pelo Inconsciente e nele mantidas, sendo uma das modalidades mais importantes do processo de transmissão – “o inconsciente de cada sujeito carrega traços, em sua estrutura e em seus conteúdos do inconsciente, de um outro e de mais de um outro” (Kaës, 2011, p. 133). O aparelho psíquico, nos diz Kaës (2001), é ele mesmo um órgão de transmissão, uma vez que interpreta, produz sentido e modifica o que transmite. Nos casais, as alianças, os contratos e os pactos inconscientes sustentam o destino do processo de recalque e da repetição (Kaës, 2000).

A aliança inconsciente é uma formação intersubjetiva construída pelos sujeitos para reforçar certos processos, por exemplo: o recalque, o mecanismo da recusa, a denegação, o desmentido e o enquistamento, presentes em todo vínculo intersubjetivo (Kaës, 2011). Sendo assim, na conjugalidade, há a formação de uma aliança inconsciente entre os membros do casal e ocorrem, a partir desse laço, transmissões entre os sujeitos de traços presentes no psiquismo de cada um, introjeção ou incorporação de características um do outro, heranças traumáticas e assim por diante. No próximo capítulo, discutiremos, com mais detalhes, a questão da formação de alianças inconscientes no casal.

É necessário marcar, nesse momento, que o vínculo intersubjetivo constitui-se a partir da positividade e da negatividade. O aspecto da positividade

da transmissão, o que entrou na cadeia geracional, é por nós mais facilmente decifrável: os ideais, os mecanismos de defesa neuróticos, as identificações, os vínculos intersubjetivos. Melhor dizendo, é mais fácil percebermos aquilo que pôde ser herdado através da linguagem, de elementos que entraram na cadeia de simbolização, enquanto que, por outro lado, o aspecto negativo da transmissão diz respeito ao que:

[...] não pôde ser contido, retido, aquilo que não é lembrado, o que não encontra inscrição na psique dos pais e vem depositar-se ou enquistar-se na psique de uma criança: a falta, a doença, o crime, os objetos desaparecidos sem traço nem memória, para os quais um trabalho de luto não pôde ser realizado (Kaës, 2011, p. 128).

Sublinhamos que nosso objetivo central nesta pesquisa é investigar a transmissão do trauma na conjugalidade, ou seja, discutir como se processa a apropriação pelo casal daquilo que se refere ao recalque dos desejos edípicos, à culpa, aos restos presentes no psiquismo de cada um, que será base para a constituição da identidade conjugal. Consideramos, a partir da leitura de Kaës (2001), que a transmissão se organiza a partir do negativo, do que falta e falha. Portanto, na conjugalidade, na medida em que há o processamento intenso de transmissões inconscientes entre os membros do casal, o psiquismo conjugal também é constituído a partir da falta.

Uma vez que entendemos que ao sujeito do grupo, ou do casal, são transmitidas diversas formações inconscientes, seja pelos mecanismos de apoio, identificação, incorporação, recalque e outros mais (Kaës, 2001), consideramos necessário aprofundarmo-nos no estudo dos processos identificatórios para melhor compreender a formação do psiquismo conjugal, o que será implementado a seguir.

2.4. Processos de identificação entre os membros do casal

Até esse momento, constatamos que o conceito de transmissão psíquica articula-se estreitamente com o de identificação – e, portanto, com todos aqueles em que a identificação se desdobrou, como: a introjeção, a incorporação e a identificação projetiva. Segundo Kaës (2011), “a identificação com o objeto de

desejo e com a fantasia inconsciente do outro é uma passagem obrigatória para se ter um lugar nos vínculos entre gerações” (p. 131). A rede de identificações é, portanto, um modelo da transmissão psíquica.

Robert (2003), por sua vez, questiona se os processos de identificação e projeção, assim como o conceito de narcisismo, são suficientes para explicar as transmissões psíquicas entre os sujeitos. A transmissão entre dois sujeitos pode ser de uma informação, de um pensamento, de uma emoção; pressupõe, portanto, uma ação, um trabalho ou um processo, assim como uma diferenciação mínima entre os dois indivíduos. Para o autor, para que se possa fazer um verdadeiro trabalho de apropriação do que é transmitido pelo outro é necessário dispor de uma permeabilidade ao outro que, por sua vez, pressupõe uma segurança interna, apoiada numa suficiente constituição narcísica. Estudaremos, adiante, os processos básicos de transmissão, que estão presentes não só na constituição do psiquismo, mas também na relação conjugal, tendo em mente essas considerações.

Consideramos relevante, portanto, aprofundar o estudo de cada um dos mecanismos de transmissão para que possamos chegar ao nosso objetivo de investigar a transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade. É por meio desses processos que as transmissões intergeracional, transgeracional e a transmissão entre os parceiros conjugais efetuam-se. Sendo assim, iniciaremos com a investigação dos conceitos de introjeção e de incorporação, através da contribuição de autores pós-freudianos, e, em um segundo momento, buscaremos entender o complexo mecanismo da identificação projetiva, tão próprio às relações conjugais e familiares e que, segundo Kaës (2011), é um obstáculo ao processo de introjeção.

2.4.1. Introjeção e incorporação na relação de casal

Freud, apesar de ter desenvolvido o tema dos processos identificatórios ao longo de sua obra, não implementou uma distinção clara entre introjeção e incorporação, utilizando esses conceitos muitas vezes como sinônimos (Laplanche e Pontalis, 2001). São os autores pós-freudianos, principalmente Abraham e Torok (1995), que se detêm mais sobre a especificidade dos conceitos. Esses autores desenvolvem as noções de cripta e fantasma, articulando-as com os conceitos de introjeção e incorporação, sobretudo considerando esses mecanismos

nas situações clínicas em que há a existência de segredos que vêm de outras gerações. Neste trabalho, estudamos os mecanismos identificatórios articulados com as experiências traumáticas constitutivas, especialmente enfocando a questão da transmissão do trauma na conjugalidade.

O “Vocabulário da Psicanálise” (2001), de Laplanche e Pontalis, conceitua “identificação” como um processo pelo qual o sujeito assimila um aspecto do outro e transforma-se segundo o modelo desse outro. Indica também que a incorporação e a introjeção são protótipos da identificação, quando são processos vividos e simbolizados como operações corporais, remetendo-nos aos atos de devorar, guardar dentro de si. Na opinião de Torok (1995), “designar esses dois movimentos (introjetivo das pulsões e incorporativo do objeto) pelo mesmo termo não traz nenhuma clareza à comunicação” (p. 223). No entanto, a autora afirma que há um nível arcaico em que os dois mecanismos podem se confundir. Remetemos ao período inicial em que a oralidade é a principal forma de comunicação e, nesse sentido, as fantasias de incorporação exercem o papel principal.

A introjeção é um processo identificatório que consiste na integração de traços do objeto no ego. É importante pontuar, segundo Torok (1995), que “não se trata de ‘introjetar’ o objeto, como se diz facilmente, mas, o conjunto das pulsões e de suas vicissitudes cujo objeto é o próprio contexto e o mediador” (p. 222). Contudo, esse processo implica em um trabalho de luto objetual, uma vez que é necessário abrir mão do objeto, pois somente parte dele será integrado à esfera egoica. Quando esse processo de introjeção não consegue se realizar, entra em jogo o mecanismo da incorporação, que seria uma apropriação total do objeto pelo ego. Neste caso, trata-se de uma defesa frente à impossibilidade de aceitar a perda do objeto, sendo este mantido na fantasia.

Como Torok (1995) nos diz, no momento inicial da vida, há uma certa indiferenciação entre a incorporação e a introjeção. A incorporação é o primeiro modelo de relação entre sujeito e objeto, a primeira forma de identificação. A constituição psíquica seria, portanto, mais ligada a um modelo melancólico, pela característica da relação inicial baseada na oralidade e na incorporação do objeto, do que a um modelo histérico. Pensar a identificação a partir do modelo da histeria seria considerar uma identificação que pressupõe a integração de traços do outro, tendo relação com o desejo e com uma situação triangular. A identificação pensada segundo o modelo melancólico diz respeito a um funcionamento mais

primário e, portanto, a uma apropriação do objeto – trata-se do Eu como cópia do objeto e, portanto, é um processo mais próximo da incorporação do que da introjeção do objeto. Segundo o modelo de identificação primária/primordial, as inscrições que se apresentam no psiquismo do sujeito só vão ter sentido de retroação com a identificação simbólica (no Édipo) – com a separação do objeto, a diferença sexual e a identificação de traços do outro.

A incorporação opera como um tipo de ilusão de completude, uma tentativa de manter o objeto perdido. É regressiva na medida em que recusa a introjeção e a dependência do objeto – nesse sentido, é conservadora. “A incorporação corresponde a uma fantasia e a introjeção, a um processo” (p. 243) – é assim que Abraham e Torok (1995) iniciam o capítulo “Luto ou melancolia, introjetar-incorporar”. Os autores apontam, sobre a questão da oralidade, que o que é incorporado é a possibilidade de a criança substituir a falta de objeto. Há uma ambivalência na oralidade: quando se devora o objeto, há uma destruição e uma identificação/incorporação com o objeto.

A ‘cura’ mágica por incorporação dispensa do trabalho doloroso da recomposição. Absorver o que vem a faltar sob forma de alimento, imaginário ou real, no momento em que o psiquismo está enlutado, é recusar o luto e suas conseqüências, é recusar introduzir em si a parte de si mesmo depositada no que está perdido, é recusar saber o verdadeiro sentido da perda, aquele que faria com que, sabendo, fôssemos outro, em síntese, é recusar a introjeção (Abraham e Torok, 1995, p. 245).

Na relação conjugal, os membros do casal passam por um trabalho de assimilação e elaboração de traços do outro no momento de constituição do eu conjugal. Esse processo identificatório envolve a introjeção, uma vez que há um encontro de dois egos que se fundem para formar um psiquismo conjugal; contudo, esse trabalho psíquico não se dá de forma tão linear – podemos pensar que não há um encaixe perfeito dos dois egos. Conforme já apontamos no capítulo 1, em alguns tipos de relação conjugal, o mecanismo da incorporação predomina sobre o da introjeção, fazendo com que aspectos do outro sejam depositados no psiquismo, dispensando o “trabalho doloroso da recomposição”, usando a expressão de Abraham e Torok (1995). Nesses casos, parece haver uma recusa do luto, uma vez que sempre haverá perdas no processo de constituição do eu conjugal, ou mesmo podem ocorrer casos em que o outro é incorporado como um

tampão, para encobrir angústias e vazios existenciais. Esses processos de identificação entre os membros do casal, que oscilam entre a introjeção e a incorporação de qualidades do outro, também são discutidos por Magalhães e Féres-Carneiro (2003).

A visão de Lina Balestrière, no livro *Freud et la question des origines* (2008), sobre os processos de introjeção e incorporação é um alargamento das noções trazidas por Abraham e Torok (1995). Balestrière teoriza sobre o período arcaico do processo de subjetivação, ou seja, o momento em que esses processos identificatórios (introjeção e incorporação) se confundem. A incorporação seria, para Balestrière, incorporação das experiências entre mãe-bebê, sendo entendida não como uma defesa ou uma impossibilidade da introjeção – como colocam Abraham e Torok –, mas sim como uma identificação imediata, como a primeira forma de apreensão do sujeito.

A incorporação de experiências qualitativas é o que funda o psiquismo, segundo Balestrière (2008). Para essa autora, trata-se da incorporação da experiência, e não do objeto – diz respeito à constância, ao ritmo, à vocalização, à satisfação e ao apaziguamento que a mãe proporciona. Trata-se de introjetar a sensação de prazer, a qualidade da relação, a presença da mãe. Nesse sentido, podemos fazer uma relação com a teoria de Winnicott (1956), quando o autor sinaliza que a introjeção de experiências tranquilas é possibilitada por uma mãe suficientemente boa.

Consideramos que esses dois enfoques – de Abraham e Torok (1995) e Balestrière (2008) – complementam-se, uma vez que ambos consideram que, em um período arcaico, introjeção e incorporação se confundem. Em um período posterior é que podemos começar a pensar numa distinção entre os dois mecanismos e, assim, a visão de Torok de que a incorporação seria uma fantasia e a introjeção, um processo nos ajudará a aprofundar a compreensão acerca da apropriação da transmissão psíquica geracional.

Partindo do pressuposto de que a conjugalidade é uma reedição desse momento inicial entre mãe e bebê, conforme sinalizamos anteriormente, consideramos que a relação entre os membros de um casal também comporta esse aspecto da incorporação das experiências com o outro, através de uma constância do laço afetivo, da voz do outro que acalenta e do prazer associado ao estar junto. Essas experiências do casal, que acontecem principalmente no período de

instauração da conjugalidade, também nos falam de um período em que introjeção e incorporação do objeto parecem se confundir, assim como aponta Balestrière sobre a relação inicial mãe-bebê. Aos poucos, o eu conjugal vai se formando e, mais claramente, os processos de introjeção e incorporação entre os membros do casal vão se distinguindo entre si. Esta é uma forma de entender o encontro conjugal que enriquece nossa pesquisa, na medida em que vimos buscando compreender a conjugalidade em sua dimensão inconsciente e relacionando-a com a revivência dos períodos pré-edípico e edípico. Magalhães e Féres-Carneiro (2004) complementam esse raciocínio quando colocam que o conjunto intersubjetivo, sendo aquele em que ocorrem as identificações, tem sua origem no grupo primário, mas não se limita a ele, pois pode se configurar em outros grupos, como o grupo do casal, por exemplo.

A seguir, abordamos mais profundamente o mecanismo da identificação projetiva, bastante utilizado na clínica com casais. É um conceito importante para a compreensão de situações clínicas de caráter mais patológico, mas também para um melhor entendimento da conjugalidade em geral.

2.4.2. Identificação projetiva na dinâmica inconsciente do casal

O conceito de identificação projetiva foi desenvolvido por Melanie Klein, na escola inglesa de psicanálise, sendo utilizado por muitas abordagens psicanalíticas e não somente as estritamente kleinianas, mas também por aquelas que trabalham com as relações primárias mãe-bebê, assim como pela terapia psicanalítica de família e casal, que também se apropria do conceito, usando-o para entender a função do analista como tela de projeções na clínica com famílias. Laplanche e Pontalis (2001) afirmam que a identificação projetiva é uma “expressão introduzida por Melanie Klein para designar um mecanismo que se traduz por fantasias em que o sujeito introduz a sua própria pessoa totalmente ou em parte no interior do objeto para o lesar, para o possuir ou para o controlar” (p. 232).

O conceito de identificação projetiva auxilia-nos na compreensão da dinâmica inconsciente do casal, sobretudo na investigação da transmissão de elementos traumáticos na cena conjugal. Luiz Meyer (1983) desenvolve o tema da identificação projetiva no contexto da família, mostrando que parte do mundo

interno do sujeito é destacada e, via projeção, passa a localizar-se no objeto, ou seja, há uma externalização do conflito no contexto familiar; com isso, há uma distorção da percepção do objeto e da imagem de si mesmo. Meyer ressalta que o terapeuta, numa abordagem psicanalítica de família ou casal, também é colocado na mesma situação que os membros da família, deixando-se infiltrar pelas identificações projetivas e tendo, portanto, que reconhecer esse aspecto transferencial para que possa nomear tal fenômeno para a família. Ou seja, o terapeuta ajuda a família a reconhecer as identificações projetivas que circulam entre os familiares, o modo como são ativadas e a quais identificações as ansiedades são ligadas (Meyer, 1983).

Cramer e Palácio-Espasa (1993), por outro lado, desenvolvem o tema da identificação projetiva em duas direções: como uma possibilidade de empatia na forma sadia desse mecanismo – tendo como exemplos paradigmáticos a mãe e o psicanalista –, ou, em formas patológicas, como sendo um mecanismo psíquico com tendências possessivas e expulsivo-projetivas.

A identificação projetiva a serviço do reconhecimento da comunicação e da empatia com o objeto veicula um intenso investimento libidinal deste. Ao contrário, quando predomina a agressividade, a identificação projetiva se torna intrusiva e controladora em relação ao objeto (Cramer e Palácio-Espasa, 1993, p. 265).

Consideramos que a relação entre os membros do casal conjugal pode também assumir a dinâmica de uma identificação projetiva empática ou intrusiva, uma vez que nessas relações ocorrem identificações e projeções, assim como na relação mãe-bebê. Na instauração da conjugalidade, há a formação de um eu conjugal, em que traços do outro serão passíveis de introjeção ou incorporação. Adicionamos, ainda, a possibilidade de a “maneira de ser” do outro ser apropriada pelo ego de um deles, assim como aspectos clivados de um dos cônjuges podem ser maciçamente projetados na esfera egoica do parceiro, por meio do mecanismo da identificação projetiva.

É necessário, contudo, que os membros do casal tolerem a ambivalência, pois, do contrário, qualquer ativação de cenários inconscientes passados – ligados a relações objetais patogênicas do casal – será difícil de ser tolerado, o que prejudicará a capacidade para a mútua identificação (Kernberg, 1995). Kernberg diz que essa intolerância à ambivalência facilita a ativação de cenários

inconscientes, assim como ativa a identificação projetiva com base em relações objetais patogênicas internalizadas. Nos casos em que há uma idealização do outro sem a tolerância da ambivalência, qualquer agressividade que surja na relação será altamente ameaçadora para o casal.

Com isso, Kernberg (1995) ressalta a necessidade do estabelecimento da idealização um do outro, assim como da idealização do relacionamento do casal, com propósitos defensivos – contra a avaliação realista do relacionamento e também ativando a função do superego de proibição contra os desejos edípicos. Sendo o objeto amoroso, assim como o relacionamento do casal, idealizado e havendo uma tolerância da ambivalência, não irá prevalecer a identificação projetiva na relação conjugal.

Nas projeções parentais sobre os filhos, constata-se o quanto o filho é construído fantasisticamente pelos pais, de acordo com o bebê que eles foram ou de acordo com o que lhes faltou. Nas relações conjugais há, de modo equivalente, uma identificação projetiva no outro de traços de um ideal almejado. Freud (1914) tratou das projeções parentais sobre os filhos no texto do narcisismo e, nesse mesmo texto, analisa as escolhas amorosas: narcísicas e de objeto (anacríticas). Cramer e Palácio-Espasa (1993) apontam que “Freud também fala das relações objetais de tipo anacrítico que se estabelecem com a projeção de imagos de pessoas significativas para satisfazer as necessidades do sujeito, isto é, a necessidade de reencontrar uma relação com os pais” (p. 267).

O mecanismo da identificação projetiva, conforme ressaltado, ocorre através da projeção de partes psicóticas da mente no objeto, na tentativa de transformar o objeto externo no objeto interno que nele é projetado. Titan (1999) destaca o caso de casais que, em situações mais extremas, depois de um período de projeções maciças, um dos dois rompe a relação e sente que deixa com o outro uma parcela indesejável de si mesmo. Nesses casos, parece que a delimitação das fronteiras egoicas entre eu e outro não está bem estabelecida, pois, ainda que consideremos a formação de um psiquismo compartilhado pelo casal, isso não exclui a existência paralela de cada um com um *self* próprio e discriminado. Portanto, é evidente que cada um apresenta uma estrutura própria ou mesmo uma psicopatologia individual, que não pode ser estritamente vinculada com a identidade conjugal. Com relação a isso, Kernberg (1995) aponta que:

[...] a identificação inconsciente de um dos parceiros com seus próprios aspectos, dissociados e projetados, junto com a mútua indução de papéis complementares através da identificação projetiva por parte de ambos, pode resultar numa distribuição de papéis que transmite uma impressão errônea da psicopatologia de cada parceiro (p. 137).

A identificação projetiva, além de estar bastante presente na relação de casais, é também um mecanismo comum em pacientes *borderline* (Figueiredo, 2003). Os conteúdos libidinais e agressivos são projetados no mundo exterior, com o qual o indivíduo se confunde, já que fora e dentro se misturam. Destacamos a relevância de atentar para esse tipo de configuração psíquica limítrofe, quando se estuda o trauma, pois estes quadros clínicos podem nos ensinar bastante sobre o funcionamento neurótico, considerando que os aspectos narcísicos estão presentes em maior ou menor grau em todos os sujeitos. Embora nosso objetivo nesta pesquisa não seja investigar esses casos, em que parece haver uma dimensão traumática desestruturante – de cunho patológico, portanto –, mas sim buscar entender o trauma ligado à constituição psíquica, enfocando as fantasias primárias e edípicas, consideramos que o processo de transmissão psíquica nas relações conjugais pela via da transmissão do trauma acaba ampliando a compreensão dos processos de subjetivação. Iniciaremos a seguir, de forma introdutória, a discussão que será o foco de nosso último capítulo: o aspecto traumático da transmissão.

2.5.

Aspectos traumáticos da transmissão: para introduzir

A transmissão psíquica entre gerações é organizadora, contudo, é relevante questionar em que medida o sujeito é capaz de apropriar-se de sua herança psíquica, ou seja, se é capaz de produzir narrativas que gerem sentido assimilado ao legado familiar, o que pode ser propiciado pela terapia psicanalítica (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005). Conforme colocam Magalhães e Féres-Carneiro (2005), “a transmissão demanda uma diferenciação entre o que é transmitido e o que é recebido e transformado, tendo em vista o processo de historialização e temporalização do sujeito e o processo de apropriação do legado” (p. 31).

As mesmas autoras, em outro texto, ressaltam que o que se transmite e aquilo que está no cerne da constituição subjetiva é exatamente o objeto perdido e

o que nos impõe um trabalho de elaboração psíquica é a ilusão de reconstituição desse objeto enlutado (Magalhães e Féres-Carneiro, 2004). Consideramos essa reflexão teórica interessante para a nossa pesquisa, na medida em que entendemos que se busca no parceiro amoroso um objeto perdido, o objeto edípico, que, por ser proibido, é substituído por um amor possível na atualidade.

Os pais vivem sua história edípica, que é atualizada quando eles mesmos têm seus filhos e assim por diante, quando surgem os netos. Ou seja, a transmissão da vivência primária da primeira relação de objeto e da vivência da triangulação edípica acontecerá ao longo da cadeira geracional e aquilo que vai sendo transmitido é exatamente o que se perdeu – o objeto enlutado, os elementos traumáticos e os resíduos dessas vivências de perda, próprias à constituição subjetiva. Como dizem Magalhães e Féres-Carneiro (2004), “a cada nova geração, esses resíduos são evocados, reconquistados e transmitidos” (p. 246).

A transmissão psíquica, travada por meio dos processos de identificação, necessita de uma filtragem do ego. Quando falha essa filtragem, aquilo que é transmitido não consegue ser apropriado pelo ego. Nas relações conjugais, como há um ego compartilhado pelo casal, no que chamamos de eu conjugal, a transmissão transpsíquica, que ocorre através dos membros, estará atuante e, portanto, o eu conjugal terá o trabalho de filtrar os elementos traumáticos transmitidos por gerações passadas. Entretanto, ocorrerá também uma transmissão entre os sujeitos, ou seja, no vínculo conjugal cada um irá transmitir ao outro, no momento atual, traços psíquicos que serão introjetados ou incorporados pelo outro na instauração da identidade compartilhada pelo casal. Podemos entender essas duas formas de transmissão na conjugalidade, respectivamente, como estando a primeira no eixo vertical (transmissão através das gerações) e a segunda no eixo horizontal (por meio das identificações entre os sujeitos-parceiros).

No capítulo 3, dedicar-nos-emos ao estudo da transmissão psíquica inconsciente de elementos traumáticos na conjugalidade. Para isso, investigaremos a noção de trauma em psicanálise e utilizaremos os conceitos estudados neste capítulo sobre a transmissão para buscar entender como esta se processa na conjugalidade.

3 Transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade

“O sujeito é exposto e submetido à novidade, às heranças, aos traumas, aos prazeres e aos encontros. A forma como cada um integra esses fatores é que resultará na expansão ou no retraimento da subjetividade” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, p. 43).

As uniões conjugais, apesar de muitas vezes envolverem rituais familiares cercados de alegria, como se traduz na celebração do casamento, são também situações críticas, que suscitam alguns rearranjos psíquicos e a transmissão de objetos familiares. Granjon (2000) sinaliza que a vida da família é composta por momentos críticos, dentre os quais destaca: os nascimentos, as mortes e as partidas. Esses eventos do ciclo vital da família marcam a história familiar e acreditamos que a instauração da conjugalidade seja um desses acontecimentos críticos, pois, dentre muitos fatores, é um momento em que elementos traumáticos não elaborados pelas gerações anteriores, que dizem respeito ao laço conjugal, possam vir a emergir.

É necessário refletir sobre o modo como esses elementos traumáticos são transmitidos pelos sujeitos e pelas gerações, enfatizando principalmente a transmissão que se processa na conjugalidade. Os conceitos de transmissão psíquica e de trauma ajudam-nos a entender os casos em que elementos irrepresentáveis se apresentam no psiquismo, seja no intrapsíquico, seja na intersubjetividade. Há alguns tipos de relações familiares em que a transmissão geracional se configura como um fenômeno invasivo, pois os descendentes não conseguem seguir outra via que não esteja de acordo com o imperativo narcísico que os antepassados – sejam pais ou avós – projetaram sobre eles. Sendo assim, pensando na conjugalidade, a via da criatividade na relação a dois encontrar-se-ia bloqueada, o que leva à compulsão à repetição dos modelos familiares. Sabemos que há uma dimensão de repetição natural nas famílias, mas que ainda assim abre-se caminho para a criatividade, presente na busca de elaboração do passado geracional.

Neste capítulo, buscaremos investigar a transmissão de elementos

traumáticos na conjugalidade, enfatizando o aspecto estruturante da transmissão do trauma. Para atingir esse objetivo, será necessário aprofundar o conhecimento da transmissão transgeracional ou transpsíquica, investigar a noção de trauma em psicanálise e, por fim, relacionar esses dois conceitos. Buscaremos, ainda, compreender as manifestações clínicas da transmissão traumática no casal a partir da própria forma de escolha do objeto amoroso, assim como pela análise da revivência de relações primárias e edípicas na instauração da conjugalidade, que acabam por produzir fenômenos como a fusão simbiótica no casal.

3.1. Fantasmas no quarto do casal

O objetivo desta pesquisa é problematizar a relação entre a transmissão psíquica inconsciente de elementos traumáticos e a constituição da conjugalidade. Abordamos a transmissão do trauma na conjugalidade, sendo o trauma transmitido transgeracionalmente, a partir de vivências de um passado conflitivo dos cônjuges que se repete na união conjugal. A transmissão também pode ocorrer a partir de aspectos traumáticos clivados no psiquismo dos membros do casal sendo transmitidos ao outro na formação do eu conjugal. Ambas as vivências relacionam-se a fantasmas da história de cada um dos parceiros que são revividos no quarto do casal.

Entendemos que há uma transformação psíquica no casal, sobretudo nos momentos de engajamento amoroso e na passagem para a parentalidade. A posição que cada um dos cônjuges ocupa na linhagem familiar será significativa no encontro do casal e a presença de elementos traumáticos transmitidos (psiquicamente) através das gerações é preponderante na formação da conjugalidade. Conforme já sinalizamos, assim como há a presença na esfera egoica dos elementos transmitidos geracionalmente, também temos que considerar os elementos transmitidos entre os cônjuges, através das trocas identificatórias que se fazem necessárias para a formação do eu conjugal. Benghozi (1999) sinaliza como uma das particularidades do casal “conjugar laços de aliança, a um nível horizontal e sincrônico (o sistema casal propriamente dito), e laços de filiação, inscrevendo-os, a um nível vertical e diacrônico, em uma relação com os ascendentes e os descendentes” (p. 252).

Nosso propósito é investigar como se processa a “psicopatologia normal” das relações amorosas, ou melhor, não pretendemos focalizar as relações conjugais de caráter patológico, mas sim investigar o processamento de transmissões psíquicas na conjugalidade normal. Nesse sentido, quando falamos em “elementos traumáticos”, estamos considerando o traumático constituinte, estruturante, presente na neurose comum. Laplanche (1988) usa a categoria “mensagens enigmáticas” para falar do encontro com o outro, que é um “estranho”, como um momento traumático, mas próprio da neurose comum. Podemos entender esse encontro com o outro – não o outro primordial, mas o outro na formação da conjugalidade – como algo que mobiliza profundamente o psiquismo, configurando-se como um momento limite, propício para a (re)definição das fronteiras egoicas.

Os elementos mal assimilados no psiquismo de antecedentes podem (re)aparecer quando se forma um novo casal, assim como a revivência de relações primárias e edípicas traumáticas também pode se constituir como um entrave nesse (re)encontro com o objeto de amor. Os aspectos traumáticos transmitidos através das gerações encontram-se recalcados ou mesmo clivados no psiquismo. No caso de estarem clivados, constituem-se como elementos não elaborados pelo ego, elementos irrepresentáveis, com os quais o ego não consegue entrar em contato, sob pena de se desestruturar. Nesse sentido, a clivagem seria uma defesa psíquica ante o colapso egoico. Contudo, conforme analisaremos com mais detalhes adiante, elementos clivados no psiquismo – que dizem respeito a aspectos traumáticos – podem também estar presentes no neurótico, e não somente em patologias mais graves, como os estados-limites ou mesmo psicóticos. As noções de cripta e fantasma, utilizadas por Abraham e Torok (1995), nos falam desses elementos que saíram da circulação psíquica dos sujeitos, mas que se apresentam muitas vezes via ato ou sintoma familiar.

Quando falamos em incorporação, conceito já trabalhado no capítulo 2, estamos nos remetendo a algo que não foi metabolizado no psiquismo e, portanto, também ao que pode se repetir. Nos casos onde há uma falha na transmissão psíquica, ou seja, onde “o trabalho de simbolização, necessário ao processo de subjetivação, é atingido por uma série de traumatismos acumulados e de lutos não elaborados” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005, p. 30), percebemos o quanto pode se tornar difícil a constituição do eu conjugal. Convém ressaltar que aspectos

traumáticos não são estruturantes ou desestruturantes em si, ou seja, por suas qualidades, mas sim serão qualificados de uma forma ou outra em relação com a capacidade de elaboração egoica do excesso pulsional que comportam.

Segundo Eiguer (1998),

Para a família, o vínculo da transmissão psíquica entre gerações veicula um legado organizador, uma herança benévola, reparadora, ao lado da qual mora uma parte maldita com a qual o indivíduo tentará coexistir ou lutar. Parte maldita nos diferentes sentidos do termo: portadora de maldição e de fatalidade, parte vergonhosa, fardo pesado e de obstrução. ‘Mal-dita’ parece-me mais pertinente que ‘não-dita’. Palavra mal enunciada, desgarrada, ruidosa (p. 40).

Essa parte “mal-dita” da herança, que aparece na formação do eu conjugal – pelas transmissões inter e transgeracionais presentes na constituição da identidade do casal –, refere-se aos elementos traumáticos transmitidos. Esses elementos podem dizer respeito a situações mais primárias na relação mãe-bebê, em que, por exemplo, uma mãe está deprimida e não consegue investir afetivamente em seu bebê, ou uma mãe ansiosa, que não consegue tolerar suas próprias angústias diante de um bebê, que ainda possui somente um esboço de ego. Por outro lado, os elementos traumáticos podem referir-se ao período edípico, em que a intensificação das pulsões faz com que o ego tenha que domá-las, ao mesmo tempo em que o desejo é de transgredir os limites impostos pela lei edípica com relação ao incesto. Ambos os períodos são fundamentais para a constituição do psiquismo, assim como são momentos em que o modelo de relação de objeto que o sujeito irá repetir ao longo da vida vai se estabelecer. Esse modelo de relação – a experiência com os primeiros objetos de amor com toda a carga pulsional que ficou registrada no psiquismo – será repetido na conjugalidade. São esses alguns dos fantasmas que assombram o quarto do casal, isto é, situações em que a circulação das representações pela palavra encontra-se bloqueada, despertando um afeto negativo e imobilizador nos parceiros (Eiguer, 2001).

Constatamos que a dificuldade na constituição do eu conjugal – que pressupõe um processo de luto do objeto perdido, uma vez que o objeto edípico foi interdito e o objeto amoroso da conjugalidade é seu substituto disfarçado – remete-nos a entraves nas relações anteriores (primárias e edípicas). Pode-se supor que essas relações do passado, que são revividas na conjugalidade, também

eram estabelecidas pela não diferenciação, pela incorporação do outro em si, e não pela introjeção, através dos processos identificatórios próprios à constituição psíquica, uma vez que parece ocorrer nesses casos uma dificuldade na elaboração do luto.

De acordo com Abraham e Torok (1995):

O luto indizível instala no interior do sujeito uma sepultura secreta. Na fuma repousa, vivo, reconstruído a partir de lembranças de palavras, de imagens e de afetos, o correlato objetual da perda, enquanto pessoa completa, com sua própria tópica, bem como os momentos traumáticos – efetivos ou supostos – que haviam tornado a introjeção impraticável (Abraham e Torok, 1995, p. 249).

Para os autores, criar uma fantasia de incorporação é perpetuar um segredo intrapsíquico. Neste trabalho de pesquisa, pensamos esse segredo mais como um aspecto traumático, que é transmitido transgeracionalmente e, portanto, inconsciente também para aqueles que transmitem o legado. O conceito de transmissão psíquica nos auxilia a pensar esses casos, pois diz respeito à “herança inconsciente” que os pais transmitem para os filhos – ou gerações que nem tiveram contato direto – e da qual estes precisam se apropriar. Nesse sentido, quando há uma falha na transmissão, não é possível que a introjeção dos aspectos parentais se dê e, portanto, estamos no terreno da incorporação, ou seja, quando enigmas do outro invadem o ego, como nos aponta Laplanche (1988).

De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2004), “a herança transgeração é baseada nos elementos brutos, não elaborados, na história lacunar, traumática e, por ser composta de material não elaborado, cria obstáculos ao processo de apropriação” (p. 251). Nesse sentido, a incorporação é entendida como uma impossibilidade de fazer o luto do objeto perdido, de se apropriar dessa herança, o que faz com que o objeto incorporado seja mantido na fantasia. Isso que ficou incorporado – essa “cripta”, se utilizarmos o termo de Torok e Abraham (1995) – vai sendo transmitido pelas gerações através de repetições ligadas ao trauma, ou mesmo através dos segredos familiares.

Faz-se necessário, portanto, um trabalho psíquico em torno da herança desses fantasmas que assombram o quarto do casal. Tal trabalho pode ser efetuado por meio da historicização propiciada pelo processo psicanalítico. Kaës (2001) nos diz que “a noção de trabalho psíquico da transmissão é entendida como o processo e o resultado de ligações psíquicas entre aparelhos psíquicos e como as

transformações operadas por essas ligações” (p. 69). Trabalha-se, portanto, com os elementos que compõem a história do casal, assim como com o vínculo intersubjetivo e os processos identificatórios (sobretudo as projeções), que ocorrem entre os membros do casal.

Nesse momento, interessa-nos aprofundar o estudo sobre o trauma para que possamos, mais adiante, estudar as relações conjugais baseadas na fusão, na assimilação sem elaboração dos elementos traumáticos do outro (cônjuge). Consideramos que as projeções que existem na formação do casal conjugal têm relação com os aspectos traumáticos do outro clivados e, portanto, inacessíveis ao psiquismo consciente. Sendo assim, faz-se necessário revisitar o conceito de trauma em psicanálise para que possamos melhor compreender os aspectos identificatórios, em sua dimensão traumática, envolvidos na formação do casal conjugal.

3.2.

A questão do trauma em psicanálise

A questão do trauma foi pensada por muitos autores de formas distintas na psicanálise. Freud, inicialmente, nos seus “Estudos sobre a histeria” (1895), considerava o trauma como um acontecimento real em que um adulto abusava sexualmente de uma criança e tal fato, posteriormente, iria adquirir uma dimensão traumática através da ligação dessa primeira cena (trauma real) com uma outra cena *a posteriori* que fizesse rememorar o trauma vivido na infância. Esta foi sua primeira teoria do trauma, que logo foi abandonada, dando lugar ao entendimento do trauma ligado à fantasia e, portanto, à dimensão pulsional.

Lejarraga (1996), na obra “O trauma e seus destinos”, ressalta que a expressão “teoria do trauma” remete ao excesso de excitação que não pôde ser descarregado e, portanto, ao fator quantitativo, o que ainda não é o conceito utilizado por Freud em suas primeiras formulações sobre o trauma. No início da teoria freudiana, o autor desenvolve a “teoria da sedução” para desenvolver posteriormente o conceito de trauma (conhecida como a sua primeira “teoria do trauma”), que se referia à sexualidade que provém do outro, do adulto que erogeniza o *infans*. Com o abandono, ainda que parcial, dessas ideias iniciais sobre o trauma, Freud enfatiza a noção de realidade psíquica, dando um peso

maior aos desejos sexuais infantis na formação do psiquismo, com a elaboração, por exemplo, da teoria do Complexo de Édipo. Lejarraga (1996) aponta que a ideia freudiana sobre a sedução traumática, que tinha sido abandonada em 1897, retornou mais tarde em sua obra com a figura da mãe como a primeira sedutora, sendo, portanto, ressituada a partir da teoria do Complexo de Édipo, central na origem da sexualidade. Foi no “Esboço de psicanálise” onde Freud (1940[1938]) afirmou que, através dos cuidados corporais, a mãe torna-se a primeira sedutora da criança.

Em 1920, no texto “Além do princípio do prazer”, Freud elabora melhor o conceito de trauma, entendido, nesse momento da teoria, como um excesso pulsional com relação ao qual o ego não consegue se defender, uma excitação que não pôde ser descarregada pelas vias normais do aparelho psíquico. O trauma não pode ser evocado e não obedece ao princípio do prazer – está ligado à compulsão à repetição, o que ele identifica a partir dos sonhos traumáticos, das neuroses traumáticas e das brincadeiras infantis, como tentativas de elaboração de uma situação traumática. Segundo Lejarraga (1996), “o pulsional é traumático porque a força pulsional não é absorvida por inteiro no universo significante, porque irrompe como um ‘corpo estranho’ no aparelho egoico, não submetido ao princípio do prazer” (p. 31).

Essa teoria do trauma diz respeito à ação da pulsão de morte; contudo, conforme Freud (1920) coloca através dos exemplos clínicos, não se pode observar a ação pura da pulsão de morte, mas sim uma mescla pulsional das pulsões de vida e de morte. No trabalho em questão, Freud postula o dualismo Eros-Tanatos, objetivando distinguir o que está inscrito e representado, que é Eros, do que é energia pulsional desligada, sem representação e além do princípio do prazer, que é Tanatos (Lejarraga, 1996).

Lejarraga (1996) lembra-nos que tanto a sedução quanto o desamparo “só se tornam traumáticos *a posteriori*, quando o excesso pulsional – devido à ausência ou presença do investimento do outro – pode ser significado como uma ameaça egoica” (p. 66). O verdadeiro estatuto de trauma é alcançado quando o excesso energético se constitui como uma ameaça narcísica. Nesse sentido, a instauração da conjugalidade pode ser compreendida como uma situação traumática, por envolver um excesso pulsional – propiciado pela fusionalidade própria ao vínculo conjugal, no estabelecimento do psiquismo compartilhado pelo

casal – e, portanto, pode acabar por se constituir uma ameaça narcísica, já que os limites egoicos são alterados.

Os autores pós-freudianos continuaram as investigações sobre o trauma, mas sempre tentando ampliar o que Freud havia começado. Laplanche (1988) considera o trauma como estruturante do psiquismo, afirmando que as mensagens dos adultos são enigmáticas para a criança e, por isso, traumáticas, mas ao mesmo tempo constitutivas do psiquismo. Laplanche concebe sua teoria da sedução originária como traumatizante exatamente pelo caráter enigmático das mensagens provindas do adulto e pela não possibilidade de fornecimento dos códigos de tradução dessas mensagens pelo próprio adulto, uma vez que as mesmas também são inconscientes para este.

Ribeiro (1996) afirma que “o trauma, a mensagem sexual oriunda do outro, é o que escapa sempre à eficácia tradutiva” (p. 52). Segundo o mesmo autor, os elementos desconexos provindos das mensagens veiculadas pelos adultos tentam ser dominados pelas crianças por meio da criação de “complexos”: o Édipo e a Castração fazem parte do trabalho de ordenação do enigma da sexualidade pelo qual a criança passa.

Ainda sobre a “teoria da sedução generalizada” laplancheana, Cardoso (2002) acrescenta que ocorre uma confrontação da criança com o adulto sedutor, mais especificamente com as suas mensagens sexuais e enigmáticas (também para o adulto), que ultrapassam a capacidade de domínio da criança. Esta é, segundo a autora, uma situação de passividade originária. As mensagens são inscritas no psiquismo da criança por meio de um processo chamado por Laplanche de “implantação”, processo comum, estruturante e neurótico; diferentemente da sua variante violenta, o processo de “intromissão”, no qual ocorre um fracasso no processo de tradução (Cardoso, 2002). “Só a partir do processo do recalçamento é que podemos supor que certas mensagens não chegarão a entrar no esquema da tradução simbolizante, permanecendo, então, bloqueadas nessa posição de enclave” (Cardoso, 2002, p. 107). Esses enclaves dizem respeito aos elementos traumáticos, presentes no psiquismo tanto de neuróticos quanto de psicóticos.

A teoria da sedução generalizada de Laplanche coloca-nos diante da constituição traumática, mas estruturante, do psiquismo da criança em sua relação com o “outro”, aspecto importante para nossa pesquisa, no sentido de que o “outro conjugal” será novamente alguém que confrontará o ego, por trazer novos

elementos ou mensagens, por vezes enigmáticas e intraduzíveis, para o psiquismo do casal. Se essas mensagens irão se configurar como traumáticas, inassimiláveis ou não, ou mesmo se serão estruturantes para a constituição do eu conjugal, irá depender da história de cada casal particularmente e da capacidade de elaboração dos parceiros. Nosso objetivo, no presente trabalho, é discutir os processos de transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade, o que consideramos possível de articulação com a teorização de Laplanche sobre as mensagens enigmáticas transmitidas (inconscientemente) às crianças pelos adultos nos primeiros anos de vida. As mensagens transmitidas entre os membros de um casal também podem ser enigmáticas pela estraneidade que comportam e, portanto, pela possibilidade de envolverem uma dimensão traumática, assim como pela mobilização de aspectos muito regressivos dos cônjuges.

Podemos também refletir sobre a questão do trauma e sua definição a partir das ideias de Myriam Uchitel (2001), que escreveu sobre a neurose traumática. A autora questiona o conceito de trauma, apontando duas vias possíveis de compreensão: uma que aponta para a irrepresentabilidade do evento (abarcando os estados *borderline*, os psicóticos e os perversos), decorrente da cisão e fragmentação egoica; e outra via é aquela que aponta para um ego sobrecarregado pela fixação e pelo excesso, o que reaparece na repetição, nas fantasias, nos pensamentos e nos sonhos, próprios de uma neurose.

É certo que, mesmo que esse segundo modelo de trauma fale de uma lógica neurótica, sempre haverá aspectos traumáticos irrepresentáveis, de modo que não cabe dicotomizar entre uma “clínica do irrepresentável” *versus* uma “clínica da representação”, mas considerar em todo psiquismo aspectos traumáticos não representáveis e aspectos inscritos que conseguiram uma representação (Uchitel, 2001). Uchitel considera que é o modo como o estado traumático se processa que dá lugar aos diferentes quadros:

A saída neurótica integra no psiquismo o trauma por meio de sentidos, fantasias, recalques e sintomas simbólicos. As psicoses, os estados *borderline* e as perversões mostram o ‘verdadeiro’ caráter traumático. O trauma não é assimilado e integrado com o resto dos conteúdos psíquicos. Seu impacto insuportável cinde ou fragmenta o ego, isola o acontecimento e impede encontrar, pela representação, uma metabolização mais saudável (Uchitel, 2001, p. 151).

Nosso argumento está de acordo com o pensamento de Uchitel (2001), quando consideramos que a conjugalidade mobiliza aspectos traumáticos, mesmo em se tratando de casais neuróticos. Nos casais neuróticos, o mecanismo da repetição se faz presente na tentativa constante de buscar uma elaboração, uma ligação do excesso pulsional com relação ao qual o ego não consegue lidar; entretanto, não são casos em que há uma cisão egoica mais intensa, como parece ocorrer nos estados psicóticos e limítrofes citados por Uchitel. Na conjugalidade, interessa-nos estudar a presença de aspectos irrepresentáveis no psiquismo do casal e, portanto, traumáticos, mas sem tomá-los como patológicos; são aspectos que dizem respeito ao trauma estruturante, por meio do qual todo e qualquer psiquismo se constitui. É no contato com o outro, no processo de constituição do eu conjugal, que esses elementos serão mobilizados.

Os estudos no campo da psicanálise de casal e família trabalham fundamentalmente sobre esses aspectos irrepresentáveis no psiquismo e com a própria noção de trauma a partir das contribuições teóricas de Abraham e Torok (1995). Estes autores trouxeram acréscimos importantes à teoria freudiana sobre o trauma, ampliando o entendimento do trauma como relacionado a um segredo ou uma cripta, que vai sendo transmitido através das gerações, sem que seja um processo consciente e fruto de elaboração psíquica. Abraham e Torok (1995) não deram relevo, contudo, ao estudo do conceito de trauma em si, mas sim investigaram os processos identificatórios ligados à transmissão de um segredo através das gerações.

A seguir, percorreremos alguns dos autores atuais que estudam as relações familiares sob o viés da transmissão psíquica geracional, com o objetivo de compreender melhor a nossa questão de pesquisa, que é a transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade.

3.3. Transmissão transpsíquica na conjugalidade

Lembremo-nos dos conceitos sobre transmissão já trabalhados no capítulo 2, para que possamos investigar, agora mais profundamente, o processo de transmissão que atravessa o inconsciente das gerações e, retomando nosso objetivo, aquilo que atravessa as fronteiras psíquicas dos membros do casal.

Tratamos agora, portanto, da transmissão traumática, da transmissão sem ou com pouca transformação, da transmissão na qual falha a tela de proteção do aparelho psíquico.

Com o objetivo de retomar os conceitos, recordemos que a transmissão intergeracional é estruturante, constituída por fantasias, imagos e identificações, organiza a história familiar e, do ponto de vista do sujeito, sua novela individual neurótica. As transmissões transgeracionais, por outro lado, são aquelas propiciadas por situações em que os pais não têm uma capacidade de metabolizar as agonias primárias do bebê, pois aqueles (os pais) sofreram situações traumáticas, lacunares, segredos, vazios, enfim, situações e espaços que carecem de uma dimensão transformadora. Essas situações e vivências subjetivas acabam sendo transmitidas violentamente de uma geração a outra, sem que se preserve os espaços subjetivos de cada um. Trachtenberg (2005) afirma que:

As transmissões transgeracionais inauguram uma cadeira traumática transgeracional, dominada pela repetição, em detrimento da memória e da historização do sujeito, enquanto as transmissões intergeracionais tornam possível o estabelecimento de uma cadeira (elo) geracional (Trachtenberg, 2005, p. 119).

A autora afirma que, por meio do vínculo qualificado com outro, será possível a reintrodução do passado no campo das palavras, da memória e da história. O vínculo qualificado com outro pode ocorrer, em nosso entendimento, dentro da família – na relação pai/mãe e filho ou mesmo entre irmãos –, assim como na relação entre os membros de um casal. A conjugalidade pode ser pensada como uma via de possibilidade de elaboração do passado, de introdução no campo da palavra e do afeto de tudo o que estava encapsulado no psiquismo, daquilo que vinha sendo passado pela história familiar e mal apropriado pelas gerações.

Quando elementos da história não podem ser transmitidos por meio da palavra, o que ocorre é a transmissão bruta, pois são os aspectos encapsulados no psiquismo que estão fazendo pressão para eclodir. Entra-se no campo, portanto, da transmissão do negativo. Trachtenberg, Kopittke, Pereira, Chem e Mello (2005) analisam, no texto “O negativo e as transmissões transgeracionais”, o conceito de negativo nas patologias da atualidade. O objetivo dessas autoras é estudar os efeitos da transmissão psíquica de aspectos negativados no psiquismo dos pais sobre os filhos, especialmente nas patologias ligadas ao vazio, ao existir/não-

existir. As autoras resgatam o conceito de negação, presente na obra freudiana, como estando relacionado à pulsão de destruição, assim como ligado aos processos de cisão e clivagem do ego – aqueles em que o ego rechaça e, portanto, nega algo do mundo exterior ou uma exigência pulsional do mundo interno.

Ainda investigando os casos traumáticos, Kopittke (2005) aborda o tema da transmissão através das gerações de vivências que ficaram sem significação. Segundo a autora, nos casos em que lutos mal elaborados são transmitidos, estamos diante de uma repetição que está além do intrapsíquico individual, pois transita através das redes vinculares. Na conjugalidade, os lutos mal elaborados transitam, portanto, no espaço psíquico compartilhado pelo casal, exigindo dos parceiros um trabalho psíquico de elaboração dos elementos traumáticos que afloram. Esses lutos podem corresponder a vivências conjugais aflitivas, que remetem a: situações de separações traumáticas, traições, relações conjugais marcadas pela violência e muitos outros exemplos. Eiguer (2001) acrescenta que:

[...] pode-se observar situações ou experiências traumáticas semelhantes nos dois parceiros, tais como os casamentos de conveniência na linhagem de cada um, pais que abandonaram o lar, etc. Essas representações são projetadas no contexto dos elos inconscientes, cada membro da família se dirigindo ao outro, de acordo com o modelo objetal e relacional das representações em questão (p. 19).

O meio através do qual essas vivências ou lutos mal elaborados são transmitidos seria pela transmissão do “objeto-fantasma” na cadeia transgeracional, que ocorre pela identificação de cada sujeito ao seu genitor, que possui o objeto sepultado clivado em seu ego (Kopittke, 2005). O sujeito acaba por incorporar o portador do fantasma e o fantasma, sem a possibilidade de reconhecer os contornos que diferenciam os mesmos. Kopittke (2005) ressalta que a clínica vincular nos defronta frequentemente com experiências traumáticas semelhantes em ambos os parceiros de um casal, as quais são projetadas nos elos inconscientes que se formam entre eles.

A transmissão transgeracional é um tipo de transmissão em que se carrega uma parte não-acessível da história do outro, não havendo espaço de retomada e transformação, o que acaba por afetar o sujeito singular e a intersubjetividade do grupo (Granjon, 2000). Esse ponto é importante para o estudo da conjugalidade, uma vez que os elementos traumáticos dos quais estamos tratando – principalmente aqueles ligados à história factual familiar – podem estar presentes

em um ou em ambos os membros do casal, mas de fato não é relevante de onde partiu, mas sim que o elemento irrepresentável influencia substantivamente a formação do psiquismo compartilhado pelo casal.

Partindo da ideia de que há a constituição de um ego compartilhado na conjugalidade e, portanto, sem delimitação clara das fronteiras psíquicas entre os membros do casal, consideramos que a parte não-acessível da história de gerações anteriores que reaparece pode ser percebida pelo eu conjugal como um excesso pulsional, que necessita ser dominado. Conforme nos lembra Chem (2005): “No exercício diário das relações amorosas as fronteiras entre interno e externo, dentro e fora não são permanentes e, em muitos momentos, ameaçam desaparecer” (p. 85). A dificuldade está em conciliar o estabelecimento de uma diferenciação egoica separada, o que é importante para a preservação da individualidade, sem projeção maciça de cargas psíquicas violentas de um sobre o outro, e, por outro lado, o estabelecimento de um eu conjugal, de uma identidade de casal, necessária para o estabelecimento de um vínculo consistente da conjugalidade.

Outro ponto importante do trabalho da transmissão psíquica, apontado por Granjon (2000), é o fato de, quer seja na transmissão intergeracional ou transgeracional, sempre haverá um trabalho de reconstrução de uma geração para a outra. A transmissão, na maior parte dos casos, não é passiva. Ela forma um mosaico, em que alguns elementos transmitidos serão apropriados pelos filhos de uma ou outra forma, dependendo do lugar que ocupam na família ou de seu desenvolvimento. Esse trabalho de transmissão pode também acabar tornando-se um trabalho incompleto ou inacabado.

A transmissão entre pais e filhos ocorre desde muito cedo – já no ventre materno, à criança são transmitidos desejos de seus pais. Depois do nascimento, essa transmissão permanece por meio dos cuidados, da voz, das palavras dos cuidadores e tudo isso é captado pela criança (Granjon, 2000). As “mensagens negativas” da transmissão transgeracional, como denomina Granjon (2000), serão transmitidas aos filhos por via de identificação primária, inicialmente, e, posteriormente, pela identificação edípica.

De acordo com Laplanche (1988), como vimos, a constituição do psiquismo ocorre através das mensagens enigmáticas transmitidas às crianças pelos adultos e estes são os mesmos que irão fornecer os códigos de tradução dessas mensagens. As crianças são, portanto, herdeiras forçadas dos significantes

incompreensíveis impostos pelo mundo adulto, ainda que em sua maior parte de forma inconsciente. De modo semelhante, assim como os sujeitos recebem mensagens enigmáticas inconscientes de seus pais na infância, também na idade adulta transmitem enigmas ao parceiro conjugal, no momento da instauração da conjugalidade e, portanto, na constituição do eu conjugal.

Ocorre, contudo, que o cônjuge possui os códigos de tradução das mensagens que a criança não possui. O transpsíquico – a intrusão no psiquismo do outro – age sobre um psiquismo em formação, o da criança, enquanto que, no caso de um casal, estamos diante de dois indivíduos adultos (Robert, 2005). Essas mensagens enigmáticas, emitidas pelo parceiro, muitas vezes dizem respeito a fantasmas do passado, a elementos traumáticos que assombram o psiquismo de um ou dos dois membros do casal.

Correa (2000) levanta uma questão sobre a possibilidade de, numa perspectiva clínica, poder identificar o modo como os fantasmas acabam por se transformar em organizadores do psiquismo dos pacientes, o que ocorre sobretudo por meio de mecanismos de identificação, que estão na base do processo de transmissão e que envolvem intenso investimento libidinal. No estudo da conjugalidade, essa hipótese pode também ter um sentido, já que há a possibilidade de elaboração dos elementos traumáticos que emergem na constituição da identidade conjugal, ainda que tal processo possa envolver intensa angústia nos membros do casal.

A autora afirma, sobre o trauma, que:

A angústia, derivada de um excesso de excitação provocada pelo acontecimento traumático e a incapacidade de contê-lo transformando-o em experiência metabolizada, provocará necessariamente desorganizações secundárias, efração dos envelopes individuais e grupais, aumentando a violência nos diversos espaços psíquicos (Correa, 2000, p. 66).

Esses envelopes grupais, mencionados por Correa, utilizando a terminologia de Anzieu (1985), dizem respeito a defesas do psiquismo ante o excesso pulsional que provoca uma desorganização psíquica. Segundo Correa (2000), o acontecimento traumático pressupõe: um ataque ao narcisismo e o perigo de saturação do aparelho psíquico em sua capacidade de representação. Esses dois processos, que ocorrem no psiquismo em situações traumáticas, estão presentes tanto no que diz respeito a conteúdos fantasmáticos, quanto a patologias

que envolvem processos de clivagem do ego.

Conforme abordamos no capítulo 2, forma-se um envelope psíquico pelo casal na constituição do eu conjugal e podemos acrescentar que este envelope pode funcionar como uma defesa frente à intensa carga pulsional advinda dos elementos traumáticos transmitidos transgeracionalmente. Lembremos, contudo, conforme ressaltam André-Fustier e Aubertel (1998), que a herança transgeração, a qual estamos trabalhando neste tópico, “compreende igualmente elementos que permanecem em instância de representação, sem ser, no entanto, de natureza traumática” (p. 134).

Trachtenberg e col. (2005), ao se referirem à transmissão geracional, utilizam uma interessante metáfora sobre esse processo: as bonecas russas – matrioskas. Essa metáfora ilustra a condensação de gerações pelo processo de identificação inconsciente. Faimberg (2001) nomeia como “telescopagem geracional” esse processo, que apresenta um tempo circular, repetitivo, no qual de uma geração para a outra não há espaço de diferenciação, falta espaço psíquico para o desenvolvimento pleno da identidade. Considera-se, portanto, necessário que se faça uma “historicização” por meio da transferência no tratamento psicanalítico, o que permite que os efeitos sobre o ego de um segredo ou mesmo de uma situação traumática possam ser alterados. Isso pode ser implementado através de uma “desidentificação” com a história passada, uma vez que, quando um tipo de identificação se historiciza, o sujeito adquire a possibilidade de se situar em relação à diferença das gerações (Faimberg, 2001).

Identificar o que seria traumático na conjugalidade não é nossa tarefa aqui, uma vez que tal trabalho implicaria em uma investigação da história particular de cada casal. No entanto, consideramos que algumas das características permanentes da conjugalidade permitem levantar alguns processos próprios ao encontro conjugal que tocam a questão da transmissão de elementos traumáticos de forma mais ampla. Um desses processos seria a revivência das relações primárias e edipianas, que é uma importante característica da constituição da conjugalidade, na medida em que os membros do casal deparam-se com o excesso pulsional advindo dessas relações, o que pode ser vivido como traumático. Outro exemplo seriam os processos próprios à formação do eu conjugal: a introjeção, a incorporação e a identificação projetiva, que também são constituintes da conjugalidade e remetem à transmissão de elementos (traumáticos ou não) entre

os membros do casal. Sendo assim, passaremos agora à análise da revivência das primeiras relações com os pais, que são reeditadas na conjugalidade, com um olhar para a dimensão traumática nelas presentes.

3.4.

Reedição de experiências passadas na conjugalidade

A conjugalidade suscita a reedição de relações objetais do passado. A fusionalidade e a dependência, em certa medida, são esperadas na conjugalidade, sendo frutos da revivência de relações arcaicas e relacionadas ao próprio apoio narcísico demandado ao parceiro no vínculo conjugal.

Entretanto, o encontro de duas subjetividades promovido pela conjugalidade não dá margem apenas à repetição, mas também à renovação (Levy, 2013; Magalhães e Féres-Carneiro, 2003). Nesta pesquisa, buscamos ampliar a compreensão da conjugalidade, a partir do estudo da influência da transmissão, acreditando que as relações primárias e edípicas são constituintes do psiquismo, e não limitadoras do desenvolvimento.

No capítulo 1, estudamos os primórdios da conjugalidade, sinalizando que a formação de um casal reedita a relação primária mãe-bebê, assim como mobiliza fantasias edípicas, sendo, portanto, a instauração da conjugalidade um momento de possibilidade de elaboração dos conflitos do passado. Um autor importante para a psicanálise que pesquisa o desenvolvimento do amor e suas raízes nos relacionamentos passados é Kernberg (1995). Ele aborda, de forma detalhada, como se dá o desenvolvimento do amor sexual maduro, que integra ternura e erotismo, iniciando pelas origens da excitação sexual e percorrendo a constituição da intimidade emocional do casal, o que reativa a ambivalência das relações edípicas e pré-edípicas. São as características do antigo objeto (edípico ou pré-edípico), com os quais houve conflito, que o parceiro tenderá a projetar no outro, através do mecanismo da identificação projetiva.

Os estudos sobre a relação mãe-bebê, segundo Kernberg (1995), colocam as relações objetais como centrais na ativação dos afetos – ou seja, as relações de objeto se referem aos estados afetivos mais iniciais. O desenvolvimento afetivo baseia-se em relações objetais afetivamente investidas, que se constituem enquanto memória afetiva. Como exemplo, o autor fala que “o anseio permanente

de proximidade e estimulação física e de entrelaçamento das superfícies corporais está vinculado ao anseio de fusão simbiótica com o objeto parental e, pela mesma razão, com as mais primitivas formas de identificação” (Kernberg, 1995, p. 34) – nesse caso, o que está em jogo são as relações mais primárias com os objetos parentais.

Tendo em vista que o encontro amoroso rememora intensamente a fantasia do vínculo precoce com a mãe, a redescoberta do amor e a relação fusional que se colocam na conjugalidade remontam a essa primeira relação: a relação primária mãe-bebê. Há, no entanto, uma oscilação entre momentos de maior fusionalidade e outros momentos de maior discriminação entre os membros do casal. Eiguer (1985), tratando das fantasias fundadoras do casal, aponta que casais mais regressivos oscilam entre a fantasia de elação intra-uterina (no engajamento amoroso) e as fantasias objetalizadas do seio (em momentos posteriores); enquanto que os casais genitalizados oscilam entre a fantasia de sedução e a fantasia de castração, respectivamente nos momentos descritos anteriormente.

Contudo, convém refletir sobre de que forma os membros do casal lidam com todas essas fantasias e afetos suscitados pela conjugalidade. Kernberg (1995) considera que é por meio do mecanismo da identificação projetiva que os parceiros atuam as fantasias fundadoras do casal. O autor diz ainda que:

O desejo inconsciente de reparar os relacionamentos patogênicos dominantes do passado e a tentação de repeti-los em termos de necessidades agressivas e vingativas insatisfeitas resulta em sua reencenação com o parceiro amado. Através da identificação projetiva, cada parceiro tende a induzir no outro as características do antigo objeto edípico e/ou pré-edípico com quem ele ou ela tiveram conflitos (Kernberg, 1995, p. 80).

O enfoque nesta citação acima são os relacionamentos patogênicos do passado, contudo, gostaríamos de pontuar que não são somente estes que são reencenados na conjugalidade. Sabemos que as relações primárias ou pré-edípicas comportam uma dimensão de agressividade, através das contribuições kleinianas: o bebê está sempre em conflito com o objeto bom e o objeto mau e cada um destes será passível de introjeção, incorporação ou projeção. Nas relações edípicas, a teorização freudiana ressalta os sentimentos hostis do menino por seu pai e afetuosa pela mãe – como, por exemplo, descrito no Caso do Pequeno Hans (Freud, 1909) –, assim como a ambivalência inerente às mesmas relações: o

menino também ama seu pai e odeia sua mãe. Esses sentimentos todos, edípicos ou pré-edípicos, são reencenados na instauração da conjugalidade. Como exemplo, Kernberg (1995) fala que “um marido dominante e uma esposa submissa se transformam, respectivamente, num garotinho lamuriendo e numa severa mestra quando ele fica gripado e precisa de cuidados” (p. 81). Vemos, nessa ilustração, a reedição das relações primárias e edipianas na conjugalidade.

O casal tem como característica a permanência: o cônjuge, na condição de eleito, é o outro que sempre estará lá, sendo assim, destaca-se como objeto privilegiado – por ser o mais amado, pode ser o mais odiado (Titan, 1999). Tal ambivalência diz respeito à primeira relação objetal, o seio materno, depositário do maior amor e do ódio mais intenso também. Essa relação inicial com a mãe é, portanto, atualizada na relação conjugal.

Titan (1999) coloca que a posição do objeto é singular na relação de casal, pois possibilita muitas projeções de intensidades desconhecidas pelo sujeito, o que faz com que o objeto sinta e saiba de fantasias e desejos vitais para o ego do outro, sendo que tal processo só é possibilitado por uma relação de confiança.

Quando o objeto surge, a tendência do sujeito é a de produzir descargas dentro dele, as quais produzirão afetos prazerosos ou desprazerosos. Tais descargas correspondem aos resultados das projeções inconscientemente realizadas, isto é, a identificação projetiva altera o objeto e essa alteração informa, não sem turbulência, a respeito de qualidades introduzidas no objeto (Titan, 1999, p. 22).

A teoria kleiniana das relações objetais indica que as relações de objeto sempre envolvem projeções, o que nos fala da existência, ainda que parcial, de uma eleição narcísica de objeto, ou seja, a escolha do parceiro tem a ver com o próprio eu do indivíduo (Titan, 1999). Para o autor, todas as nossas relações são potencialmente possessivas, exclusivistas e totalizantes; sendo assim, faz-se necessário delimitar qual é o limite do patológico.

Segundo Fagundes (1999), se os membros do casal não conseguirem lidar com o fenômeno regressivo que ocorre na relação do casal, podem não conseguir experimentar um relacionamento sexual maduro. Isso ocorre, pois, conforme argumentamos com Kernberg (1995), o desenvolvimento do amor sexual maduro pressupõe uma boa integração da ternura e do erotismo, o que reativa a ambivalência das relações edípicas e pré-edípicas.

Prevalecendo, portanto, a ilusão de fusão no casal, não há espaço para a capacidade de empatia e percepção do outro, que passa a ser depositário de todos os conflitos edípicos e pré-edípicos do parceiro. Nesse caso, o objeto interno de um é colocado no parceiro através da fusão e da identificação projetiva. Fagundes (1999) defende que dificuldades acentuadas na vivência fusional primária podem fazer com que o sujeito permaneça em um estado de narcisismo, de “ilusão de fusão” – nesses casos, a capacidade de amar o outro estaria seriamente comprometida.

Esse movimento regressivo do casal, contudo, não é somente uma repetição do passado – das experiências precoces entre mãe e bebê –, mas sim há um movimento de reorganização. A relação amorosa se apóia numa fantasia, visando à ilusão perdida (Robert, 2004). Contudo, consideramos que há um espaço transicional na conjugalidade com potencialidade de transformação daquilo que é transmitido e que parece ser pura repetição do passado. Conforme afirma Alvarenga (1996), “mesmo sendo impossível não repetir padrões arcaicos surge, através do trabalho da sublimação, a possibilidade de inovação para além da repetição” (p. 31).

Na medida em que sinalizamos que certa fusionalidade e dependência são características esperadas na conjugalidade e que a vivência fusional primária é reativada no encontro conjugal, convém investigarmos mais profundamente a fusão simbiótica no casal. Portanto, nosso próximo passo será estudar a característica de fusão que a conjugalidade comporta, o que pode se aproximar mais ou menos de um funcionamento patológico, para que, por fim, possamos analisar algumas manifestações clínicas do traumático na conjugalidade.

3.5. A fusão simbiótica no casal

Já mencionamos o fato de que a conjugalidade é, ao mesmo tempo, espaço para a reedição de relações objetais do passado e espaço para a promoção de uma nova dinâmica relacional, ou mesmo se oferece como um espaço com potencial de criação do novo. Essa ideia nos conecta com o conceito winnicottiano de transicionalidade, pois este possibilita-nos falar da modificação e da criação de um espaço relacional, transicional, na conjugalidade, em que se faz presente a

dialética continuidade/descontinuidade. Quando duas subjetividades entram em jogo na conjugalidade, forma-se um espaço transicional, ou seja, um espaço de transição e de experimentação (Magalhães, 2009).

Nesse espaço, pode-se constatar a influência da transmissão psíquica geracional, uma vez que cada um dos cônjuges trará consigo características de suas famílias de origem – sendo estes elementos bem assimilados, introjetados, ou clivados, elementos traumáticos não metabolizados no psiquismo. A conjugalidade é um espaço intermediário, no qual tais elementos traumáticos podem emergir, uma vez que consiste numa situação de mudança e que, por isso, exige do ego uma reestruturação, uma reconfiguração.

Na conjugalidade, instaura-se o paradoxo fusão-separação (Puget e Berenstein, 1993), uma vez que o casal tenta se desvencilhar dos modelos parentais de suas famílias de origem, mas ao mesmo tempo aquilo que criam na nova vida conjugal é uma metabolização da herança geracional. Ao longo desta pesquisa, vimos apontando que existe uma realidade construída no encontro a dois, em que dois sujeitos impõem sua estranheza ao outro. Segundo Puget (2000), o que define o vínculo são os componentes inassimiláveis ao ego que se agregam à estranheza do outro, sustentando a distância necessária para que haja uma vincularidade. “A vertente intersubjetiva tem como eixo central a alteração-perturbação permanente a qual todo vínculo expõe, reconhecendo que um sujeito se cria em cada um de seus vínculos e, portanto, em cada contexto” (Puget, 2000, p. 74). O vínculo, contudo, pode ter potencialidades vinculantes ou, por outro lado, pode produzir somente o mesmo, em uma função desvinculante.

Este último caso – de função desvinculante – é exemplificado pela autora que se refere a casais nos quais os parceiros dizem saber tudo do outro, conhecem o outro plenamente, o que acaba por impossibilitar que o encontro amoroso continue produzindo novidades. Para que haja uma função vinculante, é necessário o trabalho sobre a diferença. Do ponto de vista da alteridade, há a condição de se reconhecer o outro, em seus diferentes valores e pontos de vista, assim como em relação aos seus aspectos inconscientes. Por outro lado, a estranheza do outro é, ao mesmo tempo, impossível de se reconhecer totalmente – há uma parcela de alteridade intransponível a qual se deve aceitar.

Puget e Berenstein (1993) estabelecem alguns tipos de vínculo de casal, baseados tanto em dados observáveis quanto a partir da significação inconsciente

desses vínculos. A estrutura dual de casal consiste num vínculo de tipo fusão, no qual a relação pode ser de simetria, gemelar, ou assimétrica, de complementariedade. Numa relação gemelar – como na clássica expressão “somos um só” –, há a recusa das particularidades de cada um e o vínculo mantém-se pela idealização. Nestas situações, os autores afirmam que se processa um vínculo com características de Objeto Único, bastando um código mínimo para a comunicação entre os membros do casal, pois se pressupõe a antecipação, a adivinhação através da visão especular, com destaque para o olhar, e o desejo de um ser a imagem especular do outro. Nesse tipo de organização vincular, as angústias fóbicas estão presentes nesses egos e são controladas pelo pacto inconsciente de que “nada melhor do que um como acompanhante do outro” (Puget e Berenstein, 1993, p. 36). O diferente é visto como perturbador, reforçando o vínculo ilusório de ser igual.

Quando o funcionamento de casal por gemelaridade se baseia em Tanatos, há uma sensação permanente de frustração, uma vez que o ego, que se mantém conectado com o objeto imaginado, vê na presença do objeto real, diferente, aspectos que não coincidem com a sua idealização (Puget e Berenstein, 1993). Os membros do casal estabelecem, assim, uma dependência adesiva, com a sensação de que cada um dos dois egos encontra-se incompleto.

Lemaire (2003) afirma ser difícil, num nível narcísico, implementar uma distinção total entre os parceiros amorosos – seria ilusório tal projeto –; ao passo que, em um nível lididinal e objetual, já se pode distinguir os diferentes sujeitos. Consideramos que as descrições de tipos de vínculos conjugais feitas anteriormente dizem respeito a relações mais narcísicas, isto é, relações em que é difícil fazer uma distinção entre os sujeitos, que estabelecem um vínculo gemelar.

Nos vínculos conjugais assimétricos, que se processam por complementariedade, Puget e Berenstein (1993) pontuam alguns modos pelos quais essas relações acontecem. Pode ser uma complementariedade enlouquecedora, em um modelo “amparador-desamparado”, o que consiste num vínculo com o Objeto Único, tendo este a função de assistente. Os membros do casal se mantêm fundidos, organizando-se um pacto inconsciente de não-agressão de um pelo outro, já que sempre paira uma ameaça de invasão pelo outro. Os autores dizem que o pacto é assim: “eu hei de conservar, como filho, uma relação com meus objetos parentais, enquanto concordo que tu também tenhas tua própria relação

com teus objetos parentais, em um setor onde nem eu nem tu possamos compartilhar, por corresponder a histórias diferentes” (p. 39). Entendemos que esse tipo de pacto considera que cada ego sofre influências da transmissão psíquica dos próprios objetos parentais, sem que haja influência no psiquismo conjugal. No entanto, consideramos que tal pacto tende a falhar, já que esse projeto não se sustenta, uma vez que sabemos que a herança psíquica da família de origem é o material que será metabolizado e dará origem ao eu conjugal.

Muitas vezes, o medo de um vínculo dependente é tão intenso que, defensivamente, recorre-se a um vínculo hiperdiscriminado. O “corpo-casal”, nas palavras de Puget e Berenstein (1993), pode ser percebido pelos parceiros como um elemento de fusão e couraça aprisionadora, sendo o vínculo hiperdiscriminado uma defesa ante o temor de engolfamento pelo outro. Consideramos interessante aprofundar a análise do tipo de funcionamento hiperdiscriminado, pois nesse caso há um empecilho para a formação do eu conjugal, já que nada consegue ser compartilhado, uma vez que na base disso há um temor da vivência de aprisionamento. Processa-se um esforço contínuo pela diferenciação e cada membro do casal defende o seu projeto individual – cada um terá uma comida diferente, um gosta de cinema, o outro de teatro, e assim em diante. Nesses casos, as relações sexuais são escassas, uma vez que despertam uma angústia confusional, de perda de limites, que não é tolerada neste tipo de vínculo (Puget e Berenstein, 1993).

A conjugalidade, de fato, pode mobilizar esse tipo de angústia confusional, de perdas de limites, pela constituição de um psiquismo compartilhado, assim como pela própria relação sexual contínua com o mesmo objeto. A relação sexual concretiza o vínculo com características fusionais do casal, uma vez que o corpo de um literalmente penetra o corpo do outro. A troca corporal tem uma marca única, considerando que a relação sexual fomenta a atividade ilusória de ser um só. Robert (2004) acrescenta que, no estado amoroso, não se é mais somente um – um dos parceiros acaba por amar a si através do amor do outro. O orgasmo, acrescenta o autor, pode ser considerado como um protótipo da regressão que ocorre na conjugalidade, sendo, portanto, uma fantasia de completude, de unidade narcísica.

A excitação sexual, segundo Kernberg (1995), envolve o desejo erótico, caracterizado pela identificação com a excitação sexual e o orgasmo do parceiro,

assim como o sentimento de transgressão derivado das proibições edípicas. Para o autor, a excitação sexual é:

[...] uma busca de prazer sempre orientada para outra pessoa, um objeto a ser penetrado ou invadido, ou que se é por ele penetrado ou invadido. É um anseio de proximidade, fusão e entrelaçamento que implica em cruzar poderosamente uma barreira e tornar-se um com o objeto escolhido (Kernberg, 1995, p. 24).

Kernberg (1995) considera, juntamente com muitos autores que traz para esse diálogo, que a busca de fusão simbiótica está incluída na psicodinâmica do desejo erótico, ou seja, faz parte da capacidade de estabelecer um relacionamento íntimo com um objeto diferenciado e integrado, uma vez que a capacidade de amar pressupõe o desenvolvimento normal da experiência simbiótica, assim como da fase de separação-individuação. Convém ressaltar que Kernberg (1995) distingue, nesse ponto, a experiência de fusão como atravessamento das fronteiras do *self*, mas na qual os parceiros mantêm uma identidade separada, da fusão regressiva, que obscurece a diferenciação entre *self* e não-*self*. O autor coloca a primeira como aspecto essencial da experiência subjetiva da paixão.

Há, contudo, um tipo de estrutura de casal, descrito por Puget e Berenstein (1993), que não se caracteriza pela fusão maciça entre os membros do casal, como alguns casos já abordados, mas sim consiste numa estrutura vincular na qual existem duas mentes discriminadas. Segundo os autores, nessa estrutura chamada “terceiridade ampla”: “O casal possui uma capacidade de representação de si mesmo, como um conjunto no qual o fornecido pelos egos é maior do que a soma de seus componentes” (p. 47). Nessa condição, ocorre a passagem de Objeto Único para Objeto Unificado, que foi citada no capítulo 1, ou seja, passa-se de uma vivência infantil, de obrigatoriedade e exclusividade da relação, para uma relação em que há acordos e intercâmbios e onde um é o melhor acompanhante para o outro. Essa poderia ser entendida como uma forma de vínculo conjugal mais saudável.

Eiguer (2008) acrescenta uma visão sobre os laços intersubjetivos considerados mais saudáveis, quando coloca que muitas pessoas constroem laços simbióticos, porque não compreendem que a distância é uma forma de preservar o laço e de tornar mais agradável a convivência.

Já entramos em contato com alguns exemplos clínicos de certos tipos de

vínculos conjugais e, a seguir, estudaremos, por fim, mais algumas manifestações clínicas, agora precisamente ligadas à presença do traumático na conjugalidade, sobretudo ligadas à escolha amorosa.

3.6.

Manifestações clínicas do traumático na conjugalidade

Conforme vimos trabalhando, o tema da marca da família de origem na conjugalidade não é um assunto totalmente novo, apesar de que contemporaneamente tem sido foco de atenção dos autores da área de casal e família. Freud já falava sobre a importância dos pais para a escolha sexual do filho em 1905, nos seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, quando afirma que:

Em vista dessa importância do relacionamento infantil com os pais para a escolha posterior do objeto sexual, é fácil compreender que qualquer perturbação desse relacionamento terá as mais graves consequências para a vida sexual na maturidade; também ao ciúme dos amantes nunca falta uma raiz infantil, ou pelo menos um reforço infantil (Freud, 1905, p. 216).

Esse foi o caminho por nós percorrido ao longo desta pesquisa: buscando investigar não somente a escolha do objeto sexual como pautada nos modelos parentais, mas também a própria instauração da conjugalidade, com a necessidade de os membros do casal estabelecerem um eu conjugal, sem, contudo, deixarem de lado suas individualidades. Trata-se, portanto, de lidar com as transmissões entre as gerações, contendo elementos traumáticos e elaborados, assim como com as transmissões intersubjetivas entre os membros do casal, por meio dos mecanismos de identificação. Alguns elementos traumáticos podem ficar como resíduos mal elaborados provenientes dos modelos parentais, o que exercerá efeitos na conjugalidade.

Na terapia com casais neuróticos, Eiguer (1985) identifica um tipo de escolha amorosa qualificada por ele como “defensiva”, que seria aquela em que se escolhe alguém que é o oposto – comparado com uma escolha edípica. É defensiva por ser uma recusa em escolher alguém parecido com a figura parental do sexo oposto, então se opta por escolher um objeto com características da figura parental do mesmo sexo do sujeito: uma escolha homossexual, portanto. No

entanto, essa escolha aponta para aquilo que o pai ou a mãe não são, isto é, pode remeter ao objeto inconsciente interior dos pais – que são, por sua vez, os avós. “A escolha objetal pode, assim, recobrir o Édipo parental inconsciente (do pai) vivido pelo jovem em sua escolha, quer dizer, um parceiro fantasmático muito investido pelo pai ou pela mãe (por exemplo, o avô materno para o rapaz, a avó paterna para a moça)” (Eiguer, 1985, p. 33).

Eiguer (1985) exemplifica suas ideias com outras situações clínicas em que as escolhas amorosas são estabelecidas a partir de padrões patológicos e regressivos. O autor apresenta quadros clínicos de escolha de objeto anaclítica, nos quais identifica um sentimento de perda na base da escolha, mas não ligado à castração (como nos casos de escolha de objeto edípica), e sim ligado ao temor da solidão, a uma não superação da posição depressiva. Seriam as escolhas em que o que seduz é a tristeza e o luto do outro; ou casos em que o parceiro representa um personagem idealizado, substituto de uma carência de mãe ou pai; ou mesmo casos em que a escolha é perversa, no sentido de buscar explorar a dificuldade do outro, almejando uma dominação.

Sobre a escolha de objeto narcisista, Eiguer (1985) enfatiza que tal escolha dará forma à organização inconsciente da família, exemplificando principalmente com casos de famílias com filhos psicóticos. Os casais narcisistas são aqueles em que um dos dois tem um problema psíquico grave, sendo relações baseadas na arrogância e que têm como ponto central a onipotência – escolhe-se porque o outro se ama fortemente e é isso que o torna atraente. A presença de filhos, em casais narcisistas, segundo o autor, relaciona-se em geral com uma substituição do vazio objetal inconsciente. Além disso, podemos acrescentar que os filhos seriam projeções narcísicas desses pais, não sendo considerados como sujeitos independentes.

Consideramos que no tipo de escolha narcisista, assim como nas escolhas do tipo anaclítica, em que se apresenta o sentimento de angústia permeando a escolha do parceiro, está presente uma dimensão traumática com característica de um trauma desestruturante. Melhor dizendo, nesses casos parece não só se apresentar um aspecto traumático constitutivo, como seria aquele referente ao temor da castração, próprio à trama edípica, mas principalmente se encontra presente uma base melancólica, ou um traço perverso ou um aspecto narcisista,

dependendo da situação clínica analisada e do que subjaz à escolha de objeto de amor.

Monique Dupré Latour (2005), no artigo *Couple et traumatisme*, interroga-se sobre o modo como o casal pode ser o lugar de organização, digestão e elaboração dos traumatismos e por quais processos o aparelho psíquico do casal transmite o trauma, já com alguma elaboração. A autora analisa a transmissão do trauma principalmente a partir da escolha amorosa. Traz a argumentação sobre dois tipos de identificação que podem surgir entre os membros do casal no momento da escolha amorosa: as identificações positivas e negativas. As positivas são mais conscientes e adaptadas à realidade. Já as negativas têm em sua base uma questão traumática inconsciente, sendo que o laço psíquico formado não possibilita a simbolização e a verbalização – a dimensão transicional do laço torna-se, portanto, permeada pela fusão.

Latour (2005) diz, ainda, que a escolha de um parceiro pode ser implementada por uma ressonância identificatória, isto é, pessoas que sofreram o mesmo trauma podem melhor se compreender e, por isso, escolhem uma à outra. A escolha nesse caso é pautada, portanto, por um tipo de reconhecimento, e não de conhecimento.

Os membros de um casal podem vir a estabelecer uma relação como a de dois irmãos que competem e disputam, que se sentem preteridos por um terceiro, assim como tinham ciúmes do amor da mãe. Essas situações podem ocorrer, por exemplo, no caso de uma traição de um homem que busca uma outra mulher fora do casamento – a parceira pode disputar com essa mulher, assim como disputava, no passado, com um irmão pelo amor da mãe. Outro exemplo seria o de um homem que sente ciúmes da mulher com os filhos, sentindo-se angustiado ao se perceber excluído dessa relação dual, assim como ocorreu com ele no passado quando a mãe teve o segundo filho e passou estar mais distante dele. Situações como essas são relatadas por Hervé (2003), que identifica, na psicoterapia de casal, a presença da transmissão desses fantasmas da infância dos parceiros, que acaba por ser sentida pela terapeuta a partir da contratransferência.

A perspectiva por nós adotada nesta pesquisa sobre a conjugalidade considera o ponto de vista intersubjetivo e também, de certa forma, o intrapsíquico – neste caso, quando investigamos as raízes no psiquismo da escolha amorosa feita pelo sujeito, membro de um casal. A perspectiva intersubjetiva é

adotada para refletir sobre as transmissões psíquicas que influenciam a vida conjugal, seja na relação entre os dois, seja na relação dos cônjuges com suas famílias de origem. Estas duas dimensões importantes estão presentes na psicoterapia com casais: a dimensão grupal (interpessoal) e a dimensão individual (intrapsíquica).

Na dimensão grupal, segundo Lemaire (1998), apresentam-se, por meio do discurso grupal, os fantasmas comuns ou compartilhados que justificam a criação do conceito de “aparelho psíquico grupal”, no lugar de só se pensar sob o ponto de vista do funcionamento individual. Na clínica, o autor sinaliza que a expressão desses fantasmas aparece através do “compartilhamento das emoções” – verifica-se um contágio psíquico entre os membros do casal, o qual associa com formas regressivas de relacionamento, que envolvem angústias arcaicas, como aquelas descritas por Melanie Klein. O casal, segundo o autor, é um grupo primário, apoiado em uma “colusão inconsciente” de suas problemáticas, tendo uma referência forte, ainda que inconsciente, na família de origem. Lemaire (1998) afirma que a colusão inconsciente está na base do funcionamento de todo casal, não sendo necessariamente um funcionamento patológico. Esta contribui, segundo ele, para a organização inicial dos laços conjugais. Tornar-se-ia patológica se a colusão inconsciente estivesse fixada num estágio da organização libidinal (por exemplo, sádico-anal) sem a possibilidade de transitar entre os mesmos.

Cada membro de um casal aprendeu um modo de ser, um modo de se relacionar, um modo de se comunicar, seja pela fala, seja pelos gestos, de acordo com a sua história, com a sua família de origem. Na psicoterapia com casais, Lemaire (1998) afirma que aparecem na cena o “não-dito” que permeia o laço conjugal, os segredos íntimos, os jogos retóricos, ou seja, tudo aquilo que René Kaës dominou como “pacto denegativo”.

O conceito de “pacto” refere-se, em geral, ao que está na ordem traumática, ao passo que, em contraposição, o conceito de “aliança” está mais ligado a uma intersubjetividade não traumática, quando buscamos compreender a qualidade dos vínculos inconscientes que se dão na conjugalidade. De uma forma ampla, o conceito de “aliança inconsciente” diz respeito, segundo Kaës (2009), a todos os laços intersubjetivos, transubjetivos e sociais. O laço intersubjetivo organiza-se sob duas polaridades: funda-se positivamente por meio dos investimentos mútuos, pelas identificações comuns, pela comunhão de ideias e

crenças e pela ilusão da criação de um espaço potencial; por outro lado, organiza-se negativamente pelas diversas operações defensivas que em todo laço são necessárias para que o mesmo se constitua e mantenha-se frente ao risco de destruição. Essas operações defensivas são, por exemplo, o recalque, a recusa e a clivagem.

Os pactos denegativos seriam derivados patológicos das alianças inconscientes. Sobre o pacto denegativo propriamente dito, Kaës (2009) aponta duas condições necessárias para o seu estabelecimento: que os fantasmas e as identificações inconscientes sejam mobilizados em cada membro do laço; e que seja constituída uma realidade psíquica comum e compartilhada, mesmo que os investimentos dos dois não sejam mantidos de forma durável. Kaës diz que o pacto denegativo apresenta duas facetas: por um lado, este faz parte das alianças necessárias à estruturação do laço – o que nos faz compreender a precondição anteriormente citada da criação de uma realidade psíquica comum; e, por outro, o pacto denegativo pode vir a funcionar como uma aliança alienante, em casos patológicos.

De todo modo, o autor afirma que os pactos denegativos fazem parte dos laços conjugais, assim como de muitos outros, e seus efeitos manifestam-se nas repetições, nos sintomas compartilhados, nos objetos bizarros e enigmáticos e nos *acting*. Os pactos denegativos trazem à tona não somente conteúdos inconscientes ligados à falta, à castração, à separação e à perda, mas sim – e principalmente – conteúdos ligados à destruição, ao impossível e ao impensável (Kaës, 2009). Esses aspectos referem-se à transmissão do negativo; negatividade esta que Kaës afirma não ser possível de ser totalmente absorvida e transformada pelo laço, pelo trabalho psíquico que envolve tal aliança.

3.7.

Para finalizar: um olhar para a clínica de casais

Em nossa pesquisa, quando buscamos compreender a transmissão de elementos traumáticos na conjugalidade, as considerações teóricas trazidas por Kaës acerca das alianças inconscientes e dos pactos denegativos são extremamente importantes, já que a formação do eu conjugal pressupõe a assimilação de aspectos inconscientes do outro – sintomas compartilhados e

objetos enigmáticos. O autor também coloca não ser possível assimilar e transformar totalmente o negativo que é transmitido pelo outro na formação das alianças inconscientes, portanto, os elementos traumáticos – sejam ligados às fantasias edípicas ou de castração, sejam ligados a lutos não elaborados, segredos ou criptas encapsuladas no psiquismo – talvez possam nunca ser totalmente elaborados.

Consideramos que esses aspectos traumáticos encontram-se presentes, em maior ou menor grau, em todo psiquismo, e não somente em casos de patologias graves. A neurose comum abarca conteúdos pulsionais excessivos, o que não diz respeito a situações traumáticas desestruturantes, mas sim a aspectos traumáticos constituintes do psiquismo. São os objetos perdidos, a falta, o recalque, a patologia e os lutos que são transmitidos “negativamente” por meio das alianças inconscientes que se processam na instauração da conjugalidade. Cada membro do casal terá tido uma vivência familiar, terá uma história própria que comporta esses elementos mal integrados ao psiquismo. Sendo assim, quando ocorre a formação do psiquismo compartilhado pelo casal e, portanto, o processamento da transmissão inconsciente entre os mesmos, tais aspectos seriam resgatados. Kaës (2009) considera o conceito de aliança inconsciente como central nas discussões teóricas sobre transmissão psíquica intergeracional ou transgeracional, porque essas alianças são os mecanismos de passagem e de laço entre os espaços psíquicos.

Um tipo de aliança inconsciente, conforme já apontamos, ocorre no laço conjugal, na formação da conjugalidade, na qual se estabelece um acordo amoroso. O acordo amoroso, segundo Kaës (2009), é em grande parte um reencontro de uma relação narcísica perdida e, portanto, uma ilusão de completude; mas também exige o reconhecimento da alteridade do objeto, logo, a noção de diferença e complementaridade é fundamental. Kaës concorda com o pensamento de muitos autores pós-freudianos de que um casal amoroso se forma a partir do apagamento parcial das fronteiras egoicas de cada um dos membros, o que ocorre por meio dos processos de identificação, idealização e clivagem. Assim se constitui a noção de “nós”, segundo aponta o autor, e acrescentaríamos a noção de “eu conjugal”, de acordo com a nomenclatura que estamos adotando nesta pesquisa.

Junto com a formação de um psiquismo compartilhado, coloca-se a difícil

tarefa, segundo Kaës (2009), de amar ao outro, ser amado e amar a si mesmo, o que confronta os sujeitos com a necessidade de aliar amor narcísico e amor objetal. O laço amoroso pressupõe um trabalho psíquico de experimentação de ilusão e desilusão, atravessado nas crises, nas ligações que são feitas e refeitas ao longo do tempo, ou seja, todos os momentos pelos quais um casal passa, os quais permitirão a co-construção de um espaço psíquico próprio do casal.

Muitos casais apresentam conflitos, que chegam até a culminar em separação, com relação à necessidade de conciliar a criação de um espaço psíquico compartilhado e, por outro lado, a preservação do funcionamento psíquico individual de cada um dos membros do casal. Lemaire (1998) sinaliza que uma causa muito frequente de rupturas de casais está exatamente nessa necessidade de proteger o espaço psíquico individual. O autor aponta que a cultura contemporânea exige declarações de independência que se opõem às aspirações fusionais dos casais, os quais, portanto, oscilam entre a fusão e a tentativa de defender cada um a sua individualidade.

Esse argumento alia o ponto de vista psíquico ao social. Se considerarmos, contudo, estritamente o ponto de vista psíquico, entendemos que o casal representa um modo de organização defensiva para seus membros: defesa psíquica contra disposições psíquicas pré-genitais e edipianas, conforme estamos apontando ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Buscamos caracterizar e discutir toda a luta travada pelos membros de um casal entre a tentativa de ser um só, constituindo um psiquismo compartilhado, e a tentativa, ao mesmo tempo, de manter um *self* discriminado, pelo temor de fusão que o laço conjugal suscita. Convém ressaltar, ainda, que consideramos o fator da criatividade importante na conjugalidade, uma vez que ao casal confere-se a possibilidade de criar um modo alternativo de relação, se estiver atento às pressões exercidas pela herança geracional, o que pode ser trabalhado terapeuticamente.

Ressaltamos, nesse ponto, a importância desta pesquisa para a clínica, no sentido da possibilidade de estudar um tema cuja aplicação prática é relevante – o psicanalista de casal deve estar atento à transmissão do trauma na conjugalidade para que a questão que origina a angústia possa ser aprofundada terapeuticamente no tratamento psicanalítico de casais. Magalhães e Féres-Carneiro (2004, p. 248) ressaltam que “é na clínica, sobretudo por meio do dispositivo psicanalítico da

transferência, que podemos resgatar, ressignificar e favorecer a reapropriação do que foi transmitido”. Eiguer (2001) também indica que é na transferência que se torna possível recolher as representações ancestrais que estão na base das identificações de nossos pacientes.

O ponto de vista da clínica não foi, contudo, nosso foco de interesse nesta pesquisa. Alvarenga (1996) percorre a trajetória da construção desse campo que é a psicanálise de casal e destaca a questão da fusionalidade, articulada ao narcisismo, como estando na base de qualquer escolha amorosa. Para ela, a problemática fusional justifica a indicação de terapia de casal, que deveria ser realizada por meio de seu modelo inovador de “entrevistas preliminares”, visando discriminar as duas subjetividades. A questão de uma proposta clínica para o tratamento de casais que trazem como problemática a dificuldade na elaboração de uma herança psíquica traumática fica, portanto, para futuras pesquisas.

4 Considerações finais

Esta pesquisa pretendeu realizar uma investigação teórica acerca da transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade, visando delinear os processos identificatórios presentes na formação do eu conjugal, que são de extrema relevância para a formação do psiquismo compartilhado pelo casal. Conforme apontamos, na conjugalidade, os limites intersubjetivos tornam-se mais fluidos e, por vezes, sem delimitação clara, o que pressupõe a existência de um psiquismo compartilhado pelo casal. Esse psiquismo abarca elementos traumáticos ou não da história de cada um e este é o desafio para a conjugalidade: o contato com as zonas inacessíveis do psiquismo do outro. A transmissão psíquica que ocorre entre os membros do casal faz com que cada um destes entre em contato com a estranheza do outro e, assim, faz-se necessário uma elaboração desse estranho, que, conforme trabalhamos ao longo desta pesquisa, pode ser compreendido como um aspecto traumático do outro.

Ao longo desta dissertação, buscamos trabalhar sobre a importância da elaboração da história ou vivências familiares pelos sujeitos – seus desejos, fantasias, vivências reais e projeções de ideais – e como esta história, contendo elementos elaborados e outros traumáticos, ainda não assimilados ao ego, é transmitida de forma inconsciente pelas gerações. Os membros de um casal, na medida em que são filhos cada um de uma família, lidam com a tentativa de integração da história parental de cada parceiro e enfrentam ainda o trabalho de assimilar as mensagens enigmáticas que vêm do outro (cônjuge).

Como afirmam Magalhães e Féres-Carneiro (2003), a conjugalidade pode ser, ao mesmo tempo, aprisionadora e promotora de um movimento dinâmico, devido à qualidade estável e à permanência do objeto amoroso. Ou seja, o objeto amoroso é único e, nesse sentido, exige que os parceiros direcionem esse “movimento dinâmico” ao qual as autoras se referem para que a saúde psíquica do casal não seja comprometida. Os parceiros devem lidar, portanto, com a repetição, que ocorre tanto pelo objeto amoroso escolhido remeter ao objeto edípico (e, em alguns casos, pré-edípico) perdido, assim como pela repetição muitas vezes de modelos de relação – sejam mais fusionais, sejam mais hiperdiscriminados – que podem ser herança fruto de transmissões transgeracionais.

Por outro lado, os parceiros também se deparam, na conjugalidade, com o estabelecimento de um espaço transicional, em que interno e externo se confundem, o que permitirá o estabelecimento de uma identidade própria ao casal. A possibilidade de criação, portanto, faz-se presente no encontro amoroso e a saúde psíquica do casal depende, em nosso entender, da possibilidade de conviver com a repetição e a criação, tendendo a prevalecer a criatividade sobre o tédio na vida afetiva do casal com um desenvolvimento “normal”.

Nosso percurso de pesquisa foi acompanhado pelo pensamento de autores da psicanálise que consideram a relação do casal mais numa perspectiva de reedição de relações objetais do passado, como, por exemplo, o próprio Freud, Kernberg e Mogueillansky e Nussbaum. Contudo, tivemos a oportunidade de ler e debater com a teoria de autores que entendem o encontro amoroso mais como uma possibilidade de exercício do brincar, da criatividade e de recriação do eu, como Winnicott, Lejarraga e Magalhães. É necessário apontar que não se trata de visões estanques – considerar somente a repetição ou somente a criatividade atuando –, mas sim o que buscamos apontar, em nosso exercício teórico sobre o tema, foi que a conjugalidade abarca esses dois pólos ao mesmo tempo. Em alguns casos, com maior prevalência de um ou de outro – e talvez seja a coexistência, muitas vezes difícil, desses dois pólos o motivo de tantos desencontros e conflitos entre casais.

A constituição do eu conjugal é em muito dificultada por esse paradoxo repetir/criar inerente ao vínculo entre dois sujeitos que pretendem constituir uma relação marital. Segundo o desenvolvimento teórico que propusemos sobre os mecanismos de identificação na relação do casal, a introjeção de aspectos do outro seria uma das formas de relação mais saudável. A incorporação representaria a necessidade de colocar o outro como um tampão, constituindo uma relação mais fusional, em que a alteridade seria praticamente desconsiderada. Por fim, a identificação projetiva constitui um mecanismo bastante presente nas relações conjugais, na medida em que um projeta no outro aspectos conflitivos do passado, que o encontro amoroso faz reviver – sendo necessário que haja, em casos em que a identificação projetiva fique muito intensa, uma intervenção terapêutica que possibilite a nomeação e a elaboração desses aspectos conflitivos pelos membros do casal.

Ao longo de nossas elaborações teóricas sobre a conjugalidade e a relação

com a transmissão do trauma, fomos apontando a importância das relações edípicas, que possuem relevância para a criação do romance familiar do neurótico, possibilitando a elaboração do sexual e das fantasias infantis. As relações edípicas são base tanto para a escolha de objeto de amor, quanto para a relação amorosa, a conjugalidade em si, que o sujeito irá estabelecer. Outra vertente, contudo, foi também por nós trabalhada: a dimensão primária de relação objetal. O primeiro objeto de amor do sujeito é a mãe e é esta relação que será a base para a confiança e a capacidade de amar que o sujeito irá desenvolver ao longo de sua vida. As relações primárias, pré-edípicas, são, portanto, relevantes para nosso estudo, não só por serem revividas com o parceiro conjugal, pela fusionalidade própria à conjugalidade, mas principalmente por possibilitarem o desenvolvimento da capacidade de confiar e amar alguém de forma tão próxima, intensa e, por vezes, com limites não tão claros. Talvez seja pela falta dessa base que muitas relações fracassam, pois, conforme podemos observar na clínica, muitos sujeitos angustiam-se frente a um encontro intenso e com potencial de fusão, como se apresenta na conjugalidade.

A conjugalidade parece reativar, portanto, duas angústias: a angústia frente ao desamparo, uma vez que, pelo vínculo intenso com o objeto de amor, torna-se também intenso o sentimento de dependência e fusão; e a angústia edípica, que estaria mais ligada à ameaça de perda de amor. Consideramos que a conjugalidade tem uma potencialidade traumática pelo perigo pulsional vivenciado pelo contato, na realidade, com um objeto amoroso que remete ao objeto fantasmático, mas a força traumática atribuída a esse encontro dependerá de cada sujeito, de cada par, de cada história.

No percurso que realizamos, buscamos articular conceitos teóricos que pudessem contemplar a questão de pesquisa que moveu esta dissertação de mestrado. A dimensão inconsciente da conjugalidade foi nosso ponto de partida, uma vez que consideramos que o que liga dois sujeitos em um vínculo de casal são aspectos inconscientes relacionados às relações primárias e edípicas, travadas por cada um. Em nossos desenvolvimentos sobre a conjugalidade, tivemos o objetivo de situar a escolha amorosa como um movimento de atender ao desejo inconsciente de escolher um objeto similar aos primeiros objetos de amor, mas ao mesmo tempo romper com os mesmos – uma vez que o cônjuge é um “novo” objeto. Além do aspecto paradoxal da escolha amorosa,

desenvolvemos também a ideia de que, na instauração da conjugalidade, há um remanejamento identificatório, na medida em que o casal forma um eu conjugal, isto é, uma estrutura psíquica compartilhada.

Para que esse eu conjugal se constitua, é necessária uma metabolização de aspectos inconscientes transmitidos pelo outro membro do casal. Esses aspectos, por sua vez, constituem-se como herança psíquica dos antepassados, na medida em que adotamos o pressuposto – desenvolvido por Kaës – de que o psiquismo de um sujeito está sempre atrelado aos daqueles que o antecederam. Além disso, a psicanálise freudiana – e seus desenvolvimentos posteriores seguiram essa linha – já indicava que a constituição psíquica se processa por meio da identificação, ou seja, a criança introjeta aspectos dos objetos parentais para se constituir como sujeito. Da mesma forma, consideramos que os membros do casal, por meio dos mecanismos de identificação – quer seja a introjeção, a incorporação ou a identificação projetiva –, também assim se constituem, formando o eu conjugal. Desse modo, ao tratar de transmissão entre as gerações ou entre os sujeitos, estamos também tratando de identificações.

Por fim, compreendendo melhor como se instaura a conjugalidade, desde o momento da escolha amorosa até a formação da estrutura vincular e psíquica do casal, com um eu conjugal, chegamos ao nosso objetivo geral desta pesquisa, que é discutir teoricamente a transmissão do trauma na conjugalidade. Adotamos a hipótese de que o encontro com o outro na conjugalidade tem um potencial traumático por dois motivos. Primeiro, pelo fato de o outro portar um estranho em si, isto é, aspectos inconscientes não elaborados – que estão presentes em qualquer psiquismo – irão aparecer, por meio da transmissão transpsíquica entre os membros do casal, no espaço psíquico compartilhado pelos dois. Segundo, porque a conjugalidade é um momento que possibilita a elaboração dos conflitos edípicos e pré-edípicos; sendo assim, envolve a revivência de intensa carga pulsional – a qual acaba, no presente, sendo projetada ou deslocada para o parceiro. Esses aspectos pulsionais intensos que surgem na formação do eu conjugal podem ser compreendidos, segundo nossa proposta, como traumáticos, na medida em que se apresentam como um excesso à capacidade de elaboração egoica.

Buscamos ressaltar, ainda, ao longo desta pesquisa, que consideramos essa vivência traumática como constitutiva da conjugalidade normal, ou seja, própria à neurose. Conforme foi colocado, são duas as dimensões da transmissão do trauma

por nós abordadas. Uma diz respeito aos aspectos traumáticos transmitidos pelas gerações precedentes aos membros de um casal, fundamentalmente pelos pais dos mesmos. Outra dimensão diz respeito aos aspectos traumáticos que cada um dos sujeitos carregam em seus psiquismos – e que são também transmitidos ao psiquismo conjugal –, tendo como origem a conflitiva edípica e as vivências primitivas de desamparo.

Uchitel (2001) diz que a neurose seria um processamento efetivo do trauma, sem que o ego precise ser sacrificado em demasia, como ocorre nos casos em que o evento traumático impede a representação psíquica e produz uma dissociação no ego. Na medida em que consideramos a conjugalidade como uma formação de compromisso inconsciente, próxima ao sintoma, que possibilita um alívio econômico e, ao mesmo tempo, tem função defensiva, afirmamos, portanto, que a conjugalidade pode ser compreendida como um processamento do trauma edípico e pré-edípico, uma formação sintomática que visa dominar a excitação pulsional reativada e propiciada pelo encontro amoroso.

Tratamos aqui nesta pesquisa, portanto, do trauma da neurose, ligado aos conflitos infantis, que difere do trauma da psicose ou da perversão. Para Freud, segundo a teorização de Uchitel (2001), o sintoma neurótico é uma consequência do traumático, sendo que se trata de um traumático que, apesar de promover a dissociação por meio do recalque, não impede a simbolização do acontecimento psíquico. Considerando, assim, a conjugalidade “neurótica”, os parceiros conseguiriam lidar com a dimensão traumática do encontro. Já os casais limítrofes ou aqueles que se encontram no terreno da psicose ou da perversão permaneceriam sem a possibilidade de simbolização e a clivagem egoica seria o mecanismo de defesa do psiquismo conjugal frente à vivência traumática, tendo a atuação como o sintoma predominante.

Visando concluir o percurso teórico traçado por nós neste estudo, indicamos que a conjugalidade mobiliza intensa carga pulsional, fruto da transmissão transpsíquica entre os parceiros, mas também fruto do legado que o casal carrega de seus antepassados. Contudo, em nosso entender, ainda que esse excesso comporte uma dimensão traumática, o psiquismo conjugal possui, potencialmente, recursos para tentar elaborar esse material. Um desses recursos é a via da criatividade na vida do casal, ou seja, a busca da criação do novo, buscando fazer frente à repetição, que muitas vezes se apresenta como maciça –

repetição esta ligada ao retorno do recalcado, ao movimento de busca do desejo; não sendo, portanto, uma repetição da ordem da compulsão à repetição. Consideramos, contudo, que inevitavelmente os dois pólos da repetição e da criação estarão sempre permeando a vida a dois. Resta, portanto, aos membros do casal elaborar a herança que lhes foi transmitida, com o objetivo de transformá-la e organizá-la da melhor forma para a criação do eu conjugal.

O estudo da conjugalidade é bastante rico e possibilita muitos caminhos a percorrer. Nossa escolha foi na direção de entender a dimensão traumática do encontro conjugal, relacionada à transmissão da vida psíquica inconsciente, seja a partir de uma herança familiar traumática ligada ao laço conjugal, seja relacionada à necessidade de elaboração da estraneidade do outro cônjuge. Consideramos, contudo, que a presente pesquisa de mestrado apenas iniciou algumas possibilidades de compreensão do aspecto traumático da conjugalidade, sendo, portanto, necessárias investigações futuras sobre o tema para que novas elaborações da relação entre trauma, transmissão e conjugalidade possam ser traçadas.

5

Referências bibliográficas

ABRAHAM, N.; TOROK, M. Luto ou melancolia, introjetar-incorporar. In: ____ **A casca e o núcleo**. Trad. Maria José R. Faria Coracini. São Paulo: Escuta, 1995. pp. 243-257.

ALVARENGA, L. L. **Na escuta do laço conjugal**: uma proposta de um novo modelo teórico-clínico. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1996.

ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F. A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. In: EIGUER, A. et al. **A transmissão do psiquismo entre gerações**: enfoque em terapia familiar psicanalítica. Trad. Lucia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.

ANZIEU, D. **Le Moi-peau**. Paris: Dunod, 1985.

BALESTRIÈRE, L. L'incorporation d'un maternel primordial: l'incorporation orale du sein. In: ____ **Freud et la question des origines**. De Boeck: Bruxelles, 2008.

BENGHOZI, P. Paradoxalidade do laço de aliança e malha genealógica dos continentes do casal e da família. In: RAMOS, M. (Org.). **Casal e família como paciente**. 2 ed. São Paulo: Escuta, 1999.

_____. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

CARDOSO, M. R. Adolescência e violência: uma questão de 'fronteiras'?. In: CARDOSO, M. R. (Org.). **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001.

_____. **Superego**. São Paulo: Escuta, 2002.

CHASSEGUET-SMIRGEL, J. **O Ideal do ego**. Trad. Francisco Vidal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CHEM, V. D. M. Transgeracionalidade, cisão do ego e o mecanismo da desmentida. In: TRACHTENBERG, A. R. C. et al. **Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

CORREA, O. B. R. Ecloração dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

CRAMER, B.; PALÁCIO-ESPASA, F.. A identificação, a projeção e a identificação projetiva nas relações precoces mãe-bebê: a contribuição das terapias conjuntas. In: ____ **Técnicas psicoterápicas mãe-bebê: estudos clínicos e técnicos**. Trad. F. F. Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

EIGUER, A. Desentendimento de casal e luta pelo reconhecimento. In: GOMES, I. C.; LEVY, L. (Org.). **Atendimento psicanalítico de casal**. São Paulo: Zagodoni, 2013.

_____. **Jamais moi sans toi**. Paris: Dunod, 2008.

_____. O papel do antepassado. **Psicanálise – Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre**. v. 3. n. 1, 2001. Porto Alegre: SBPdePA, 2001. pp. 17-33.

_____. **Um divã para a família: do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica**. Trad. Leda Mariza Vieira Fischer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

EIGUER, A. et al. **A transmissão do psiquismo entre gerações**: enfoque em terapia familiar psicanalítica. Trad. Lucia Helena Siqueira Barbosa. São Paulo: Unimarco Editora, 1998.

FAGUNDES, J. O. Ilusão de fusão na relação do casal. In: RAMOS, M. (Org.). **Casal e família como paciente**. 2 ed. São Paulo: Escuta, 1999.

FAIMBERG, H. A telescopagem das gerações a propósito da genealogia de certas identificações. In: KAËS, R. et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C.. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. pp. 83-107.

FIGUEIREDO, L. C. O caso-limite e as sabotagens do prazer. In: ____ **Elementos para a clínica contemporânea**. São Paulo: Escuta, 2003.

FREUD, S. (1920) **Além do princípio do prazer**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1909) **Análise de uma fobia de um menino de cinco anos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. X. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1940[1938]) **Esboço de psicanálise**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1893-1895) **Estudos sobre a histeria**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1917[1915]) **Luto e melancolia**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915[1914]) **Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1923) **O ego e o id**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1918[1917]) **O tabu da virgindade (Contribuição à Psicologia do Amor III)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1921) **Psicologia de grupo e a análise do ego**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1909[1908]) **Romances familiares**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912) **Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à Psicologia do Amor II)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1914) **Sobre o narcisismo: uma introdução**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912-1913) **Totem e tabu**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1910) **Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à Psicologia do Amor I)**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Trad. Jayme Salomão. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRANJON, E. A elaboração do tempo genealógico no espaço de tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

HERVÉ, M. La transmission psychique en thérapie de couple: quand le thérapeute formule une scène fantasmatique. **Dialogue**, 2003/3, n. 161, p. 45-51. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-dialogue-2003-3-page-45.htm>. Acesso em: 27 out. 2013.

HERZOG, R.; MARIANTE, I. S. Entre a infância e o infantil – vicissitudes da adolescência. In: REZENDE CARDOSO, M.; MARTY, F. (Org.). **Destinos da adolescência**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

JULIEN, P. **Abandonarás teu pai e tua mãe**. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

KAËS, R. Du moi-peau aux enveloppes psychiques. Genèses et développement d'un concept. **Le Carne PSY**, 2007/4, n. 117, p. 33-39. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-le-carnet-psy-2007-4-page-33.htm>. Acesso em: 27 out. 2013.

_____. **Les alliances inconscientes**. Paris: Dunod, 2009.

_____. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade**. Trad. Inesita Barcellos Machado e Pablo C. Godoy Castanho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

_____. Um pacto de resistência intergeracional ao luto. Transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

KAËS, R. et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KERNBERG, O. F. **Psicopatologia das relações amorosas**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KLEIN, M. (1952) Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional do bebê. In: KLEIN, M. et al. RIVIERE, J. (Org.). **Os progressos da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KOPITTKE, C. C. Transgeracionalidade, violência e trauma: um desafio à psicanálise contemporânea. In: TRACHTENBERG, A. R. C. et al. **Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LAPLANCHE, J. **Problemáticas I: A angústia**. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p. 287-345.

_____. **Teoria da sedução generalizada e outros ensaios**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

_____. **Vida e morte em psicanálise**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1985.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. **Vocabulário da psicanálise**. Trad. Pedro Tamen. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LATOURE, M. D. Couple et traumatisme. **Dialogue**, 2005/2, n. 168, p. 87-96. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-dialogue-2005-2-page-87.htm>. Acesso em 27 out. 2013.

LEJARRAGA, A. L. **O amor em Winnicott**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. **O trauma e seus destinos**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

LEMAIRE, J. G. **Les mots du couple**. Paris: Payot, 1998.

_____. Les transmissions psychiques dans le couple et la famille: l'intrapshychique, l'intersubjectif et le transpshychique. **Dialogue**, 2003/2, n. 160, p. 39-52. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-dialogue-2003-2-page-39.htm>. Acesso em 27 out. 2013.

LEVY, L. A resistência na clínica com casais. In: GOMES, I. C.; LEVY, L. (Org.). **Atendimento psicanalítico de casal**. São Paulo: Zagodoni, 2013.

MAGALHÃES, A. S. Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. pp. 205-217.

MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T.. A conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do eu. **Pulsional: Revista de Psicanálise**. Ano XVI, n. 176, dezembro/2003, pp. 45-50.

_____. Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

_____. Em busca de uma conjugalidade perdida: quando a parentalidade prevalece. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. pp. 161-172.

_____. Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. **Psicologia em revista**. Belo Horizonte, v. 10, n. 16, pp. 243-255, dez. 2004.

MARTY, F.; CARDOSO, M. R. Adolescência: um percurso franco-brasileiro. In: CARDOSO, M. R., MARTY, F. (Org.). **Destinos da adolescência**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

MEYER, L. **Família: dinâmica e terapia** (uma abordagem psicanalítica). São Paulo: Brasiliense, 1983.

MOGUILLANSKY, R.; NUSSBAUM, S. L. **Psicanálise Vincular: teoria e clínica**. Vol. 1: Fundamentos teóricos e abordagem clínica do casal e da família. Trad. Sandra M. Dolinsky e Marta D. Claudino. São Paulo: Zagodoni, 2011.

PUGET, J. Disso não se fala... Transmissão e memória. In: CORREA, O. B. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

PUGET, J.; BERENSTEIN, I. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

RIBEIRO, P. C. Sedução generalizada e primazia do sexual. **Percurso**. n. 16. São Paulo, ano IX, 1/1996.

ROBERT, P. La transmission psychique au carrefour de l'individuel et du groupal. **Dialogue**, 2003/2, n. 160, p. 11-16. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-dialogue-2003-2-page-11.htm>. Acesso em 27 out. 2013.

_____. Les liens de couple. **Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe**, 2005/2, n. 45, p. 159-165. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-de-psychotherapie-psychanalytique-de-groupe-2005-2-page-159.htm>. Acesso em 27 out. 2013.

_____. Thérapie de couple et regression. **Dialogue**, 2004/4, n. 166, p. 27-36. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-dialogue-2004-4-page-27.htm>. Acesso em 27 out. 2013.

SEGAL, H. **Introdução à obra de Melanie Klein**. Trad. Júlio Castañon Guimarães. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

TITAN, S. V. Relação conjugal e relação analítica. In: RAMOS, M. (Org.). **Casal e família como paciente**. 2 ed. São Paulo: Escuta, 1999.

TOROK, M. Doença do luto e fantasia do cadáver saboroso. In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. **A casca e o núcleo**. Trad. Maria José R. Faria Coracini. São Paulo: Escuta, 1995. pp. 215-236.

TORRES, A. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

TRACHTENBERG, A. R. C. Trauma, transgeracionalidade e intergeracionalidade: uma transformação possível. In: TRACHTENBERG, A. R. C. et al. **Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TRACHTENBERG, A. R. C. et al. O negativo e as transmissões transgeracionais. In: _____. **Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. Vicissitudes do conceito de identificação e transmissão entre gerações. In: TRACHTENBERG, A. R. C. et al. **Transgeracionalidade: de escravo a herdeiro: um destino entre gerações**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

UCHITEL, M. **Neurose traumática: uma revisão crítica do conceito de trauma**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

WINNICOTT, D. W. (1956) A preocupação materna primária. In: ____ **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Trad. Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. **O brincar e a realidade**. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

_____. (1970) Vivendo de modo criativo. In: ____ **Tudo começa em casa**. Trad. Paulo Sandler. 5 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.